

Universidade de Lisboa
Faculdade de Medicina de Lisboa



TRÁFICO DE SERES HUMANOS

ANÁLISE DE UMA ESCRAVATURA CONTEMPORÂNEA

Anabela Ferreira Filipe

Mestrado em Comportamentos Desviantes e Ciências

Criminais (2ª Edição)

2004 - 2007

Universidade de Lisboa
Faculdade de Medicina de Lisboa



TRÁFICO DE SERES HUMANOS

ANÁLISE DE UMA ESCRAVATURA CONTEMPORÂNEA

Anabela Ferreira Filipe

**Mestrado em Comportamentos Desviantes e Ciências
Criminais (2ª Edição)**

2004 - 2007

Dissertação

**Orientada pela Professora Doutora Cristina Soeiro
Co- orientada pela Professora Doutora Purificação Horta**

*Todas as afirmações efectuadas no presente documento são da exclusiva responsabilidade da autora
não cabendo qualquer responsabilidade à Faculdade de Medicina de Lisboa pelos conteúdos
apresentados.*

A impressão desta dissertação foi aprovada em reunião
da Comissão coordenadora do Conselho Científico da
Universidade de Lisboa em 26-02-2008.

RESUMO

Este estudo pretende analisar o crime de Tráfico de Seres Humanos cujas variadas vertentes, concluímos, levam a que o classifiquemos como complexo, multifacetado e transnacional. Os números alarmantes da ONU, apresentados em Março de 2007, a propósito do anúncio da “Iniciativa Global de Luta Contra o TSH” (GIFT) – plano integrado dividido em três etapas diferentes analisando e contextualizando global, regional e localmente este crime – foram um ponto de partida para a abordagem global do *TSH* na Parte I: 2,5 milhões de pessoas traficadas (das quais 1 milhão é vítima de exploração sexual) oriundas de 127 países, com um lucro aproximado de 32 milhões de dólares anuais.

O contexto português tornou-se o centro das atenções deste estudo, mais especificamente o TSH para fins de exploração sexual. Analisadas as suas principais rotas (Brasileira, Europa e Leste e Africana), focámo-nos no possível (e desejável) impacto que a recente e profunda reforma legislativa terá na luta contra este crime.

Ao longo de todo o estudo constatámos que o índice de subdesenvolvimento de um país é directamente proporcional ao número de nacionais traficados que buscam, muitas vezes em situações de desespero e extrema vulnerabilidade, uma vida melhor em países estáveis económica, social, e politicamente. Estes movimentos migratórios levam a que o mundo do crime, quer a um nível altamente organizado, quer com base no sentido de oportunidade pontual, não resista aos avultados lucros de uma actividade (que envolve também o auxílio à imigração ilegal) cujo risco é, por ora, compensador. Às assimetrias mundiais e à imigração juntámos as desigualdades de género, raça e

etnia e concluímos que o Tráfico de Seres Humanos faz com que os direitos fundamentais das vítimas sejam repetidamente esquecidos.

Concluímos por fim que muito está por fazer quer ao nível internacional, quer nacional: desde a delimitação conceptual à percepção real do fenómeno, passando pela consciencialização das suas constantes mutações. É necessário analisar exaustivamente as múltiplas vertentes do Tráfico de Seres Humanos de forma contínua, utilizar todos os instrumentos que globalização nos oferece e revertê-los para que a eficácia desta luta seja cada vez maior.

Palavras-chave: *Tráfico de Seres Humanos; Auxílio à Imigração Ilegal; Vítima (de Tráfico de Seres Humanos); Recrutamento; Tráfico para Fins Sexuais.*

ABSTRACT

This study is focused on Trafficking in Human Beings which is a crime that may be classified as complex, multifaceted and transnational because of its various angles. The started point of this study was UN alarming statistics presented in March 2007 when formally launching the “Global Initiative to fight Human Trafficking” (GIFT.UN) – an integrated plan divided into three separate stages to analyse and contextualise the crime globally, regionally and locally: 2,5 millions of trafficked people (1 million being victims of sexual exploitation) from 127 countries with a profit of circa 32 millions dollars yearly.

We analyzed the situation in Portugal, with more emphasis on sexual exploitation. After studying its courses (Brazil, Eastern Europe and Africa) we focused on the possible (and desirable) impact which the recent and profound legal reform will have in the fight against this crime.

During this study, we observed that the level of underdevelopment of a country is directly proportional to the number of trafficked nationals who search, often in situations of despair and extreme vulnerability, a better life and full of hope in countries that are economically, socially and politically stable. These migratory movements yield the world of crime - whether at a highly organized level whether by seizing an opportunity - not to resist the huge proceeds of an activity (that also involves the Smuggling) and which risk is, for the moment, compensating. To world asymmetries and to immigration we added the victims' race, gender and ethnic group and we concluded that Trafficking in Human Beings makes the victim's fundamental rights to be repeatedly forgotten.

We concluded that, internationally and nationally, much work is yet to be done. It is necessary to agree in a conceptual definition and to find the real phenomena perception, in which we include Trafficking in Human Beings' constant mutations. It is necessary to continuously analyze this crime using globalization instruments to achieve more efficient results.

Key Words: *Trafficking in Human Beings; Smuggling; Victim of trafficking in Human Beings; Recruitment; Trafficking for Sexual Exploitation.*

ÍNDICE GERAL

PARTE I

Capítulo 1

Tráfico de Seres Humanos – Definição Conceptual _____	12
---	----

Capítulo 2

Tráfico de Seres Humanos – Dimensão de uma Pandemia _____	27
---	----

Capítulo 3

Tráfico de Seres Humanos – Enquadramento Jurídico _____	34
3.1 Enquadramento Jurídico ao nível internacional _____	35
3.2 Enquadramento Jurídico ao nível comunitário _____	48
3.3 Enquadramento Jurídico ao nível nacional _____	57

Capítulo 4

Tráfico de Seres Humanos – Rotas Comportamentais _____	75
4.1 Vítimas _____	79
4.1.1 Perfil _____	82
4.1.2 Enquadramento Jurídico _____	88
4.1.3 Assistência, Acompanhamento e Reintegração _____	96
4.2 Recrutadores _____	101
4.2.1 Perfil e Métodos _____	102
4.2.2 Formas de obtenção de lucro _____	108
4.2.3 Investigação e Punição _____	116

PARTE II

Capítulo 5

Tráfico de Seres Humanos -Contexto Português	123
5.1 Perspectiva Interna	124
5.1.1 Media e Arte	130
5.2 Perspectiva Externa	133
5.3 Conclusão	139

Capítulo 6

Tráfico de Seres Humanos – A Exploração Sexual em Portugal	141
6.1 Introdução	141
6.2 Percurso Evolutivo	142

Capítulo 7

A Realidade Portuguesa Contemporânea	162
7.1 Rota Brasileira	176
7.1.1 Esforços Conjuntos	189
7.2 Rota Europa de Leste	192
7.3 Rota Africana	204
7.4 Conclusão	212

RECOMENDAÇÕES	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Diversos Tipos de Migração	22
Figura 2 – TSH: países de origem, transição e destino das vítimas	33
Figura 3 – Áreas e Estratégias de Intervenção	71
Figura 4 – Perfil das vítimas e fins do TSH ao nível mundial	84
Figura 5 – Vítimas de tráfico – Populações e sub populações (os tamanhos das populações são relativos, variando consoante as regiões)	88
Figura 6 – Rota Brasil – Portugal	182
Figura 7 – Rota Europa de Leste – Portugal	198
Figura 8 – Rota África – Portugal	206
Tabela A – Semelhanças e Diferenças entre Auxílio à Imigração Ilegal TSH	19
Tabela B – Rotas de TSH nos Estados Membros da União Europeia	77
Tabela C – Iniciativa de denúncia no crime de tráfico de mulheres e Lenocínio	118
Tabela D – Acusações e Condenações no crime de tráfico de mulheres em 2003 e em 2006 por continentes	121
Tabela E – Estádio dos processos de crime de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual	157
Tabela F – Vítimas de TSH e exploração em Portugal por nacionalidade	168
Tabela G – Tipos de intervenientes em processos de TSH e exploração em Portugal por nacionalidade	173

"Human trafficking is a crime that strips people of their rights, exploits people's dreams of a better future, robs people of their dignity. It can cause physical and psychological damage. It can even kill."

Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon

INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Comportamentos e Ciências Criminais – 2ª Edição - leccionado pela Faculdade de Medicina de Lisboa, foi despertada, decorrente da sua multidisciplinaridade e do cuidado para enquadrar os mestrandos na realidade criminológica actual, a necessidade de elaborar um estudo sobre uma temática interessante e emergente. O Tráfico de Seres Humanos (TSH) pareceu ideal: tema actual, fértil, complexo nas suas várias dimensões (política, social, jurídica, económica, tecnológica), em constante mutação e sobre o qual, em Portugal, havia alguma escassez de estudos na área de investigação.

O projecto de dissertação de mestrado denominada *“Tráfico de Seres Humanos – Análise de uma escravatura contemporânea”* propôs-se aprofundar o conhecimento deste tipo de crime uma perspectiva global e analisar, numa

segunda fase, as suas várias vertentes, a interacção com as oscilações do fenómeno criminal que acompanha o evoluir social traçando-se, deste modo, possíveis conexões e respectivas causas para dar respostas a questões essenciais como sejam qual a verdadeira dimensão do fenómeno a nível mundial e na realidade portuguesa, qual a eficácia tanto da perspectiva do sistema judicial (legislação, investigação criminal e punição dos infractores) como da rede social de apoio às vítimas.

Seguiu-se a metodologia proposta¹, os obstáculos com que nos deparámos foram essencialmente relativos à inexistência, dispersão e alguma contradição de informações e opiniões recolhidas, à dificuldade de obtenção de dados quantitativos fidedignos. Foram contactados membros das autoridades policiais como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Polícia Judiciária (PJ), os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, a Amnistia Internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), a Associação para o Planeamento da Família (APF), a SIC televisão, entre outras, que gentilmente, quer via entrevista, quer pelo acesso a documentação, demonstraram disponibilidade para que acedêssemos, nos mais variados suportes, a toda a informação sobre *TSH*.

A linha orientadora foi sendo definida com base na informação disponível: o modelo de revisão de literatura ganhou importância tal como a

¹ Pesquisa bibliográfica, jornalística e estatística sobre o fenómeno do TSH, contactos com diversas organizações nacionais ligadas a esta questão, tendo como objectivo recolher os dados actuais possíveis e analisar a vertente prática do plano de apoio às vítimas deste crime apontando os aspectos menos conseguidos e adiantando recomendações. O mesmo será efectuado na perspectiva jurídica da questão analisando os variados instrumentos jurídicos nacionais e internacionais.

necessidade de traçar uma panorâmica global e nacional, geral e particular, sem recorrer com frequência a casos pontuais. Destes optou-se por retirar exemplos ilustrativos de afirmações que foram sendo feitas, pois dada a realidade extremamente complexa do *TSH*, entendemos que o particular não é suficientemente demonstrativo. Centrâmo-nos no rumo que a política criminal nacional e internacional segue, sobretudo desde a Convenção de Palermo (2000). Enquadrámos juridicamente o fenómeno do *TSH* quer no plano nacional quer no internacional. Acompanhámos atentamente as iniciativas que o nosso XVII Governo desenvolveu nesta matéria: desde o nascimento do projecto CAIM (Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão) até à reforma do conjunto legislativo dedicado à imigração, passando pelas ansiadas reformas dos Códigos Penais e do Processo Penal, que retiraram este crime de uma gaveta esquecida, reajustando-o à nova realidade criminal. Analisámos mais especificamente o *TSH* para fins sexuais em Portugal, por aqui assumir maior relevância, devido, sobretudo, aos movimentos migratórios que fizeram da Europa Ocidental um sinónimo de esperança para o mundo subdesenvolvido. Procurar responder às clássicas perguntas jornalísticas Quem, Como, Onde, Quando e Porquê não se revelou uma tarefa fácil sobretudo a um problema prévio de definição de conceitos ou à falta e dispersão de informação por diversas entidades estatais e Organizações Não Governamentais (ONGs). Desta forma procurámos organizar este estudo da seguinte forma: numa primeira parte procurámos definir conceitos, integrá-los na realidade, enquadrá-los juridicamente. Daqui partimos no sentido de traçar rotas comportamentais na vertente da vítima de *TSH* e do traficante (recrutador), demonstrando as principais vertentes (e suas interligações) deste

crime. Na segunda parte foi dado um panorama geral do *TSH* em Portugal e, mais especificamente, que se revelou mais significativo neste contexto: o *TSH* para fins de exploração sexual.

Este estudo procura elucidar, sem nunca menosprezar uma reflexão crítica, quem pouco sabe sobre o que é e qual a possível dimensão do *TSH* numa sociedade cuja paisagem do crime está em constante mudança, dificultando a sua análise e, por conseguinte, o seu combate; uma sociedade que é fonte de crime e de um sentimento de insegurança generalizado: a chamada sociedade de risco (Beck, 1992)². Múltiplos factores como a dificuldade de determinar o local de consumação, a porosidade evidente entre o poder económico e político e o mundo do crime ou ainda as complexas relações entre crime organizado e de rua viciam os dados da análise criminológica convencional.

² BECK, U. (1992) *Risck Society. Towards a new modernity* London, Sage Publications.

PARTE I

Capítulo 1

TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Definição Conceptual

Quando nos debruçamos sobre esta matéria deveremos considerá-la do ponto de vista do indivíduo, reencaminhando-a para a questão dos Direitos Humanos básicos como seja a igualdade e dignidade de todos os seres humanos. Do ponto de vista social o *TSH* constitui uma forma moderna da escravatura pondo em causa valores fundamentais de uma sociedade democrática: há uma certa instabilidade devido à implementação de políticas de imigração que contribuem para o reacender de sentimentos nacionalistas e tensões étnicas. Só muito recentemente o *TSH* tem sido debatido ao mais alto nível político. Os governos mundiais juntam-se agora às inúmeras ONG's mundiais, que há muito se unem num esforço colectivo, encetando acções aos mais variados níveis. Há o reconhecimento que os resultados obtidos até então não são satisfatórios e que é necessário a busca de novas soluções difíceis de implantar dada a diversidade cultural e a densidade social a *TSH* está enraizado.

O 11 de Setembro de 2001 provocou, essencialmente induzida pelos poderosos Estados Unidos da América, uma espécie de obsessão no combate ao terrorismo desencadeando turbulências tais na política à escala mundial permitindo que, na sombra, o crime organizado transnacional crescesse

exponencialmente ao ritmo acelerado do processo de globalização e da evolução política, económica e social da Europa e do mundo.

Não esquecer que diversos estudos recentes sobre esta realidade concluíram pela inevitável fusão entre grupos terroristas e de criminalidade organizada, na medida em que os avultados lucros obtidos através de actividades ilícitas financiam operações e fornecem armas. Estamos perante associações criminosas bastante perigosas, pois cumulam capacidade financeira e motivações políticas.

A celebração da Convenção das Nações Unidas (ONU) contra a Criminalidade Transnacional Organizada, aprovada pela União Europeia (U.E.) pela Decisão do Conselho 2004/579/CE de 29/04/2004, veio enriquecer o direito comunitário com as definições legais, previstas no art. 2º dessa Convenção, fundamentais para definir também *TSH*:

- a) Grupo criminoso organizado – um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo durante um período de tempo e actuando concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes graves ou infracções estabelecidas na presente Convenção, com a intenção de obter, directa ou indirectamente, de obter benefício económico ou outro benefício material;
- b) Crime grave – um acto que constitui uma infracção punível com uma pena privativa de liberdade não inferior a quatro anos ou com pena superior.

O Mandado de Detenção Europeu (MDE), aprovado pela Decisão Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002, veio enunciar no seu art. 2º, um catálogo de crimes considerados mais graves, entre os quais está o *TSH*, bem como outros conexos, como por exemplo participação numa organização

criminosa, exploração sexual de crianças e pedopornografia, branqueamento dos produtos do crime, cibercriminalidade, auxílio à imigração ilegal e permanência irregulares, tráfico ilícito e órgãos e de tecidos humanos, extorsão da protecção e extorsão, falsificação de documentos administrativos e respectivo tráfico.

A Presidência Portuguesa da U.E., no segundo semestre de 2007, procedeu, no âmbito do Terceiro Pilar (Justiça e Assuntos Internos), a um diagnóstico dentro do território europeu, uma relação entre a chamada criminalidade de massa e a criminalidade organizada pois, segundo a teoria “*broken windows*”, há uma estreita relação causa-efeito que é estabelecida entre o pequeno crime /incivilidade de rua e a criminalidade cada vez mais violenta, organizada e internacional. A criminalidade organizada tem, no geral, origem em pequenos grupos (gang, clã) com base étnica, nacional ou familiar. Embora o desenvolvimento deste tipo de criminalidade seja heterogéneo, variando de país para país, poder-se-ão, por um lado, apontar traços comuns, mas por outro constatar que, quer pela necessidade de procura de maior lucro ou pela adaptação às variadas características dos diferentes países onde opera, há uma enorme flexibilidade orientada para a expansão e para a conquista de novos mercados. Esta prioridade política é, também ela, fundamental para a luta contra a TSH, para a consciencialização da adopção de uma visão holística da criminalidade assente numa abordagem transdisciplinar e multi-institucional.

A Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional (ONU) é constituída por dois protocolos: ” Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças” e o “Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito (Smuggling) de

Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea”. Aqui se verifica desde logo a afinidade entre o *TSH* e o Auxílio à imigração ilegal que, como vimos, fazem parte do que se considera actualmente criminalidade organizada. Estes protocolos apresentam definições que, embora não se afastem delas algumas críticas, são, até ao momento, as mais abrangentes e consensuais:

TSH: recrutamento, transporte, transferência, alojamento e acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso de força ou a outras formas e coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas e exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extracção de órgãos ³;

Auxílio à imigração ilegal: acção tendo sempre em vista obter, directa ou indirectamente, um benefício próprio quer material quer financeiro através da entrada ilegal de uma pessoa num país no qual não é nacional nem tem estatuto de residente permanente.

São assim apresentadas sob uma forma mais clarificada estas duas definições que enquadram, política e legalmente, o *TSH*, providenciando um ponto de partida sólido para o seu combate. Contudo não nos podemos abstrair de criticá-los:

³ Similar definição apresentada no art. 4º da Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o TSH (Varsóvia 16 de Maio 2005), o mais recente instrumento jurídico europeu nesta matéria.

- a) A dificuldade de, na prática, se distinguir *TSH* e Auxílio à imigração ilegal tem a ver com uma espécie de acção contínua entre estes dois conceitos: muitas vítimas de *TSH* inicialmente, devido às assimetrias económicas e sociais entre países ou entre regiões, consentem, acham conveniente entrarem em esquemas de auxílio à imigração ilegal pois vêem-no como única saída à sua débil situação sócio-económica ou mesmo à sua sobrevivência. Embora ambos movidos pela obtenção e lucro, podemos adiantar que no auxílio à imigração ilegal geralmente as relações traficados/traficantes terminam com a chegada ao país de destino, só o movimento país de origem/país de destino gera lucro. Já no *TSH* é prolongada no tempo esta obtenção do lucro assumindo formas de, por exemplo, exploração sexual ou de mão-de-obra;
- b) Há outras distinções para os vários tipos e tráfico que estão mais relacionadas com a ideia de quem e o que se trafica sendo vulgarmente utilizadas aquando da abordagem deste assunto: tráfico de mulheres, de crianças, de mão-de-obra, de órgãos;
- c) O *TSH* continua a ser dominado pela análise das redes de recrutamento de mulheres para trabalhar na prostituição com o objectivo de pura exploração sexual. Este factor continua a ter um enorme peso moral, sublinhado pelo facto de, em muitos países, a ilegalidade da prostituição ser ainda uma realidade. Importa nos debruçarmos sobre também outras formas de *TSH* nomeadamente a de mão-de-obra que referida frequentemente no âmbito do auxílio à imigração ilegal mas que devido à classificação de trabalho forçado⁴

⁴ Trabalho forçado ou obrigatório designará todo o trabalho ou serviço exigido a uma pessoa sob a ameaça de qualquer sanção e para o qual não se tenha oferecido de forma voluntária (*Convenção OIT – nº29 – de 1930 sobre Trabalho Forçado*) Frequentemente designado como nova escravatura distingue-se dela pois enquanto a última determina a posse de um ser humano,

ou escravatura é considerado também ele tráfico enquadrando-se na definição legal. Há que esclarecer que *“o tráfico de mulheres para trabalhar na prostituição não envolve necessariamente condições de abuso e exploração. Nestas situações poderá considerar-se tráfico de mão-de-obra, para um sector e serviços que é o da prostituição. Por outro lado tráfico e mão-de-obra envolve muitas vezes situações de abuso e exploração e podem considerar-se trabalho forçado e que, nesse sentido, o aproximam das condições de exploração sexual que caracterizam muitas vezes tráfico de mulheres”* (Peixoto, 2004).⁵

Constatamos de imediato que Auxílio à imigração ilegal e TSH são ambos formas de imigração ilegal o que, para clarificar a distinção entre estes dois conceitos, nos remete desde já para as tradicionais teorias sobre migrações que não são mais do que tentativas racionais de explicar o fenómeno ao longo dos tempos:

- a) Teoria neoclássica (teoria micro, centrada na decisão do indivíduo): baseada na teoria do equilíbrio geral e o modelo atracção-repulsão, explica o movimento migratório através da atractividade que as economias prósperas, associadas à instabilidade política, económica e consequentemente social, provocam no homem racional que aderiu ao capitalismo como promoção da sua vida aos mais variados níveis.” *As áreas de origem e de destino são definidas como combinações de factores de atracção e repulsão, e o potencial*

escravo, por outro, o senhor, o trabalho forçado, por seu turno, apenas determina o exercício da coacção e a negação, ainda que temporária, da liberdade.

⁵ PEIXOTO, João; SOARES, António Goucha; COSTA, Paulo Manuel; MURTEIRA, Susana; PEREIRA, Sónia; SABINO, Catarina (2005) *“Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas”*. Projecto IME, FCT, ACIDI – SOCIUS Working Papers – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, (Janeiro).

migrante como alguém que, actuando racionalmente avalia as desvantagens da permanência na sociedade em que vive por comparação com as vantagens da migração para uma sociedade com melhores condições materiais e vida” (Pena, 2003)⁶

- b) Teoria estruturalista-histórica: baseia-se em conceitos da economia política marxista e defende que só aumentando o número de trabalhadores no processo produtivo poderá o modelo e produção capitalista acumular capital, assumindo que esta reserva de trabalhadores migrantes é o maior factor do crescimento da economia capitalista (estimula assim a produção e limita o aumento salarial).

As variações que a realidade impõe a estas teorias mais estanques faz com que sejam introduzidos factores relevantes para os movimentos migratórios, como a interferência de grupos criminosos ou a origem da procura não estar no imigrante mas nos próprios países de destino e/ou empresas a eles associadas que lançam para o mercado internacional de trabalho estímulos para atrair remessas de imigrantes. A propósito desta questão das pessoas colectivas, falaremos adiante, das possíveis condições e punição quando detectadas como originadoras de TSH. Assim vão surgindo novas teorias que levam a uma abordagem mais sistémica deste fenómeno, como por exemplo a de Salt (2000)⁷, que compara o fenómeno migratório a um mercado que se rege pelas leis básicas da oferta e da procura, onde os grupos criminosos assumem um papel facilitador dos movimentos populacionais.

⁶ PENA, Rui (2003) *“Migrações e Integração”*, Ed. Celta.

⁷ SALT, John (2000) *“Trafficking and Human Smuggling: a European Perspective”*, International Migration, n.38, pp. 31-56.

Estas teorias sobre migrações são essenciais para se definirem quais os factores específicos que suscitaram o aumento do *TSH* actualmente, contribuindo assim decisivamente para compreensão deste fenómeno, actualmente associado aos complexos processos de globalização e à falta de vontade política para a efectiva implementação de mecanismos que protegem os Direitos Humanos dos imigrantes, modificando desta forma a economia à escala mundial que deles, em parte, se alimenta através, nomeadamente, da exploração de mão-de-obra.

Para clarificar definitivamente estes dois conceitos segue-se uma tabela simplificada que assinala os pontos que os unem e os diferenciam:

Tabela A
Semelhanças e Diferenças entre Auxílio à Imigração Ilegal e TSH

Semelhanças	Diferenças
<ul style="list-style-type: none">• Frequente movimento voluntário dos migrantes;• exposição a situações de desconforto e perigo durante longas viagens;• estatuto de ilegalidade no país de destino – situação de vulnerabilidade dos migrantes – aumento do risco de exploração (que não reporta ao momento e passagem da fronteira que normalmente é efectuado de forma legal).• Factores básicos comuns para a sua expansão:<ul style="list-style-type: none">a) pobreza e falta de oportunidades;b) fronteiras menos controladas em	<ul style="list-style-type: none">• <u>Tipo de Crime</u> <i>TSH</i> considerado como crime contra as pessoas enquanto o auxílio à imigração ilegal é considerado um crime contra o Estado;• <u>Consentimento:</u> <i>Auxílio à imigração ilegal:</i> fá-lo sempre voluntariamente (não há vítima); <i>TSH:</i> neste caso pode haver engano, acção ou rapto(há vítima)⁸.• <u>Liberdade da vítima:</u> <i>Auxílio à imigração ilegal:</i> relação entre Traficante e traficado termina com a chegada ao país de

⁸ Adiante discutido mais pormenorizadamente a questão do consentimento da vítima.

<p>algumas regiões (exemplo U.E);</p> <p>c) internacionalização da economia e globalização;</p> <p>d) avanço nos transportes e vias e comunicação;</p> <p>e) crescimento do crime organizado.</p>	<p>destino.</p> <p><i>TSH</i>: traficado colocado em situação de exploração, por período longo de tempo, em condições que desconhecia à partida.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Pagamento efectuado: Auxílio à imigração ilegal</u>: imigrantes pagam à partida o serviço de transporte e acolhimento no país de origem; <i>TSH</i>: relação de dependência traficantes/traficados, pequena percentagem paga inicialmente a traficantes que cobram a estante dívida através do prolongamento a exploração. • <u>Objectivo do recrutamento</u>: <i>TSH</i>: possível recrutamento dos traficados para actividades criminosas • <u>Estrutura organizativa dos agentes</u>: <i>Auxílio à imigração ilegal</i>: actos podem ser praticados por uma pessoa ou estrutura simples; <i>TSH</i>: Normalmente organização mais bem estruturada que cobre vários aspectos do processo.
---	--

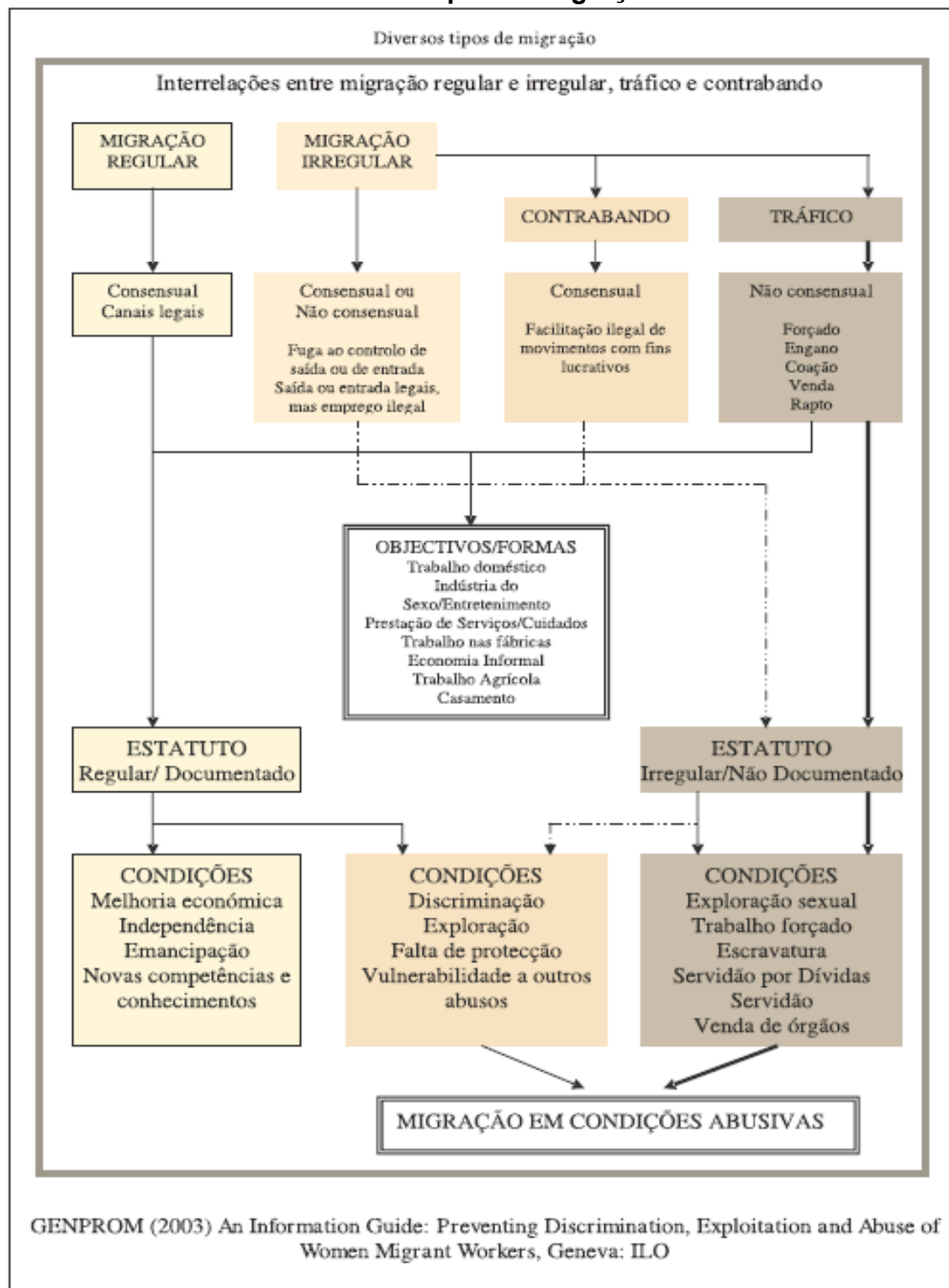
De uma perspectiva teórica, parecem evidentes as características que os separam, na prática a linha divisória é muito mais ténue, levantando problemas como:

- a) Onde começa o *TSH* e termina o Auxílio à imigração ilegal;
- b) Como provar a coacção ou o engano, ou avaliar o grau deste com base na informação à partida do imigrante, promovendo desta forma a análise de vários níveis de vitimização;
- c) Como analisar a cadeia de explorações que os imigrantes ilegais sofrem da origem ao destino (se integram ou não o conceito de *TSH*);

- d) Identificar uma vítima de *TSH* quando muitas vezes as próprias acham que o trabalho forçado, a escravatura ou a servidão são aceitáveis, quer porque nunca tiveram outro modo de via, quer porque temem a denúncia dos traficantes vivendo apavorados com ameaças lançadas a si ou à sua família.

Tão importante como distinguir *TSH* de Auxílio à imigração ilegal, é analisar as inter relações entre os vários tipos de imigração, as suas derivações e consequências, para tal segue-se o seguinte quadro elucidativo:

Figura 1
Diversos Tipos de Migração



Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT) "Tráfico para Trabalho Forçado – Manual de Formação" (2006:6).

Apesar da análise crítica destas definições, adoptadas internacionalmente, reconhecemos a sua utilidade como ponto de partida para a abordagem de problemas que envolvem assimetrias endémicas entre os países de Terceiro e de Primeiro Mundo, levando aos mais variados tipos de exploração, a diversas formas de criminalidade e à incapacidade de resolução de questões de “*género, Direitos Humanos e quebra de suportes familiares e comunitários, entre outros.*”⁹

A definição de *TSH* da ONU não deve ser descontextualizada de fenómenos da realidade mundial como a prostituição, a imigração ilegal, o trabalho forçado e a actividade criminosa internacional. O facto dos focos da comunidade internacional estarem voltados para o *TSH*, classificando-o como crime prioritário, levou a que as políticas da ONU se concentrem na punição dos que estimulam e promovem a imigração ilegal relegando para segundo plano a justiça social e os Direitos Humanos. Uma das críticas apontadas é a de que “*o referencial anti-tráfico adoptado pela ONU apoia os interesses económicos neo-liberais das corporações, das principais agências multilaterais, dos especialistas em políticas e dos governos nacionais, e não os dos trabalhadores e populações pobres do mundo*”. (Kempadoo, 2005)¹⁰

Definir *TSH* é uma missão difícil tal é o carácter refractário e complexo do fenómeno, existem vários “Tráficos” tal como são documentados numa espécie de *boom* de trabalhos de investigação, peças jornalísticas e processos jurídico-legais que surgiram nos últimos anos, embora analisados muitas vezes isoladamente, repletos de noções vagas e conflituantes, carentes de dados

⁹ In I Plano Nacional Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos – 2007-2010, p.3

¹⁰ KEMPADOO, Kamala (2005) “*Mudando o debate sobre tráfico de mulheres*”, Cadernos Pagu, nº25, RJ, Brasil (Julho/Dezembro), p.7;

quantitativos ou com uma selecção deficiente dos mesmos. Esta confusão epistemológica é resultado das diferentes visões (políticas, económicas, culturais), dos diferentes pontos de partida e métodos adoptados. A análise alarmista dos dados quantitativos que existem disponíveis leva a que o Projecto “Trafficking Statistics” (Unesco), afirme que *“o tráfico de mulheres e meninas é um tópico extremamente emocionante que parece sobrecarregar as faculdades críticas das pessoas. Os números acabam adquirindo uma vida própria, sendo aceites através da repetição, muitas vezes sem nenhuma investigação das suas origens”*.¹¹ O Gabinete das Nações Unidas para as Drogas e Crime (UNODC) da ONU afirma mesmo que *“a falta de pesquisas sistemáticas significa que faltam dados confiáveis sobre o TSH, que permitiriam a análise comparativa e a construção de contra medidas”*¹². A luta contra o TSH para exploração sexual tem demonstrado características típicas de uma espécie de pânico moral gerado pela problematização social em torno de vários aspectos deste fenómeno, instigadora de inquietações populares elevadas, por vezes, a escalas maciças, transformando-as em legislação.

Os pressupostos em que assentam as definições do TSH são também eles discutíveis porque limitados, deixando uma área perigosa para a qualificação de determinadas situações: as definições de TSH pressupõem, em geral, que o traficante é um ser humano e não um Estado pois as deslocações massivas originadas por acções governamentais nunca são considerado TSH. Por outro lado a questão da deslocação dos indivíduos imigrantes/ traficados do seu país de origem para outros (trânsito e destino) é condicionado pelo direito que os

¹¹Disponível na Internet: <http://www.unescobkk.org/index.php?id=1022>

¹²Disponível na Internet: http://www.unodc.org/unodc/en/trafficking_human_beings.html

Estados se arrogam de regular as suas fronteiras associando a repressão do *TSH* à violação de certas leis nacionais relacionadas com a imigração e com o sexo.

A definição de *TSH* contida na Convenção de Palermo é, como já fizemos notar neste estudo, a referência estruturante para quem se interessa por esta matéria bem como das mais utilizadas para a transposição nas legislações nacionais, contribuindo para que, pela primeira vez na história do combate ao *TSH*, haja um ponto de partida para harmonização das legislações nacionais. Contudo, e pelo menos no momento da sua ratificação, muitos países não têm ainda nas suas legislações aspectos daquela Convenção, mais especificamente do Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças.

A análise crítica desta definição leva-nos também à questão do seu enfoque restrito caracterizado pelo uso da violência, pelo abuso da autoridade e pela coacção, o que lhe retira a perspectiva macro social e cultural do fenómeno. Optou-se por sublinhar a violência criminal e deixar de lado a violência interpessoal e social como, por exemplo, o patriarcalismo ou o racismo. O Protocolo não define mais concretamente expressões como, por exemplo, “outras formas de coacção”, “abuso de poder ou de uma situação de vulnerabilidade” ou “outras formas de exploração sexual”. Contudo a indefinição nem sempre é necessariamente negativa pois restringindo conceitos, especificando acções arrisca-se a que se possa deixar de fora situações não qualificáveis como *TSH* mas que na realidade o são. Revela-se assim estratégica a construção genérica da lei uma vez que nesta definição de *TSH* passam a caber todas as suas

formas: não se restringe a questões de idade e sexo, consagrando o aspecto material (recrutamento, transporte e alojamento de pessoas) e subjectivo (sedução, coacção, submissão, escravidão).

A definição que consta no Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças da ONU está integrada no espírito da Convenção de Palermo, que é o da luta contra o crime organizado. Este facto implica uma necessidade de descrição das acções e da forma como são cometidas, tão característico do princípio da tipicidade subjacente ao Direito Penal, para que o *TSH* seja visto como um efectivo crime não só da perspectiva punitiva como da preventiva. Por fim constata-se que temas que sempre tiveram um grande enfoque nas definições de *TSH* (exemplo da imigração, do trabalho forçado ou prostituição) são relegados para segundo plano dada a preocupação mais abrangente relativa ao tipo e dimensão da actividade criminosa em causa.

Capítulo 2

TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Dimensão de uma Pandemia

Após a tentativa de definição conceptual de *TSH*, do capítulo anterior deste estudo, é fundamental entender que a sua realidade é muito complexa tanto do ponto de vista quantitativo como do qualitativo. É um crime que explora as assimetrias na economia mundial como nenhum outro, devido à globalização, tornou-se uma pandemia nos últimos anos. Associado ao fenómeno do auxílio à imigração ilegal por um lado, e à chamada criminalidade organizada por outro, estudá-lo, numa primeira fase, combatê-lo numa segunda, implica uma verdadeira estratégia criminal transnacional bem como uma mudança de mentalidade das várias sociedades e das políticas económicas - que devem reconduzidas para o desenvolvimento dos classificados países de Terceiro Mundo. *“Há escravos na maior parte do mundo, definitivamente no teu. E tu não podes pensar que isso não é uma preocupação tua: provavelmente comes, vestes ou brincas com produtos que podem estar ligados com o trabalho escravo. Estás implicado na economia da escravidão, gostes ou não.”*¹³ *TSH* pode acontecer em todo o lado, indústrias várias, restaurantes, trabalho doméstico, clubes de strip-tease. Pode estar implícito na etiqueta do que os países do Primeiro Mundo calçam como no conteúdo dos frigoríficos que abrem.

¹³ Colors, Revista da United Colors of Benetton, Janeiro de 2003 . Acedido em 30/03/2007-
Citação disponível na Internet: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page4Trafico.html> .

Tem havido assim países nos quais a situação socio-económica leva a que milhares de pessoas a se tornem vítimas de *TSH* que assume forma de exploração sexual, de exploração e mão e obra, de recrutamento para as mais variadas formas de delinquência, para adopção e para doação de órgãos alimentando mercados internacionais negros paralelos à economia mundial. O filósofo esloveno Slavoj Zizek¹⁴ adianta que, perante tal fenómeno, foi criado um novo racismo do mundo desenvolvido, de certa forma mais brutal que o anterior, uma vez que a legitimação implícita não é natural ou cultural, é reduzida antes ao chamado egoísmo económico.

Falar de *TSH* é também entender o complexo fenómeno da globalização, defini-la, percebê-la, criticá-la. Boaventura Sousa Santos¹⁵ adianta não existir uma identidade única chamada globalização, existem globalizações, no plural. Afirma que as globalizações são feixes de relações que tendem a envolver conflitos e, conseqüentemente, vencedores e vencidos. A maior parte das definições de globalização assentam na economia pelo que é necessário adiantar outras, sensíveis às dimensões sociais, políticas e sociais.

A propósito do bicentenário da abolição da escravatura a ONU, mais especificamente a UNODOC (Escritório ONU sobre Droga e Crime) lançou, em Londres, em Março de 2007, a chamada “Iniciativa Global para a luta contra o Tráfico de Pessoas” (GIFT.UN) que será aplicada em três fases: inicialmente a aposta será no aumento da consciencialização e do conhecimento do *TSH*, a obtenção de aliados para combater o problema e a mobilização de recursos financeiros que mobilizem esta luta, numa segunda fase consistirá na

¹⁴ ZIZEK, Slavoj; DALY, Glyn (2004) “Conversations with Zizek”, London, Polity Press.

¹⁵ SANTOS, Boaventura Sousa “Globalização: fatalidade ou utopia?” Porto, Ed. Afrontamento, 2001

Conferência Internacional Contra Tráfico Humano que terá lugar em Viena, Áustria – *“The Vienna Forum to Fight Human Trafficking”* - , entre 13 e 15 Fevereiro de 2008 (prevista inicialmente para o final de Novembro de 2007) e, por último, após discussão desta temática, passar-se-á à chamada fase operacional, onde serão postos em prática projectos elaborados nos dois períodos anteriores, com a ajuda de um grupo de coordenação de instituições multilaterais. Paralelamente a ONU deseja que seja estabelecido um fundo internacional de apoio às vítimas. Para consolidar a gravidade deste crime apresenta dados alarmantes: *2,5 milhões* de pessoas traficadas (embora a associação americana “Free for Slaves” calcule que o número e afectados chegue aos *27 milhões*, só o governo dos Estados Unidos estima entre *600 a 800 mil traficados* através das fronteiras internacionais). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima em *12,3 milhões* de pessoas vítimas de trabalhos forçados) oriundas de *127 países* que dão um lucro aproximado de *32 milhões* de dólares anuais (só a US Federal Bureau of Investigation admite que o *TSH* gera por ano *9,5 mil milhões* de dólares), facto para que contribui, decisivamente, uma espécie de autismo mundial.” *O problema do tráfico de pessoas e as formas resultantes da escravidão moderna não conhece fronteiras, não tem passaportes. Mas se forem examinadas as causas entende-se melhor onde se localiza geograficamente (...) O problema muda de cultura para cultura (...) na Europa pode haver exploração relacionada com o sexo, enquanto que em outras partes do mundo pode haver crianças obrigadas a serem jóqueis de camelos, obrigadas a mergulhar em busca de pérolas, gente agredida como escravos modernos, mulheres em pedreiras (...).*” A ideia desta Iniciativa é actuar “tanto no lado da

oferta tornado as pessoas menos vulneráveis e mais conscientes, quanto no lado da procura mostrando às pessoas que alguns serviços que elas pedem são formas de exploração".¹⁶ Foi feito um alerta para o facto de em Dezembro de 2003 ter entrado em vigor o Protocolo da ONU para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente de Mulheres e Crianças (Convenção de Palermo), assinado e ratificado por mais de 110 países e cujo impacto, nos seus sistemas judiciais bem como na efectiva luta para solucionar este problema, não foi até então verificado.

Também a U.E., desde, sobretudo, a década de 90, se tem empenhado na luta contra o *TSH* tentando uma abordagem pluridisciplinar que envolve países de origem, de trânsito e de destino das vítimas deste crime. No relatório do Conselho sobre crime organizado (2005) sublinha-se a relação com a crescente imigração ilegal no Espaço Schengen, embora se admita que esta acontece numa escala bastante maior que o *TSH*. As questões da identificação e subsequente quantificação em *TSH* são muito delicadas sobretudo devido à situação ilegal das vítimas bem como à falta de sensibilização, por parte das autoridades e da sociedade em geral, para este tipo de crime. As iniciativas legislativas da U.E. nesta área são representativas da importância que tem vindo a assumir o *TSH* nas esferas internacionais: uma Decisão-Quadro em 2002, no seguimento do Protocolo da ONU, a constituição de um grupo de Peritos em *TSH* da Comissão Europeia, Directivas relacionadas também com a questão da imigração ilegal, o Plano de Acção Contra a *Tráfico de Seres Humanos* em 2003. Mais recentemente a assinatura da Convenção contra o *TSH* do Conselho da

¹⁶ Discurso de António Maria Costa, director executivo da ONU, UNODC, aquando da apresentação da referida iniciativa da ONU – Disponível na Internet: <http://www.unodc.org>

Europa (Varsóvia, Maio de 2005) bem como o Plano de Acção da U.E. sobre boas práticas, normas e procedimentos para combate e prevenção do *TSH* (Dezembro 2005) vieram sublinhar essa mesma importância ao mesmo tempo que é feito um alerta político e social para a questão.

Em Portugal¹⁷ têm também sido dados passos nesta matéria embora morosos, lentos e a reboque das decisões internacionais. Os dados quer quantitativos quer qualitativos são escassos, a legislação estava obsoleta, até à recente revisão do Código Penal (CP) - art. 160º da Lei 59/2007 de 04/09, alienada de uma suposta realidade criminal em constante mutação. A actual redacção, que teve origem na Proposta de Lei 98/X (votada na generalidade na Assembleia da República em 22/02/2007) tem um conceito abrangente de *TSH* que coincide em grande parte com o do Protocolo Adicional (à Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional) relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição de *Tráfico de Pessoas*. Paralelamente à revisão do CP, o governo português, acompanhando a conjuntura internacional, nomeadamente europeia, elaborou recentemente o *I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos 2007-2010* (Resolução do Conselho de Ministros, 81/2007 DR119 Série I de 22/06/07) que assenta em quatro directrizes distintas mas, sem dúvida, complementares (coordenadas com as da GIFT.UN) lançada em Março de 2007:

- a) Conhecer e disseminar a informação;
- b) Prevenir, sensibilizar e formar;
- c) Proteger, apoiar e integrar;

¹⁷ No estudo elaborado pela ONU, UNODC "*Trafficking in Persons: Global Patterns*"(2006) Portugal é mencionado uma única vez (pág.20 e mapa pág.64) como país "médio"(classificação do referido estudo) de destino, existindo uma evidente falta de dados para se fazer o ponto da situação nacional.

d) Investigar criminalmente e reprimir o *TSH*.

Combater o *TSH* eficazmente exige a consciência, por parte dos governos, dos Órgãos de Polícia Criminal (OPCs), dos cidadãos de que se trata de uma realidade complexa e multifacetada que poderá estar enraizada nos pequenos gestos do nosso quotidiano e que exige esforços combinados de carácter político, legislativo e administrativo tendo sempre *“como acento tónico a perspectiva dos Direitos Humanos. Nesse sentido, é importante que exista uma harmonização entre a vertente repressiva de combate ao TSH, que é obviamente norteadada pela punição dos traficantes, caldeada por estratégias de prevenção, de apoio, empowerment e inclusão de vítimas de tráfico”*.¹⁸

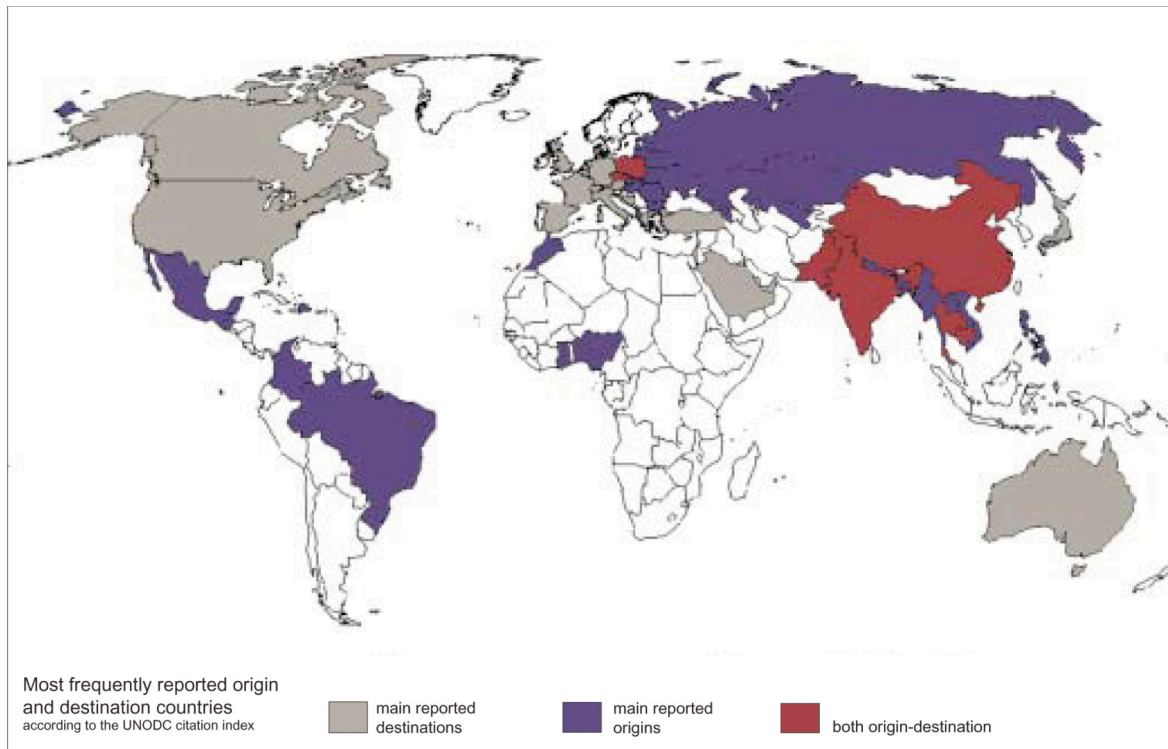
Segue-se um mapa mundial no qual estão definidos os países claramente de origem (azul escuro), de destino (cinzento) e dualistas (vermelho) de *TSH*. Esta visualização gráfica do *TSH* permite-nos ter uma ideia clara das assimetrias mundiais de cariz económico-social bem como traçar as rotas mais utilizadas pelos traficantes:

- a) México – Estados Unidos;
- b) China – Europa e Estados Unidos;
- c) Europa de Leste – Europa Ocidental e Estados Unidos;
- d) Médio Oriente e Leste do Mediterrâneo para a Europa;
- e) Ásia – Países do Golfo;
- f) Rotas entre Países Africanos;
- g) África Europa;
- h) Sudeste Asiático – Europa.

¹⁸ In I Plano Nacional Contra o *Tráfico de Seres Humanos* 2007-2010 (Resolução do Conselho de Ministros, 81/2007 DR119 Série I de 22/06/07).

Figura .2

TSH: países de origem, transição e destino das vítimas



Fonte: ONU, UNODC, Estudo "Trafficking in Persons: Global Patterns" (2006)

Capítulo 3

TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Enquadramento Jurídico

Nos últimos anos vários países têm detectado, numa série de indícios analisados da perspectiva da justiça criminal, da imigração ou mesmo da economia (sobretudo no que concerne ao emprego), um aumento de casos de TSH. As razões para este aumento estão ligadas inevitavelmente às condições catastróficas sociais e económicas de alguns países, como os do Leste europeu, africanos, sul-americanos e asiáticos - os considerados países de origem.

Ao mais alto nível internacional têm sido desencadeadas várias iniciativas prometedoras, despoletadas em círculos governamentais e não governamentais, que têm servido para incrementar a cooperação entre países atingidos, embora seja seguro afirmar que estão ainda aquém das expectativas. O combate ao TSH só será eficaz se contemplar todas as situações em que se manifesta: há que incrementar a recolha e troca de informação e a uniformização de critérios, analisar perfis de vítimas e traficantes, aumentar e incrementar a cooperação policial internacional estimulando investigações conjuntas, informar, treinar e sensibilizar os OPCs para este crime, colocá-lo no campo dos Direitos Humanos no sentido da efectiva protecção das vítimas. Além de tudo isto importa incrementar a cooperação internacional na área da Justiça, mais especificamente a questão relacionada com a harmonização da legislação, diminuindo, por esta via, as possibilidades de mobilidade e aproveitamento das lacunas das diferentes

legislações por parte dos grupos criminosos cuja actividade compreende este tipo de crime.

Analisaremos seguidamente o enquadramento jurídico do TSH ao nível internacional, comunitário e nacional, tentando interceptar conjuntos e traçar rumos para a tão necessária harmonização.

3.1 Enquadramento Jurídico ao Nível internacional

As respostas legislativas ao *TSH* variam grandemente de país para país, movidas por razões de ordem política, económica, social ou cultural: constata-se o grau de desenvolvimento de um país tem uma relação directa com as medidas tomadas para combater o *TSH* e o esforço de aplicação das mesmas. Num segundo momento, após identificados os países e as medidas, é preciso promover a harmonização das legislações, tendo sempre presente o carácter transnacional do *TSH*. É na sequência desse complexo esforço de harmonização que várias organizações internacionais, relacionadas com as áreas em que se pode considerar haver *TSH*, mas sobretudo tendo subjacente a defesa dos Direitos Humanos, adiantaram definições, tentando isolar, do ponto de vista conceptual, situações complexas bem como tornar claro que as várias vertentes deste crime abalam os alicerces do estágio actual da nossa civilização, independentemente das milhentas diferenças culturais que a compõem. Assim sendo a ONU, a OIT ou o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

não esqueceram esta missão, que está de acordo com os seus princípios estruturantes comuns.

O problema fundamental que se coloca a este nível é a imposição do respeito pelas normas de direito internacional bem como a impossibilidade dos indivíduos que, quando estas são infringidas, têm de apresentar queixas contra os Estados. Daí que o facto e se invocar normas internacionais, perante crimes da dimensão da gravidade do *TSH*, par obter reacção dos Estados que assinaram e posteriormente ratificaram esses instrumentos jurídicos, seja uma tarefa muitas vezes inútil do ponto de vista prático.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no cenário do pós Segunda Grande Guerra Mundial, afirma desde logo nos arts. 4º e 5º, que a escravatura e o tráfico de escravos, sob todas as formas, são proibidos. Não é ainda utilizada a expressão *TSH* mas o caminho, que demorará cinquenta anos a ser percorrido para se atingir uma definição completa deste fenómeno, tem aqui início. Partimos do ponto nevrálgico, os Direitos Humanos, subjacente aos bens jurídicos que o *TSH* põe em causa. O art.8º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966) proíbe a escravidão, o trabalho forçado ou obrigatório e o tráfico de escravos. O Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966, ratificado por Portugal em 1978, já no pós 25 de Abril de 1974, tal como aconteceu com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e com o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos de 1966) da ONU também ainda não utiliza o termo *TSH* mas alerta para o facto de todos os Homens deverem ter assegurada a possibilidade de ganhar a sua vida por meio de trabalho, que aceitem ou escolham livremente, bem como

estabelece protecção, face à exploração económica e social, de crianças e adolescentes.

A Declaração de Pequim, emergente da Quarta Conferência Mundial ONU sobre as Mulheres, e o seguimento que lhe foi dado sob as fórmulas Pequim+5 e Pequim +10 e a sua resolução de 10/03/2005 sobre o seguimento da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres (Plataforma de Acção), veio afirmar o crime de *TSH* em áreas específicas como a da exploração sexual. Embora se possa considerar que o *TSH* não é um crime e género, uma vez que os homens e, em particular, os rapazes são vítimas da exploração sexual e laboral, é inegável que as mulheres e as raparigas continuam a representar a maioria das vítimas deste crime.

A Convenção da ONU sobre os Direitos a Criança (adoptada em 1989 e ratificada por Portugal através do Decreto do Presidente da República nº49/90 e da Resolução da Assembleia da República nº20/90 de 02/09) em especial os seus arts 1º, 7º, 21º, 32º, 34º (considerado norma chave do direito internacional nesta matéria) e 35º e o Protocolo Facultativo à Convenção relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil de 2000 (adoptada em 2000 e aprovada em Portugal através do Decreto do Presidente da República nº14/2003 e da Resolução da Assembleia da República nº16/203 de 05/03), em especial o art. 3º, é o reflexo da especial vulnerabilidade das crianças para se converterem em vítimas e *TSH* devido à sua natural falta de experiência, à dependência e confiança na sua relação com os adultos, nomeadamente parentes e pessoas que assumem uma posição de autoridade.

Um relatório recente da UNICEF¹⁹ afirma que mais de metade e todos os nascimentos nos países em vias de desenvolvimento não são registados, o que resulta em mais de 50 milhões de crianças sem identidade, invisíveis presas fáceis para exploração sexual, laboral, adopção ilegal ou tráfico de órgãos humanos. Acrescem a estes factores outros relacionados com as diferentes valorizações das sociedades da criança e da vida ou com o espectro da pobreza, da exclusão social e da falta e perspectivas quer de formação quer de emprego. Este Protocolo vem definir o conceito de venda de crianças (qualquer acto de transacção pelo qual uma criança é transferida por qualquer pessoa ou grupo de pessoas para outra pessoa ou grupo contra remuneração ou qualquer outra retribuição) bem como punir criminalmente a oferta, entrega ou aceitação de uma criança, por qualquer meio para exploração sexual, prostituição infantil, transferência e órgãos com intenção lucrativa ou submissão da criança a trabalho forçado assim como indução indevida do consentimento para a adopção internacional de uma criança. Este Protocolo não se limita por aqui, pune também a produção, distribuição, difusão, importação, exportação, oferta, venda ou posse para fins de pornografia infantil. Além destas definições, que tentam abranger a complexidade desta realidade, o Protocolo adianta ainda medidas de protecção das crianças em sede de Processo Penal nomeadamente assegurando as suas necessidades específicas enquanto testemunhas e de forma mais ampla, enquanto seres humanos em crescimento, mais frágeis e dependentes. Por fim, o Protocolo apela para o reforço da cooperação internacional nesta matéria não só

¹⁹ UNICEF, "A Situação das Crianças no Mundo em 2007". Acedido a 10/12/2007 – Disponível na Internet: http://www.unicef.org/publications/index_3602.html

relativamente aos crimes que define e pune mas também a causas endémicas dos países de origem destas crianças como a pobreza e o subdesenvolvimento.

Relativamente ao Protocolo Facultativo à Convenção relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil de 2000 concluímos que o seu âmbito de aplicação está circunscrito, salvo disposição em contrário, à prevenção, às investigações e às perseguições penais respeitantes a este tipo de crime cometido intencionalmente, quando ele assuma carácter transnacional e esteja implicado no seu cometimento um grupo criminoso organizado.

A ONU entendeu o *TSH* como um dos fenómenos mais inquietantes da actualidade. No seguimento da Cimeira de Nápoles de 1994 e do IX Congresso das Nações Unidas sobre prevenção do crime e tratamento do delinquente, realizado no Cairo em 1995, resolveu criar um Comité *ad hoc* (em consequência da Resolução 53/111 de 09/12/1998) para elaborar uma convenção contra a criminalidade transnacional bem como dois protocolos a ela adicionais: um relacionado com o fenómeno do tráfico ilícito de migrantes e outro com a repressão e a punição de tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças. Finalmente em 2000 a Assembleia-geral, perante as delegações de mais de cem Estados, adopta a Convenção de Palermo contra o Crime Organizado Transnacional, e respectivos Protocolos Adicionais (em Portugal através do Decreto do Presidente da República nº19/2004 e pela Resolução da Assembleia da República nº32/2004 de 02/04), que, enquanto fenómeno interno, será um problema de cada Estado mas com notória vocação para a internacionalização intensificada pelo fenómeno da globalização. De notar que as diferenças entre os vários sistemas de justiça penal contribuem para essa faceta transfronteiriça de

uma perspectiva de oportunismo: as redes organizadas e crime vão tirando partido das várias falhas de legislação dos diferentes países daí a necessidade emergente, por parte da comunidade internacional, de uniformização e harmonização da legislação.

Analisemos agora o Protocolo Adicional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do tráfico de pessoas, que completa a convenção e é interpretado conjuntamente com ela, cujas disposições se lhe aplicam *mutatis mutandis*, salvo disposição em contrário, em matérias relativas ao confisco e apreensão, à extradição, ao auxílio judiciário, às investigações conjuntas, às técnicas especiais de investigação e à protecção de testemunhas. Ele é constituído fundamentalmente por duas secções: uma relativa à protecção de vítimas de *TSH* e outra sobre prevenção e cooperação.

O Protocolo tem por objectivos:

- a) A prevenção e o combate ao tráfico de pessoas dando especial atenção às mulheres e às crianças;
- b) A protecção e o auxílio às vítimas de tráfico, com pleno respeito pelos seus direitos fundamentais;
- c) A promoção da cooperação entre os Estados parte para o alcance desses objectivos.

O âmbito de Aplicação do Protocolo está circunscrito, salvo disposição em contrário, à prevenção, às investigações e às perseguições penais respeitantes ao crime de *TSH* cometido intencionalmente, quando ele assuma carácter transnacional (art.3º, nº2) e esteja implicado no seu cometimento um grupo criminoso organizado.

A vertente repressiva deste Protocolo é evidente obrigando cada Estado que o ratifica a:

- a) Conferir carácter de infracção penal, no seu direito interno, aos casos de *TSH* quando cometidos intencionalmente;
- b) Sob reserva dos conceitos estruturantes do seu sistema jurídico, cada Estado parte deve conferir o mesmo carácter à tentativa de *TSH*;
- c) Prever a penalização da cumplicidade e da instigação.

Perante o exposto deve-se analisar a relação da convenção internacional com a ordem interna em face das normas constitucionais e da lei ordinária. Perante tais normas há uma divergência doutrinal entre os que defendem a primazia da Constituição (Canotilho, Moreira, 2007)²⁰ e os que seguem a doutrina jusinternacionalista, embora dentro desta, existam posições diferentes: os que defendem o valor supra constitucional do chamado *jus cogens* (alguns princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos dos Homens) enquanto que relativamente ao direito internacional convencional é conferido um carácter infraconstitucional (Miranda, 2000)²¹, e os que defendem o carácter supraconstitucional ao direito internacional ou comum e ao convencional internacional relativo à matéria e Direitos Humanos (Quadros, Pereira, 1993)²². Quanto à relação com a lei ordinária, tem prevalecido, na nossa doutrina, o entendimento de que o direito internacional (quer comum quer de fonte convencional) se situa num plano superior ao do direito de fonte interna. Em conformidade com que ora adiantamos, parece evidente que a apreciação *lato*

²⁰ CANOTILHO, J.J.Gomes; Moreira, Vital (2007) "Constituição da República Portuguesa Anotada" – 4ª Ed., Coimbra Editora.

²¹ MIRANDA, Jorge (2000) "Manual de Direito Constitucional - Tomo II", 4ª Ed., Coimbra.

²² QUADROS, Fausto; PEREIRA, André G. (1993) "Direito Internacional Público", 3ª Ed. Coimbra Almedina.

sensu de uma convenção internacional deve ter em conta a Constituição da República Portuguesa e a sua posição de superioridade, pelo que a existência de uma incompatibilidade é impeditiva de recepção daquela convenção na ordem interna. Por outro lado a primazia do direito internacional convencional sobre o direito ordinário interno, impõe no caso de desconformidade normativa de ambos, uma adaptação da legislação nacional às soluções em concreto do direito internacional convencional em causa.

Retornando à análise em concreto do Protocolo Adicional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas concluímos que o seu principal fundamento, aliás expresso no preâmbulo, reside no facto de haver uma necessidade, no plano dos Direitos Humanos, e da qual resulta um vulnerabilidade imensa das vítimas, da criação de um instrumento universal que trate os vários aspectos relacionados com o *TSH*. Estamos perante a punição de um crime que põe em causa bens jurídicos como a dignidade da pessoa humana e a sua integridade física e moral.

Posto isto, importa agora analisar a definição de *TSH* do Protocolo:

Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional²³
Protocolo adicional relativo à Prevenção, repressão e punição do tráfico de
peessoas
Art.3ºa)

Tráfico de pessoas: o recrutamento, o transporte, a transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra para fins de exploração.

No conceito de “fins de exploração” estão incluídos a exploração da prostituição, de outrem ou outras formas e exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou suas práticas similares, a servidão e, por fim, a remoção de órgãos.

Relativamente ao consentimento da vítima, o Protocolo (art.3º b)) afirma que este não releva, mesmo que tenha existido, quando tiver sido empregue qualquer dos meios enunciados na alínea a) do mesmo artigo.

De referir que se prevê ainda especificamente o crime de tráfico de crianças, nos mesmos moldes do *TSH* em geral (ver alíneas do art.3º), sendo assim considerado quem tiver menos de 18 anos (art.3º d)).

Numa análise imediata, a desenvolver posteriormente neste estudo, concluímos que o CP português, à data da ratificação (2004) da Convenção, e respectivos protocolos adicionais, fica aquém desta redacção porque mais restrito, quer ao nível geográfico (o nosso ordenamento jurídico só punia o tráfico internacional, independentemente do seu carácter organizado), quer no âmbito

²³ Referido, neste estudo, aquando da inicial definição

do fim da conduta (o nosso ordenamento só contemplava o *TSH* para fins sexuais). Para suprimir um enorme vazio que constado recorria-se a outros artigos que punem crimes conexos ao *TSH* (art. 170º, art. 176, art. 159º CP por exemplo) bem como a legislação avulsa (de que é exemplo o Decreto-Lei 274/99 que pune o tráfico de órgãos no seu art. 20º). Como já foi mencionado o Protocolo é constituído por duas secções: uma relativa à protecção de vítimas de *TSH* e outra sobre prevenção e cooperação (capítulos II e III) que, por sua vez, são compostas por um conjunto de medidas genéricas, algumas delas condicionadas às possibilidades dos vários Estados parte, tendo em vista a concretização de orientações políticas. No que se refere à situação das vítimas de *TSH* (arts 6ª a 8º) as orientações base são as seguintes:

- a) Protecção da sua privacidade e identidade, com confidencialidade dos respectivos procedimentos judiciais;
- b) Informação sobre os procedimentos judiciais e legislativos aplicáveis;
- c) Assistência para apresentação em Processo Penal das suas opiniões e preocupações;
- d) Apoio à sua recuperação física, psicológica e social;
- e) Garantias da sua segurança física;
- f) Possibilidade de obterem indemnização pelos danos sofridos;
- g) Possibilidade da sua permanência no Estado de acolhimento, a título temporário ou permanente;
- h) Aceitação do seu repatriamento pelo Estado de origem e responsabilização do Estado de reenvio pelo seu regresso, com emissão por aquele de documentos de viagem ou de qualquer autorização necessária.

Estas medidas gerais enunciadas estão dependentes e decisões político-administrativas adequadas dos Estados parte, inclusive da necessidade ou não de, mais especificamente, dar corpo a um estatuto de vítima de *TSH*.

Por último, e no que se refere à matéria de prevenção e cooperação (arts 9º a 13º) entre os Estados parte, são estabelecidos os seguintes parâmetros gerais:

- a) Estabelecer políticas abrangentes de prevenção e combate ao *TSH* e protecção das suas vítimas;
- b) Adoptar medidas de redução de factores de pobreza, o subdesenvolvimento e a desigualdade e oportunidades;
- c) Adoptar medidas educacionais, sociais e culturais para contrariar o *TSH*;
- d) Trocar informações sobre o *TSH*;
- e) Assegurar a formação dos agentes dos serviços competentes;
- f) Reforço dos controlos fronteiriços para prevenir e detectar o *TSH*;
- g) Adoptar medidas para prevenir a utilização no *TSH* de meios de transporte explorados por transportadores comerciais que serão obrigados a verificar com regularidade os documentos de viagem dos passageiros, caso contrário ser-lhes-ão aplicadas sanções;
- h) Criação de canais de comunicação entre serviços de controlo de fronteiras;
- i) Assegurar qualidade, integridade e segurança dos documentos de viagem e identidade e prestar entre si informações sobre a sua legitimidade e validade.

Colocam-se aqui situações múltiplas de estreitamento de laços entre os Estados parte no âmbito dos assuntos internos e da justiça obrigando-os, por

força da natureza inerente do *TSH*, a uma estreita cooperação o que implica contactos constantes ao nível dos decisores políticos bem como uma gradual uniformização ou aproximação, quer ao nível da legislação, quer de procedimentos administrativos.

O *TSH* assume múltiplas formas, como vimos, e intervém em várias áreas da actividade económica o que o torna um crime complexo, tentacular e mutável. Uma dessas formas é o *TSH* de mão-de-obra que leva a milhões de pessoas em todo o mundo a serem escravos em pleno século XXI, alheados de todos os Direitos Humanos conquistados pela nossa civilização. A organização internacional que intervém neste campo quer na prevenção de irregularidades, quer mesmo na monitorização e regulação é a OIT. Em matéria de *TSH*, a OIT aprovou:

- Convenção nº29 sobre Trabalho Forçado - 1930 – ratificada, por Portugal, através do Decreto-Lei nº40646 de 16/06;
- Convenção nº 105 sobre abolição de trabalho forçado – 1957 – ratificada, por Portugal, através do Decreto-Lei nº 42381 de 13/07;
- Convenção nº 143 sobre migrações efectuadas sobre condições abusivas e sobre promoção de igualdade do tratamento de trabalhadores migrantes – 1975 – ratificada, por Portugal, através da Lei 52/78 de 25/07;
- Convenção nº182 sobre a proibição e a acção imediata para a eliminação das piores formas de trabalho infantil, aprovada pela Conferência na sua 87ª sessão – 1999 – ratificada, por Portugal, através do Decreto do Presidente da República nº 8/000 e da Resolução da Assembleia da República nº 47/2000 de 01/06. Como complemento, e ao mesmo tempo, desta a OIT aprovou a

Recomendação nº 190 que alerta os Estados signatários que as infracções que ela consagra sejam consideradas penais.

Em Portugal o *TSH*, nesta perspectiva, sempre foi esquecido, até 09/2007, nas várias revisões do CP, apesar da realidade nos mostrar que esta prática já tem raízes quer no território nacional - no qual as vítimas são cidadãos estrangeiros, imigrantes ilegais originários de países de subdesenvolvidos (sobretudo ex-colónias africanas, do Leste Europeu e Brasil) - quer no de outros países europeus: relatos frequentes em Espanha, Bélgica e Holanda, nos quais se faz recrutamento de mão-de-obra portuguesa, geralmente não qualificada, e posteriormente são usados artifícios para que tais recrutados trabalhem em condições de autêntica escravatura (sem condições mínimas de habitabilidade, sem salário, com contactos com a restante sociedade reduzidos ao mínimo).

Além da criação de legislação específica contra o *TSH* de mão-de-obra em cada Estado ratificador, na sequência destas orientações emanadas pela OIT e consonante com ela, é necessário criar uma harmonização dessa mesma legislação para que a punição deste crime transnacional seja efectivada, paralelamente é necessário reforçar as acções de inspecção do trabalho incluindo a penalização da exploração do emprego e do trabalho ilegal. A OIT, no seu Relatório Mundial referente ao ano de 2005 intitulado “Aliança Global contra do Trabalho Forçado”, estruturado sob os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (Declaração OIT de 2005), adianta ainda números expressivos no que respeita à vitimização em *TSH*:

- 80% das vítimas deste crime, nas variadas vertentes, são mulheres e raparigas ;
- Especificamente em relação ao trabalho forçado 56% das vítimas são de novo mulheres e raparigas;
- Que 98% do *TSH* para exploração sexual são mulheres e crianças.

3.2 Enquadramento Jurídico ao Nível Comunitário

A U.E. tem feito, sobretudo na última década, da luta contra o *TSH* um dos principais compromissos da sua política no domínio do chamado terceiro pilar (Justiça, Liberdade e Segurança). Este compromisso tem estado sempre presente nas relações da U.E. com países terceiros nomeadamente com a Europa de Leste, países africanos e asiáticos. Além da política de relações externas a U.E. tem-se vindo a sensibilizar para o facto de que o combate ao *TSH* vai além do fomento das políticas no âmbito do III Pilar, o investimento tem de ser feito também em áreas tão distintas como o emprego e assuntos sociais ou o seu próprio alargamento. A U.E. tem sempre presente que o *TSH* viola o princípio fundamental da dignidade humana, que se encontra na própria da sua política e dos Estados Membros para a protecção dos Direitos Humanos. O Programa Haia (adoptado pelo Conselho Europeu em Novembro de 2004) veio reafirmar a importância ao espaço de justiça, liberdade e segurança, consagrado desde o Conselho Europeu de Tampere em 1999 (que havia considerado necessário combater o *TSH* e a exploração económica de imigrantes através da aprovação de legislação que previsse severas sanções contra esses crimes, bem

como unir esforços para detectar e dismantelar as redes envolvidas e garantir direitos das vítimas). Este espaço assumiu uma posição cimeira entre as prioridades da União, não só porque se trata de um dos seus objectivos fundamentais mas sobretudo porque se encontra no centro dos interesses dos cidadãos. A luta contra a imigração ilegal paralelamente à luta contra a criminalidade organizada deverão converter o *TSH* numa actividade de baixo risco – elevado lucro para um crime organizado em actividade de alto risco - reduzido lucro. O Programa Haia convida por fim o Conselho e a Comissão a desenvolverem um plano sobre boas práticas, normas e mecanismos de luta contra o *TSH* (Secção 1.7.1). Na prática têm contribuído para tal objectivo uma série de iniciativas, sob as mais variadas formas: um exemplo que aponta neste sentido é o programa para 18 Meses das Presidências da U.E. Alemã, Portuguesa e Eslovena (Trio de Presidências), no que respeita à luta contra a criminalidade organizada, que alerta para a necessidade de se pôr uma tónica no TSH.

Na U.E., nos últimos anos, tem surgido um crescendo de uma espécie de estado de alerta relativamente a este assunto, exigindo um esforço cada vez maior de cooperação entre os Estados Membros. O Tratado da U.E. tem vindo a ser modificado no sentido de haver uma maior incidência no domínio penal, no sentido da visibilidade crescente das questões relativas à regulação judiciária e penal. Há uma nova perspectiva para analisar a Justiça, foi criada uma dupla ligação desta por um lado às noções de liberdade e segurança, no plano temático, por outro à polícia, no plano institucional (vide art.2º do Tratado que define os objectivos da União bem como o Título VI do mesmo). A ideia

subjacente, e que se verificou no texto do chumbado Tratado Constitucional, “*é sincronizar, de maneira progressiva, o espaço jurídico-judiciário com o espaço de mercado e fazer com que o dispositivo judiciário, especialmente penal, corte o passo a certas formas e criminalidade, também ela sem fronteiras*”.²⁴ As iniciativas da U.E. têm-se multiplicado na certeza de que o *TSH* é um problema mundial, que ocorre no interior das fronteiras nacionais e as transpõe, quer se trate do país de origem, de trânsito ou de destino, sendo uma das formas mais lucrativas de criminalidade organizada internacional (Rodrigues, 2000)²⁵.

Cabe agora enunciar as iniciativas europeias mais relevantes em matéria de *TSH*:

- Convenção Europeia sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina de 1997 e o art.22º do Protocolo Adicional a essa Convenção relativo a transplante de órgãos e tecidos de origem humana de 2002;
- Carta dos Direitos Fundamentais da U.E. de 2000, em especial os seus artigos 1º, 3º, 4º, 5º e 6º;
- Decisão Quadro do Conselho da U.E. de 15 de Março de 2001 relativa ao estatuto de vítima em Processo Penal;
- Declaração de Bruxelas sobre a Prevenção e o Combate ao *TSH* adoptada em 20/09/2002 na Conferência da Europeia sobre a Prevenção do *TSH* e Luta contra este Fenómeno – Desafio Global para o Século XXI;
- Decisão Quadro 2002/584/JAI do Conselho de 13/06/02, estabelece o MDE, cujo o objectivo é deter ou entregar por um Estado-membro uma pessoa

²⁴ RODRIGUES, Anabela Miranda (2000) “*O papel dos sistemas legais e a sua harmonização para a erradicação das redes de tráfico de pessoas*” Revista do MP, ano 21, nº84, p.20.

²⁵ Segundo o Relatório Explicativo (2005) da Convenção do Conselho da Europa contra o TSH, esta actividade representa a terceira maior fonte de receitas do crime organizado.

procurada por outro para efeito de procedimento penal ou cumprimento de pena ou medida de segurança (aprovado por Portugal através da Lei 65/2003 de 23/08);

- Decisão Quadro 2002/629/JAI do Conselho relativa ao *TSH*, adoptada em 19/02/2002. Perante este instrumento jurídico cada Estado Membro deve adoptar medidas necessárias para garantir que os actos que preencham o conceito de *TSH* (de acordo com a Convenção ONU contra o Crime Organizado Transnacional, Protocolo adicional relativo à Prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, Art.3ºa)) sejam puníveis;
- Criação, através de Decisão da Comissão, de um grupo consultivo denominado “Grupo de peritos sobre *TSH*” em 25/03/2003;
- Recomendação do Conselho da Europa 16/11/2003 sobre tráfico de órgãos na Europa;
- Decisão Quadro 2004/68/JAI do Conselho de 22 de Dezembro de 2003, relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e pornografia infantil;
- Directiva 2004/81/CE do Conselho de 29/04/2004 relativo ao título de residência concedido aos nacionais de países terceiros que sejam vítimas de *TSH* ou objecto de uma acção de auxílio à imigração ilegal, e que cooperem com as autoridades competentes;
- Decisão Quadro 2005/212/JAI do Conselho relativa à perda de proventos, instrumentos e bens relacionados com o crime;
- Relatórios da Europol sobre *TSH* em particular o Relatório sobre Criminalidade Organizada (2005) bem como o “Boletim dos Serviços de Informação sobre o *TSH*” apresentados periodicamente à Comissão;

- Decisão 803/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21/04/2004 que adopta o Programa de acção comunitário DAPHNE II (2004-2008, orçamento de 50 milhões de Euros) que permite a obtenção de fundos adicionais para prevenir e combater a violência exercida contra crianças, adolescentes e mulheres (vítimas) bem como ajudar as organizações activas neste domínio e a reforçar a sua cooperação; O DAPHNE III foi já posto em prática, através da Decisão 779/2007/CE de 03/07/07, para o período 2007-2013;
- A iniciativa comunitária EQUAL (o seu financiamento provém exclusivamente do Fundo Social Europeu), que embora tenha um âmbito mais vasto – visa promover novas práticas de luta contra as discriminações e desigualdades de qualquer natureza - tem vindo a financiar, nas suas várias versões, projectos relacionados com o TSH (exemplo no nosso país, entre outros, o Projecto CAIM);
- Recomendação do Parlamento Europeu ao Conselho referente ao TSH – uma abordagem integrada e propostas para um plano de acção (16/11/2006);
- Plano de Acção da U.E. sobre as melhores práticas, normas e procedimentos para prevenir e combater o *TSH* (Informação do Conselho 2005/C311/01) na sequência do Programa Haia (elaborado conjuntamente pela Comissão e pelo Conselho) publicado em 09/12/2005 no Jornal Oficial das Comunidades;
- Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o *TSH* (Varsóvia, 16/05/2005).

Já em 2003, e sobre a autoridade do Comité de Ministros de 30/04/2003, no seu 838º encontro, foi criado um Comité *Ad Hoc* contra o *TSH* (CAHTSH) pelo Conselho da Europa, cuja principal tarefa seria instruir e preparar uma Convenção Europeia contra o *TSH* que deveria colocar um especial enfoque na tutela dos direitos das vítimas, definir um sistema de monitorização que assegure que a subordinação do Estado ratificador e, simultaneamente, assentar os seus princípios basilares nas indicações do Conselho da Europa no campo dos Direitos do Homem, lei criminal e cooperação judicial bem como nas indicações da ONU (definição de *TSH* presente na Convenção ONU contra o Crime Organizado Transnacional, Protocolo adicional relativo à Prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, Art.3ºa)).

A Convenção de Varsóvia insere-se no quadro das preocupações com as graves violações dos Direitos Humanos decorrentes do *TSH*, na linha das iniciativas anteriormente enumeradas. Divide-se em seis partes fundamentais:

1. Prevenção;
2. Promoção e protecção dos direitos das vítimas;
3. Repressão Penal;
4. Investigação, procedimento criminal e direito processual;
5. Cooperação internacional;
6. Mecanismos de acompanhamento.

Esta Convenção assume-se como um instrumento jurídico internacional abordando, como não tinha sido antes, o *TSH* de uma forma globalizante, integrada. Cria simultaneamente um mecanismo específico de

acompanhamento da realização dos seus objectivos (avaliação permanente) junto dos Estados partes que a ratificarem.

Adianta, no seu art. 4º, a seguinte definição de TSH:

**Convenção do Conselho da Europa relativa à
luta contra o Tráfico de Seres Humanos
Varsóvia, 16 de Maio de 2005**

**Art.4º
Definições**

Para efeitos da presente Convenção,

a) “Tráfico de seres humanos” designa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter consentimento de uma pessoa com autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extracção de órgãos.

A definição de *TSH* prevista na Convenção é abrangente ao nível da finalidade incluindo a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou extracção de órgãos. Ultrapassa a lei penal interna em vigor à data da sua assinatura, mas enquadra-se na Proposta de Lei 98/X efectuada pela Unidade de Missão para a Reforma Penal – originadora da reforma do CP de 09/2007 – por outro lado acompanha a definição adiantada pela ONU na Convenção ONU contra o Crime Organizado Transnacional,

Protocolo adicional relativo à Prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, Art.3ºa).

O Parecer I000062007 de 24/04/2007 da Procuradoria-Geral da República²⁶, cujo relator foi o Procurador-Geral Leonel Dantas, conclui que a ratificação, após uma análise exaustiva desta Convenção, assinada em 16/05/2005 por Portugal, é compatível com as normas e princípios que enformam o sistema jurídico do nosso país²⁷. Infelizmente, e devido à falta de número de ratificações necessárias dos Estados que a assinaram, ainda não está em vigor na ordem jurídica internacional.

Até a este momento a Europol, baseada em acções encobertas realizadas e investigações ainda por concluir, tem recolhido e analisado informação referente a este tipo de crime e publicado estudos que apontam para o facto do sucesso na luta contra o *TSH* residir:

- Na uniformização na busca e recolha de informação;
- No aumento da troca de informação entre os vários Estados Membros e entre estes e países terceiros;
- Na análise de perfis de suspeitos e de vítimas bem como estimular investigações conjuntas, usando para tal métodos policiais específicos como acções encobertas ou investigações na área do crime económico;
- Na análise informação relacionada com a imigração ilegal (logística, pontos de entrada no espaço Schengen, rotas, redes internacionais envolvidas,

²⁶ Disponível na Internet: <http://www.dgsi.pt/pgpr.nsf/Internet?OpenView>

²⁷ Ratificação portuguesa efectuada através do Decreto do Presidente da República nº 9/2008 de 14/01 publicada no DR 1ª Série.

etc.) para a Europa bem como na prevenção deste fenómeno nos países de origem;

- Na sensibilização, informação, treino dos OPCs e outro pessoal ligado à área a justiça para poderem actuar com eficácia nesta área;
- Na protecção efectiva das vítimas bem como análise e extensão dos seus direitos o que implica uma análise precisa do contexto sócio-económico destas.
- Na promoção de iniciativas regionais destinadas a prevenir e combater o *TSH*, inspiradoras da cooperação ao nível da U.E., actualmente o Grupo de Trabalho Nórdico e do Báltico contra o *TSH*, a Iniciativa de Cooperação do Sudeste da Europa, o Processo Pan-europeu de Budapeste, o diálogo “5+5” entre os países do Mediterrâneo Ocidental, o Diálogo Mediterrânico sobre Migrantes em trânsito e outros fóruns e organizações;
- No desempenho de um papel cada vez mais significativo da Europol, Eurojust, Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros (FRONTEX) e Grupo Operacional (Task Force) de Chefes de Polícia no reforço da cooperação internacional no campo da investigação.

Verificamos que o *TSH* deixou de ser somente um assunto interno de cada Estado-Membro, tendo sido dados, ao nível da U.E., passos significativos em matéria de cooperação policial e judicial, nomeadamente no que respeita à harmonização dos ordenamentos jurídicos nacionais, passos esses que serão decisivos na luta contra a criminalidade organizada transnacional. A acompanhá-

los deve estar um esforço crescente para que a atitude da sociedade se altere, consciencializando-a de que a principal fonte instigadora do TSH é a procura por parte de compradores de sexo ²⁸, bem como a tolerância elevada face à exploração laboral de trabalhadores vítimas de *TSH* de forma a tornar bens ou serviços mais baratos. Recentemente, numa iniciativa inovadora, reflexo do esforço conjunto dos vários Estados-Membros que têm apostado na prevenção e combate do *TSH*, a U.E passou a comemorar o Dia Europeu Contra o Tráfico Humano – 18 de Outubro.

3.3 Enquadramento Jurídico ao Nível Nacional

A anterior análise desta questão exige agora que nos debrucemos sobre a realidade criminológica e o sistema de reacção penal português.

Os alertas mundiais têm vindo a ser emitidos das mais variadas formas no sentido do aumento do crime organizado mas, curiosamente, a comunidade científica tem vindo a estagnar na busca do conhecimento nesta matéria: é realmente difícil lutar contra adversidades como a qualidade do crime praticado (muitas vezes altamente organizado, complexo, com elevado grau de opacidade da acção dos agentes do crime), com a escassa colaboração das vítimas (que são sujeitas a um apertado controle dos traficantes, que desconhecem a língua, que assumem uma desorientação geográfica, que receiam as represálias, que desenvolvem um sentimento de desconfiança em relação às instâncias formais

²⁸ Locais onde a prostituição floresce fomentam o crescimento do TSH, segundo o United States Department of State Report (2007) "*Trafficking in Persons Report*" (June). Acedido a 12/07/2007 - Disponível na Internet: <http://www.state.gov>

de controle do país de destino), com as dificuldades levantadas pelos vários instrumentos legais (noções ultrapassadas de *TSH*, desadequação ao fenómeno, conceitos legais nem sempre coincidentes, legislação dispersa) ou com a dificuldade de definição conceptual entre *TSH* e as actividades que lhe estão próximas, utilizam meios idênticos mas no seu cerne e nas suas consequências são bastante diferentes (tal como se verificou aquando a distinção entre *TSH* e *Auxílio à imigração ilegal*).

Portugal encontra-se, em termos mundiais, a meio da escala do desenvolvimento económico e social – em vigésimo nono no Índice de Desenvolvimento Humano referente a 2006 publicado em 2007²⁹ - o que o torna um país atractivo para quem vive em países subdesenvolvidos, sem quaisquer perspectivas imediatas de melhoria das condições de vida. Simultaneamente, e devido a questões culturais, associados ao desenvolvimento da economia, o nosso país apresenta procura tanto na área da prostituição como na da mão-de-obra. Como já vimos o *TSH* pode ser visto de uma perspectiva mercantilista, ainda que ilícita, nascendo do encontro da procura e da oferta.

Ainda antes da entrada em vigor do primeiro CP do pós-25 de Abril já o Parecer da Procuradoria Geral da República P001011978³⁰ de 1978, cujo relator foi o Procurador Geral Adjunto Miller Simões, sublinhava, na sua conclusão, as *“sugestões da Polícia Judiciária no sentido de se adoptarem medidas legislativas tendentes a uma previsão legal completa das situações de TSH com vista à sua*

²⁹Disponível na Internet: http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_en_indicator_tables.pdf. O IDH é um indicador sintético que engloba três indicadores de desenvolvimento económico e social: o rendimento per capita, esperança de vida e a taxa de alfabetização da população adulta. É uma alternativa ao PNB para medir o progresso socioeconómico relativo das nações e permite comparações entre países.

³⁰ Disponível na Internet: <http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/Internet?OpenView>

exploração sexual predominantemente de mulheres, e a sua punição com penas de gravidade correspondente, e, bem assim, a proporcionar uma intervenção adequada e exclusiva daquela Polícia na investigação desses crimes (...)”.

O ordenamento jurídico português aprovou o CP de 1982 (Decreto-Lei 400/82 de 29 de Setembro) no qual o crime de *TSH* estava previsto no art.217º, na secção dos “crimes sexuais”, no capítulo relativo aos “*crimes contra os fundamentos ético-sociais da vida social*”. Punia o tráfico internacional de pessoas “*mesmo com o seu consentimento, para a prática (...) da prostituição ou de actos contrários ao pudor ou à moralidade sexual*”. A moldura penal foi estabelecida entre os 2 e os 8 anos e multa até 200 dias. No caso do agente actuar com intenção lucrativa, profissionalmente ou com recurso à violência ou ameaça grave a pena seria agravada. O mesmo sucedia se a vítima fosse conjuge, ascendente, descendente, filho adoptivo enteado ou tutelado do agente ou nos casos de entrega com vista à sua educação, direcção, assistência, guarda ou cuidado.

A reforma de 1985 (Decreto Lei 48/95 de 15/03) do CP criou o art.169º o qual estava integrado na secção de “crimes contra a liberdade sexual” no capítulo dos “crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”. A grande alteração é a de que o crime fica dependente da situação de abandono ou necessidade: “*quem (...) levar outra pessoa à prática em país estrangeiro da prostituição ou de actos sexuais de relevo, explorando a sua situação de abandono ou de necessidade (...)*”. Mantinha a medida da pena anterior. Contudo a redacção da Lei 65/98 de 02/09 omite a referência à situação de abandono e necessidade, só subsistindo a incriminação quando existe a prática daqueles

actos “por meio de violência, ameaça grave, artil ou manobra fraudulenta”. O espírito da lei reside assim na privação da capacidade de livremente e de forma esclarecida optar por dedicar-se à prostituição ou a actos sexuais de relevo. Rodrigues (2000) critica esta alteração: “ (...) *correspondeu às exigências de alargar, tornando-a mais fácil, a incriminação de certas condutas ligadas ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. O que não deve deixar de assinalar é que se sacrificou a coerência das incriminações com o que à luz de uma certa compreensão das coisas inspira o nosso direito penal, e designadamente dos crimes sexuais, se entende que fundamenta a sua intervenção. Com efeito, só a verificação daquele requisito fazia ressaltar, com toda a nitidez, que o bem jurídico protegido com as incriminações é a liberdade de autodeterminação sexual da pessoa*”.³¹

Ao longo das várias alterações mantiveram-se como características do crime:

- a) O recrutamento de alguém;
- b) A prática da prostituição ou de actos sexuais de relevo;
- c) Em outro país.

A redacção do art. 169º – Tráfico de Pessoas – (Lei 99/2001 de 25/08) era a seguinte:

³¹RODRIGUES, Anabela Miranda(2000) “O papel dos sistemas legais e a sua harmonização para a erradicação das redes de tráfico de pessoas” Revista do MP, ano 21, nº84, p.26.

art. 169º do Código Penal

Tráfico de pessoas

Quem por meio de violência, ameaça grave, ardil, manobra fraudulenta, abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando qualquer situação de especial vulnerabilidade, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de pessoa, ou propiciar as condições para a prática por essa pessoa, em país estrangeiro, de prostituição ou de actos sexuais de relevo é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

Este crime é um dos poucos integrados no capítulo dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual que tem natureza pública.

Apresenta desde logo uma limitação: considera para punição apenas o tráfico internacional remetendo o nacional para outras previsões legais como o art. 159º (escravidão). Há, neste, ponto divergência doutrina: a perspectiva mais abrangente geograficamente deste tipo de crime é a dos que defendem que a expressão “país estrangeiro” tem como ponto de referência a nacionalidade da vítima e não Portugal. Por outro lado *“desapareceu no articulado da norma a referência à realização do “tráfico de pessoas” que constava da versão do Código de 1982. Com efeito, traficar significa “mercadejar”, “negociar”, “comercializar”, sentido que fica aquém do que se quer conferir á incriminação, que visa abranger a deslocação de pessoas para o estrangeiro.”*³² A punição para condutas autónomas, verificados os elementos típicos do TSH que ocorram em território nacional, é realizada através das disposições do art.170ºCP (lenocínio), art.163º (coacção sexual), art. 164º (violação) e art. 299º (associação criminosa) e Lei

³² *Comentário Conimbricense do Código Penal. Parte Especial. Tomo I. Artigos 131.º a 201.º. Coimbra: Coimbra Editora, 1999, p. 510 e sgts.*

5/2002 de 11/01, se se verificarem os elementos típicos desses crimes. A aplicação no espaço contudo está de acordo com o princípio subsidiário da universalidade (art.5º, nº1 CP) que determina que a lei portuguesa é aplicável (condições de aplicação: agente encontrado em território nacional não podendo ser extraditado):

- a) Ainda que o *TSH* tenha sido cometido fora de território nacional (art.4º CP);
- b) Independentemente da nacionalidade do agente.

É aqui claro que se trata de um crime que atenta contra um bem jurídico que carece de protecção internacional.

Uma segunda, e crassa limitação, é o fim do *TSH* ser restringido à exploração sexual (ainda que englobando menores). Com efeito as pessoas são traficadas também no âmbito de outras actividades ilícitas como o trabalho forçado, servidão, escravatura, tráfico de órgãos, mendicidade entre outros.³³ Na alteração de 1998 CP passou a prever autonomamente o tipo legal de crime tráfico de menores (art. 176ª nº2). Pela primeira vez há a protecção do bem jurídico em causa que é a liberdade e autodeterminação sexual quando ligada ao livre desenvolvimento da personalidade do menor (de 16 anos) na esfera sexual. Prevê-se ainda o agravamento da pena em 1/3 nos termos do art.177º CP. De fora fica o tráfico de órgãos, que é punido como ofensa à integridade física grave (art.144ºCP) deixando também por punir todo o restante processo como o aliciamento, transporte, alojamento e acolhimento sem existir necessariamente intenção lucrativa por parte do agente. De fora fica igualmente o *TSH* para

³³ Tal como art.3º a) do Protocolo para a Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças associado à Convenção ONU sobre Criminalidade Organizada.

exploração de mão-de-obra que ou se enquadra no crime de escravidão, previsto no art. 159º do CP, ou se enquadra na angariação da mão-de-obra ilegal (art.185 da Lei 23/2007 de 04/07, Decreto-Lei 4/2001 de 10/01 e pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25/02) ou não tem cabimento. O meio para atingir o fim, ou seja o tipo legal de crime de auxílio à imigração ilegal está consagrado nos arts. 183º e 184º da Lei 23/2007 de 04/07 (Lei da Imigração) nos casos de vítimas estrangeiras trazidas para Portugal existindo, nessa situação, concurso efectivo entre este e outro crime aplicado nestas situações – já com o de lenocínio e violação será concurso aparente. A aplicação destes artigos, devido às várias deficiências encontradas no art.169ºCP podem levantar algumas críticas:

A aplicação do art. 170ºCP (lenocínio):

- a) Agente tem de actuar “profissionalmente ou com intenção lucrativa” (com excepção no caso de serem menores);
- b) Ignora o facto de a vítima ter sido levada para outro país que não o da sua nacionalidade, aumentando-lhe desta forma a sua vulnerabilidade.

A aplicação do art. 183º da Lei 23/2007 de 04/07 (auxílio à imigração ilegal):

- a) Não abrange os casos de uma pessoa puder ser traficada para outro país em situação legal;
- b) Incide sobre a situação de irregularidade no território português, constatando-se que o bem jurídico aqui protegido é bem diferente do crime de tráfico de pessoas: a protecção da soberania do Estado Português.

O crime de *TSH* é um crime de resultado, a sua consumação verifica-se com a prática pela vítima da prostituição ou de actos sexuais de relevo, não bastando para tal efeito o mero aliciamento. Assim sendo nos casos em que não se chega a verificar o exercício da prostituição ou prática de actos sexuais de relevo estamos perante a mera tentativa do crime de *TSH*, punível de acordo com o art.23º nº1 CP.

Como já vimos a comunidade internacional considera um crime grave, uma ameaça internacional, a aumentar paralelamente com a criminalidade organizada, fenómeno que o *TSH*, tal como o tráfico de armas ou de droga, faz parte. Essa gravidade reflectiu-se na moldura penal, considerada à luz do nosso Direito, pesada: pena de 3 a 8 anos, com a particularidade de poder ser agravada nos casos da vítima estar colocada numa especial posição de vulnerabilidade considerados no art.177º nº1 a) CP (relação familiar ou equiparada entre a vítima e o agente) e no art.177º nº1 b) CP (relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho). Remete-se a análise da legislação no que concerne ao apoio às vítimas para o capítulo a elas dedicado neste estudo.

O CP foi entretanto alterado (Lei 59/2007 de 04/09/2007). A responsável por tal alteração foi a Unidade de Missão para a Reforma Penal, criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº113/2005 de 29/07. A Revisão assumiu a forma de Proposta de lei nº98/X e “*abrange modificações materiais propriamente ditas, aditamentos e meros ajustamentos formais*”.³⁴ Entre estas várias alterações destacam-se as suscitadas por obrigações comunitárias e internacionais nomeadamente, para a questão em causa:

³⁴ Proposta de Lei nº98/X, Exposição de Motivos, p.1.

- O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança (venda de crianças, prostituição e pornografia infantil) – Maio 2000;
- Convenção da ONU – contra a criminalidade Organizada Transnacional e protocolo adicional relativo à Prevenção e à Punição de Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças;
- Decisão Quadro 2002/629/JAI, do Conselho, de 19/07/2002, relativa à luta contra o *TSH*;
- Decisão Quadro 2004/68/JAI, do Conselho, de 22/12/2003, relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e pornografia infantil;
- Convenção do Conselho da Europa contra o *TSH* assinada por Portugal a 16/05/2005 (Convenção de Varsóvia).

O fortalecimento dos bens jurídicos enquadrados nas orientações políticas nacionais, europeias e mundiais permitem que a resposta a fenómenos criminais graves, como o *TSH*, identificado pela própria Constituição da República Portuguesa no art.34,nº3 seja mais eficaz, acompanhando o evoluir da criminalidade.

A nova redacção do CP, em vigor desde 15/09/2007, para o crime de *TSH* é a seguinte:

Lei 59/2007 de 04/09 - Código Penal
Art.160º
Tráfico de Pessoas

1- Quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos:

- a) por meio de violência, rapto ou ameaça grave;
- b) através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;
- d) aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou
- e) mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima;

é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

2- A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos.

3-No caso previsto do número anterior, se o agente utilizar qualquer dos meios previstos nas alíneas do nº1 ou actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de 3 a 12 anos.

4-Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adopção, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.

5- Quem, tendo conhecimento da prática do crime previsto nos números 1 e 2, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

6- Quem reter, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos números 1 e 2 é punido com pena de prisão até 3 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

O crime de *TSH* passa a compreender todas as acções e fins enunciados no nº1 do art.160º da Lei 59/2007 de 04/09. Esta redacção tem um elemento inovador (nº5) que promove a consciência cívica e apela à responsabilização da sociedade civil: passaram a ser punidas todas as pessoas que, tendo conhecimento que alguém esteja a ser vítima de *TSH*, usufruam dos seus serviços. No que respeita a tráfico de menores admite-se que seja cometido através de meio além dos enunciados no nº1 (vide nº 2 e nº3 do art.160º), mas se cometido através daqueles há direito à agravação.

O legislador achou também necessário, dada a complexidade do crime, criar incriminações conexas *“referentes à adopção de menores mediante contrapartida, utilização de serviços ou órgãos de pessoas vítimas de tráfico e à retenção, ocultação, danificação ou destruição dos respectivos documentos de identificação ou de viagem”*.³⁵

Na nova redacção do crime de *TSH* continua a ser punida a tentativa, o que dada a nova moldura penal para este crime, está implícito (conjugado com o art. 23 nº1 CP). No que se refere ao auxílio e à instigação aplicam-se as regras gerais da autoria, da cumplicidade e comparticipação (art.26º a 29º do CP).

Uma questão que sempre se levantou sobretudo no domínio da criminalidade organizada, logo no domínio do *TSH*, foi a necessidade de consagração da responsabilidade penal de pessoas colectivas tida como especialmente relevante na prevenção e no combate do crime.

As circunstâncias agravantes deste tipo de crime não são alteradas (excepto do caso pontual dos menores como já vimos) ficando ainda aquém do

³⁵ Proposta de Lei nº98/X, Exposição de Motivos, p.10

art. 24 da Convenção de Varsóvia: no quadro actual apenas são consideradas as determinadas pelas relações de parentesco ou existência de relação de dependência. As novas circunstâncias agravantes que deveriam ser adoptadas seriam:

- a) O *TSH* ter colocado em perigo a vida da vítima, deliberadamente ou por negligência grave;
- b) O *TSH* ter sido cometido contra uma criança;
- c) O *TSH* ter sido cometido por um agente público no exercício das suas funções;
- d) A infracção ter sido cometida no quadro de uma organização criminosa.

Sendo um *TSH* um crime com uma possível componente transnacional é necessário que se adoptem medidas para garantir que as infracções previstas sejam punidas com sanções eficazes, proporcionais e dissuasoras (cooperação internacional). Tais sanções implicam muitas vezes que durante o processo haja lugar a extradição, à qual Portugal impõe os limites consagrados na sua Constituição (art.33º) e na Lei 144/99 de 31/08 (cooperação judiciária internacional em matéria penal). Nos últimos anos facilmente se constata que esta via de combate ao *TSH* tem proporcionado iniciativas férteis sobretudo, se for o caso, apoiando-se num instrumento fundamental que é o MDE - (Lei 65/2003 de 23/08, nomeadamente o art.2º nº2 c) do mesmo).

Relativamente a bens, produtos e vantagens provenientes da prática do crime de *TSH* têm de ser feitas duas considerações: a primeira relativamente à sua perda, por parte dos agentes, já se encontrava prevista no anterior CP (em vigor até 14/09/2007) dos arts. 109º (perda de instrumentos e produtos) e 111º

(perda de vantagens) que determina que, se verificarem os pressupostos expressos nos artigos, são declarados perdidos a favor do Estado. Estes bens e produtos estão abrangidos também pelo art. 368º A do CP referente ao branqueamento, aplicando-se-lhe como tal o regime prevenção e repressão do branqueamento de vantagens de proveniência ilícita, aprovado pela Lei 11/2004, de 27/03 (na sequência da transposição da Directiva nº2001/97/CE).

Quanto às medidas que permitem o encerramento temporário ou definitivo de qualquer estabelecimento utilizado para a prática de *TSH* ou para interditar o autor da infracção a título temporário ou definitivo do exercício da actividade no âmbito da qual a infracção foi cometida o CP, conduz-nos ao art. 100º (interdição de actividades) que permite, no âmbito das medidas de segurança não privativas de liberdade, a interdição de actividades a quem for condenado por crime cometido com grave abuso de profissão, comércio ou indústria quando, em face do facto praticado e da personalidade do agente, houver fundado receio de que possa a vir praticar outros factos da mesma espécie. A Lei 59/2007 de 04/09 permite que pessoas colectivas, através das penas acessórias que lhes serão aplicadas, sejam integradas também neste aspecto.

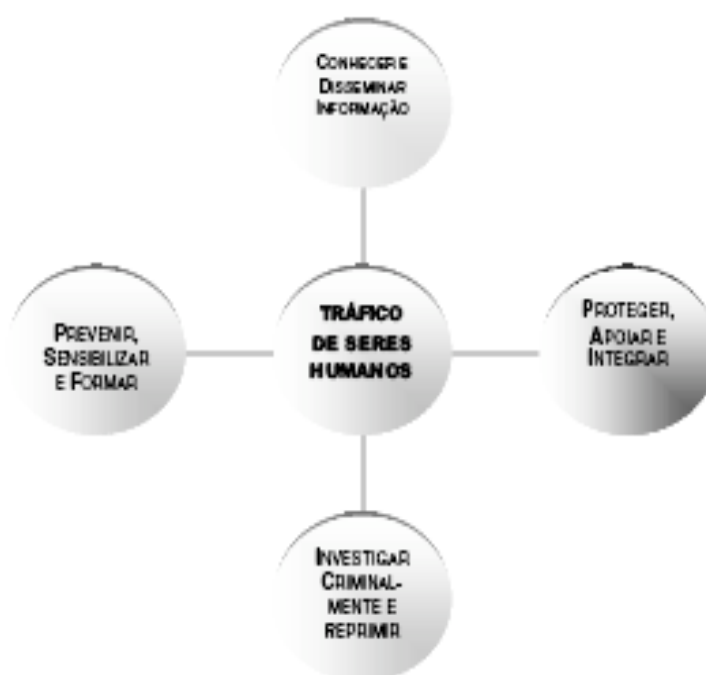
O balanço desta nova redacção é positivo eliminando uma série de lacunas graves que o artigo 169º CP (Lei 99/2001 de 25/08) continha, o que empurra a prática jurisprudencial para a aplicação de tipos legais que possuem elementos que de alguma forma estão ligados ao *TSH* mas que *não são TSH*. Para se tentar atingir o *TSH* na sua essência é necessário não só a revisão do CP e legislação conexa mas também encetar um movimento de mudança de

rumo das orientações políticas, quer no que respeita à investigação criminal (sensibilização, formação específica dos OPCs no terreno, no caso português o SEF e a PJ, bem como do próprio Ministério Público que tem em mãos a condução das investigações), quer nas próprias políticas de imigração e reajuste das mesmas ao nível internacional ou no aprofundamento de questões sociológicas, ainda não resolvidas por entraves relacionados com a mentalidade, como por exemplo a legalização da prostituição ou o aspecto estigmatizante associado a vítimas deste tipo de crime. Portugal tem feito um esforço recente para acompanhar a evolução desta questão, são reflexos disso as recentes reformas do CP e Processo Penal (ambos em vigor desde 15 de Setembro 2007) bem como o contestado Projecto de Lei 127/X da chamada Lei de Política Criminal, dando origem à Lei 51/2007 de 31/07 que, ao definir as orientações da política criminal para o biénio 2007-2009, estabelece uma sistematização das prioridades, tendo em conta o critério do bem jurídico, na qual está incluído o crime de *TSH* no que concerne à criminalidade organizada (nos art.2ºa), art. 3º a), art.4º a) e d)). Outro reflexo é o I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (Resolução do Conselho de Ministros 82/2007, publicada no Diário da República, I série, de 22/06/2007). Este Plano vem tentar colmatar todo um vazio que existia no nosso país nas mais variadas vertentes, nomeadamente da inclusão social, imigração e do género. É um impulso inicial na sensibilização da sociedade do nosso país para um problema que lhe é transversal, obrigando-a a partilhar responsabilidades com as diversas entidades governamentais. Com efeito deve ser analisado em conjugação com o Plano Nacional para a Inclusão, que prevê um modelo de acolhimento às vítimas de *TSH*, com o Plano para a

Integração dos Imigrantes e com o III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género (2007-2010), permitindo uma intervenção integrada neste problema. O I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos em a duração de três anos (2007-2010) e, para que este fenómeno deixe de ser oculto, foram definidas as seguintes áreas operacionais:

Figura 3

- Áreas Estratégicas de Intervenção



Fonte: Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007).

Segue-se uma enumeração exaustiva das medidas que devem ser tomadas e por quem. A primeira a que servirá de ponto de partida para todas as outras, é a implementação de um sistema de monitorização da problemática do TSH, que será concretizada através da criação e lançamento de um Observatório e de um fórum alargado a todos os agentes envolvidos nesta matéria, com periodicidade anual. Esta estrutura auxiliará o Ministério da Justiça (MJ) que,

conjuntamente, com o Ministério da Administração Interna (MAI), deverão levar a cabo um estudo aprofundado e analítico, tanto qualitativo como quantitativo, das diversas perspectivas que integram o *TSH*: vítimas; exploradores; instituições de apoio; e nas diferentes dimensões: social; psicológica; jurídico-legislativa; etc. É essencial que este estudo contenha também recomendações que acelerem o longo caminho que temos pela frente para combater o *TSH*.

O Plano contém, no seu cerne, uma perspectiva integradora deste fenómeno, não se limitando ao *TSH* para fins de exploração sexual, abrangendo também a exploração laboral associada à imigração ilegal. No âmbito da prevenção e do apoio o plano prevê que sejam garantidos todos os meios de protecção às possíveis testemunhas e seus familiares, bem como proporcionar autorização de residência temporária com a duração de um ano às vítimas de *TSH* (ver nova lei dos Estrangeiros: Lei 23/2007 de 04/07 conjugada com o Decreto-lei 368/2007 de 05/11, de artigo único, que regulamenta a concessão de autorização de residência a cidadão estrangeiro identificado como vítima de crime de tráfico de pessoas), independentemente da sua colaboração com a investigação, e ainda a criação serviço telefónico de apoio para elas direccionado, assistência jurídica, cuidados médicos, psicológicos e sociais. Paralelamente a esta nova lei concede às vítimas de *TSH* um período de reflexão (de 30 a 60 dias) para decidirem se colaboram ou não com as autoridades na investigação criminal da suposta rede criminosa que as traficou.

No âmbito da investigação criminal do *TSH* o Plano prevê a criação de um guia de registo uniformizado a ser aplicado pelas forças e serviços de segurança, facilitando assim o controle deste fenómeno. Paralelamente é

necessário formar e sensibilizar os OPCs, não descurando a dotação de meios técnicos para que aumente sua celeridade e eficácia na detecção de situações.

No âmbito da divulgação do *TSH* e da sensibilização social está previsto a criação de equipas de mediadores culturais para participarem na divulgação de informação a imigrantes a residirem em Portugal, bem como campanhas publicitárias nos Media, quer através de acordos com empresas no sector da Internet.

Em traços muito gerais foi assim delineado este I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos contemplando um leque de mecanismos de referência nacionais, no sentido de identificar os seus contornos específicos, harmonizar procedimentos e disseminar boas práticas.

Esta reforma tem por base uma séria reflexão e análise comparativa efectuada no âmbito do Projecto CAIM (Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão), financiado pela iniciativa comunitária EQUAL II, que envolve entidades tão diversas como a Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM), o MAI, o MJ, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a APF, através do Espaço Pessoa (Centro de apoio a prostitutas e prostitutos) *“desenvolvendo uma actividade interinstitucional na área da prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Assume claramente o objectivo de reunir as vontades e os recursos disponíveis para perceber em tempo, agir sobre e transformar a realidade social em que a prostituição e o tráfico de mulheres se manifestam”*³⁶ Este projecto tem como principais linhas orientadoras:

³⁶ Disponível na Internet:: <http://www.caim.com.pt/main.php?lg=pt> - Objectivos .

- Levantamento de legislação nacional e estrangeira e apresentação de propostas de medidas e políticas que respondam às necessidades de protecção e assistência às vítimas de *TSH*;
- Aprofundamento do conhecimento do *TSH* nomeadamente através da implementação de um sistema de monitorização deste fenómeno, da criação e aplicação de um guia de registo para situações de tráfico, da compreensão das dinâmicas e tendências actuais do fenómeno através da investigação científica;
- Desenvolvimento de medidas de apoio e integração social das mulheres vítimas de tráfico;
- Formação de técnicos de intervenção, de agentes e serviços de segurança, de mediadores interculturais e de mulheres vítimas de tráfico, assim como de formadores para que sejam assegurados os efeitos multiplicadores da formação;
- Desenvolvimento da cooperação entre os diversos agentes de intervenção, quer a uma escala nacional, quer a uma escala internacional.

O XVII governo, com o objectivo de reforçar os factores positivos e remover vulnerabilidades identificadas, apostou ainda na ratificação da Convenção contra o *TSH* do Conselho da Europa, a chamada Convenção de Varsóvia, aprovada há dois anos (em 16/05/2005) e subscrita por 36 Estados parte, entre os quais o nosso.

Capítulo 4

TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Rotas Comportamentais

O *TSH* é um fenómeno que, como já vimos, afecta e implica todas as regiões e muitos países do mundo. Enquanto as rotas vão mudando constantemente (embora existam grandes movimentos de traficados mundialmente definidos³⁷) permanece um factor constante: a assimetria no desenvolvimento económico entre os países de origem e os países de destino. Identificados como países de destino estão as nações ocidentais influentes (sobretudo Europa, América do Norte, países asiáticos mais desenvolvidos economicamente bem como países do Médio Oriente cuja atractiva estabilidade económico-social se deve à produção de petróleo). Os países de origem são, por sua vez, países pobres, em vias de desenvolvimento ou recentemente envolvidos em conflitos (e.g. zona dos Balcãs). Por fim há que mencionar ainda os países bidireccionais cuja realidade é mais complexa: quer pela sua localização geográfica, quer por momentos sócio-económicos que atravessam ao longo da História, propiciam o êxodo para o estrangeiro, ainda que para um país vizinho, das classes sociais mais baixas, em busca de uma vida melhor, bem como o aumento de procura para traficados por parte das classes sociais mais altas, as elites, que, devido a booms de sectores específicos da economia, enriqueceram repentinamente. Tal como o auxílio à imigração ilegal, o *TSH* invariavelmente

³⁷ Figura 2 – TSH: países de origem, transição e destino das vítimas.

envolve um movimento de um país pobre para um país mais desenvolvido: do sudoeste asiático mais pobre para o mais desenvolvido ou para a América do Norte, de África para a Europa Ocidental, da Europa de Leste e Central para a Europa Ocidental.

As rotas de *TSH* podem ser redesenhadas durante um conflito ou mesmo após este ter cessado, aproveitando-se das fragilidades e uma sociedade nessa situação: ainda durante a recente crise do Kosovo, várias ONGs relataram que mulheres e raparigas foram raptadas dos campos de refugiados albaneses por grupos armados para que a procura dos ocidentais ali estacionados, para trabalhar ou para implementar a paz, fosse satisfeita. A criminalidade organizada, sempre que tal lhe é permitido, não luta contra o Estado, toma o seu lugar.

A U.E. é a nossa realidade regional, é nela que nos enquadramos, enquanto Estado Membro, aos mais variados níveis. Existe também uma Europa a duas velocidades no que se refere ao *TSH*: a Europa Ocidental, composta por países com um maior nível de desenvolvimento, com regimes democráticos estabilizados, com bom nível de vida, frequentemente referidos como países de destino, e a Europa de Leste, cujo contexto político adverso não permitiu ainda um desenvolvimento sustentado, onde se julga que o *TSH* atingiu proporções alarmantes. A Europol afirma que nos últimos cinco anos houve um aumento do número de vítimas traficadas na U.E.: Rússia, Ucrânia, países vários da Europa Central e de Leste (Albânia, Ex-Jugoslávia por exemplo). A natureza clandestina do *TSH* combinada com, muitas vezes, vazios legais ou ausência de monitorização específica que este crime exige, dificulta estimativas mais precisas quanto ao número efectivo de vítimas traficadas (julga-se que serão centenas de

milhar) para e no interior da U.E.. Face à ausência de dados quantitativos segue-se um quadro demonstrativo de quais as rotas que dominam cada um destes vinte e cinco países (Bulgária e Roménia, devido à muito recente adesão, não são ainda mencionados nas rotas descritas):

Tabela B
Rotas de TSH nos Estados Membros da União Europeia

Estado – Membro	País de Destino Trânsito Origem	Vitimas traficadas de:	Vitimas transitaram por:
Alemanha	Destino e trânsito	Europa Central e de Leste	-----
Áustria	Destino e trânsito	Europa de Leste e Central, ex- União Soviética, República Dominicana e China	Itália, França, Espanha e Alemanha
Bélgica	Destino e trânsito	África Subsaariana, Europa Central e Ásia. Principais países de origem: Albânia, Nigéria, Moldávia, Rússia e Ucrânia.	-----
Chipre	Destino	Europa de Leste e Central	-----
Dinamarca	Destino e trânsito	Europa Central e de Leste, Estados Bálticos, Ucrânia, Moldávia e Rússia.	Outros países Europeus
Eslováquia	Trânsito	Ucrânia, Moldávia e Balcãs	Europa Central e de Leste, Japão
Eslovénia	Trânsito	Leste e Sudeste da Europa (Ucrânia, Eslováquia, Roménia, Moldávia e Bulgária)	-----
Espanha	Destino e trânsito	Roménia, Rússia, Brasil, Colômbia, Nigéria, Equador, Guiné, Serra Leoa, Bulgária e Ucrânia	Portugal, França e Alemanha
Estónia	Origem e trânsito	Rússia e Lituânia	Países nórdicos, nomeadamente a Finlândia
Finlândia	Destino e trânsito	Rússia, Estónia, Ucrânia, Bielo-Rússia, Letónia,	Países da União Europeia

TRÁFICO DE SERES HUMANOS
Análise de uma escravatura contemporânea

		Lituânia, Geórgia e Ásia.	
França	Destino	Europa de Leste e Central, África e Ásia	-----
Grécia	Destino e trânsito	Europa de Leste e Balcãs	-----
Holanda	Destino e trânsito	Europa Central e de Leste, Nigéria, Brasil	-----
Hungria	Destino Trânsito Origem	Rússia, Roménia, Ucrânia, Moldávia, Bulgária e Balcãs	Norte da Europa e USA
Irlanda	Destino e trânsito	Europa de Leste, África e África do Sul.	-----
Itália	Destino e trânsito	Nigéria, Roménia, Moldávia, Ucrânia, Albânia, Rússia, Bulgária, China, América do Sul	-----
Letónia	Origem e trânsito	-----	Alemanha, Espanha, Reino Unido, Itália, Chipre, Suíça, e países nórdicos
Lituânia	Destino Trânsito Origem	Ucrânia, Rússia e Bielo-Rússia	Grandes cidades europeias
Luxemburgo	Destino	Europa de Leste	-----
Malta	Destino	Europa de Leste, Ucrânia e Rússia	-----
Polónia	Destino Trânsito Origem	Ucrânia, Bulgária, Roménia, Bielo-Rússia e Moldávia	Europa Ocidental, Israel e Japão
Portugal	Destino Trânsito	Ucrânia, Moldávia, Rússia, Roménia, Brasil	-----
Reino Unido	Destino	Europa de Leste, Leste asiático e África ocidental	-----
Republica Checa	Destino Trânsito Origem	Ucrânia, Rússia, Moldávia, Lituânia, Bielo-Rússia, Roménia, Bulgária, Eslováquia, China e Vietname	Europa Ocidental e USA
Suécia	Destino Trânsito	Leste e Sudeste da Europa, Báltico, Rússia, Tailândia	Dinamarca, Noruega, Alemanha, Reino Unido e Espanha

Fonte: Schlaphoh I (2006)

Após uma breve análise deste quadro concluímos de imediato que o espaço europeu é o reflexo do princípio atrás enunciado, de que a maioria das rotas de *TSH* se fazem no sentido países pobres – países ricos. A acrescentar o

facto de que o movimento se faz das zonas rurais para as zonas urbanas devido, sobretudo, à procura que ali será maior dada a concentração populacional.

Em geral as rotas do *TSH* traçam-se, em cada região, entre países vizinhos ou mesmo no seu interior embora se verificam outras, com uma maior dimensão, entre continentes mais e menos desenvolvidos economicamente. Dependendo da complexidade das rotas, o intervalo de tempo entre a partida e a chegada ao país de destino pode demorar dias, meses, anos.

O *TSH* é um problema que atravessa as fronteiras nacionais de todos os países nele envolvidos, como tal combatê-lo envolve uma estratégia internacional de coordenação dos diversos governos na área, sobretudo, das políticas de justiça e assuntos internos, bem como um intenso trabalho diplomático sentido da harmonização/compatibilização das diferentes legislações nacionais. Conhecer a fundo as rotas mundiais, identificar os seus actores em múltiplos contextos, definir traços comuns e perspectivar dissemelhanças é talvez o caminho para entender e combater eficazmente o *TSH*.

4.1 Vítimas

Quando abandonamos momentaneamente a questão da investigação do *TSH* baseada em conceitos expressos na lei, quando abandonamos a questão da multidisciplinaridade, da compreensão sócio-económico-cultural, quando simplesmente pensamos em *TSH* da forma imediata pensamos nas vítimas, nos milhões de vítimas anuais estimadas anualmente pela ONU e por diversas ONGs

que se dedicam ao combate deste complexo crime. Gera-se controvérsia sobre o seu número efectivo: não se dão a conhecer pelos mais diversos motivos, quer objectivos - uma vez que *TSH* como crime que é possui uma natureza clandestina pelo que dificulta as estatísticas oficiais por um lado - quer culturais: em muitos países as vítimas não podem ter esse estatuto devido à não de criminalização deste crime (quer nas legislações nacionais quer pela falta de ratificação de instrumentos jurídicos transnacionais). Contribuem, para esta vulnerabilidade estatística, factores como o estigma social que sentem enquanto vítimas – sobretudo no campo da exploração sexual, que as leva a não se darem a conhecer – ou porque simplesmente não se reconhecem como tal por desinformação ou pelas suas raízes culturais, ou ainda porque temem por si ou pelos seus, sentem-se desorientadas, confusas relativamente às autoridades de um país estranho (o de destino ou um intermédio). Existem sim cálculos baseados na observação das ONGs no terreno e nas redes internacionais de *TSH*, que vão sendo lentamente desmanteladas por uma investigação criminal cada vez mais suportada por legislação sólida nesta matéria, cada vez mais sensibilizada para o contacto com as vítimas. Aliás, no que respeita a *TSH*, o aspecto quantitativo é ainda uma quimera no momento, daí o esforço desenvolvido e reforçado na última década para um alerta mundial nesta matéria. Prevenir, alertar, compreender a diversidade, intervir, harmonizar legislações, cooperar na exacta medida da transnacionalidade deste tipo de crime, punir, proteger as vítimas efectivas e as potenciais que, por razões económicas, sociais ou culturais correm o sério risco de serem traficadas.

De um ponto de vista jurídico uma pessoa traficada é um sujeito passivo (vítima) do ilícito penal e/ou pessoa contra quem se comete crime ou contravenção. Do ponto de vista social tem-se vindo a constatar uma associação entre vítima e submissão, uma ênfase no lado subjectivo e moralista da questão sobre o qual é preciso reflectir e desconstruir. Definir o que é uma vítima de *TSH* passa também pela questão do consentimento, passa pela construção social do que é realmente ser vítima. Passa também pela aferição dos vários níveis de vitimização que podem ir da total coacção (rapto) ao menos gravoso, no que há conhecimento e consentimento na actividade mas há um desconhecimento do tratamento característico do *TSH*: intimidação, endividamento, coacção e exploração. Associar esta realidade a disposições legais pouco claras pode deixar cair a definição de vítima em teias de valores morais, hierarquizando-as quanto ao nível de ajuda que as autoridades lhes devem prestar. Verifica-se uma enorme dificuldade em encontrar um conceito de vítima de *TSH* para os diversos agentes que lidam com o fenómeno, devido aos diferentes níveis de vitimização, resultando que nem sempre são consideradas como vítimas para efeitos de investigação criminal. Uma das tentativas de definição mais generalistas (estatuto de vítima em processo penal) é adiantada, por exemplo, na legislação comunitária: *“Vítima”: pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, directamente causadas por acções ou por omissões que infrinjam a legislação penal de um Estado Membro*³⁸. Na legislação nacional foi recentemente definida como *“pessoa em relação à qual hajam adquiridos indícios*

³⁸ Decisão-Quadro do Conselho 2001/2220/JAI de 15/03/2001

da prática desse crime, por autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal, ou quando o coordenador do Plano Nacional contra o TSH entender que existem motivos suficientemente ponderosos para crer que essa pessoa é vítima de tráfico e determina que a necessidade de protecção se mantém enquanto houver risco de a vítima, os seus familiares ou pessoas que com ela mantenham relações próximas serem objecto de ameaças ou ofensas a bens pessoais ou patrimoniais, praticadas pelos agentes do tráfico”³⁹.

As vítimas, envolvidas numa teia económica baseada na oferta e na procura, são aliciadas com propostas de emprego que representam promessas de uma vida melhor, envolvidas pelo El Dourado que representam os países de Primeiro Mundo, tirando, os recrutadores, partido da pobreza, do desemprego e da discriminação baseada no género, nas minorias, no racismo, na falta de educação e da facilidade de corrupção. O TSH está assim intimamente ligado às políticas de emigração, tanto dos países de origem e de destino bem como a razões estruturais de ordem económica e social, que causam profundas assimetrias no nosso planeta mergulhando regiões imensas numa crise profunda, provocando, por desespero, movimentos populacionais massivos.

4.1.1 Perfil

Quem são afinal as vítimas de TSH, qual a sua proveniência, a sua motivação, quais as razões que as levaram a dar uma salto no vazio deixando as suas raízes no passado?

³⁹ Decreto-Lei 368/2007 de 05/11, Diário da República I Série.

Num Relatório sobre *TSH*, votado pelo Parlamento Europeu em Novembro de 2006 e elaborado pela deputada Edit Bauer, afirmava-se que mais de cem mil pessoas são vítimas de *TSH* anualmente na U.E. A ONU estima que são traficadas anualmente 2,5 milhões de pessoas, já os Estados Unidos no último Relatório sobre *TSH* do Departamento de Estado (Junho de 2007)⁴⁰ adianta 800 mil pessoas traficadas anualmente das quais 80% são do sexo feminino (70% são traficadas para fins de exploração sexual) e 50% são menores, números esses que não incluem as vítimas traficadas dentro dos seus próprios países, como frequentemente é verificado no tráfico de mão-de-obra. A OIT adianta que actualmente estimam-se em 12,3 milhões os seres humanos vítimas de tráfico de mão-de-obra (o que engloba trabalho forçado ou como pagamento da sua comida e alojamento, trabalho infantil e exploração sexual). Estes números demolidores levaram até o Vaticano⁴¹ a emitir uma declaração, no final de 2006, no sentido de que o *TSH* se revela pior do que o tráfico de escravos abolido no séc. XIX.

Este gráfico extraído do mais recente relatório da ONU (UNODC)⁴² é o reflexo de alguns números atrás adiantados.

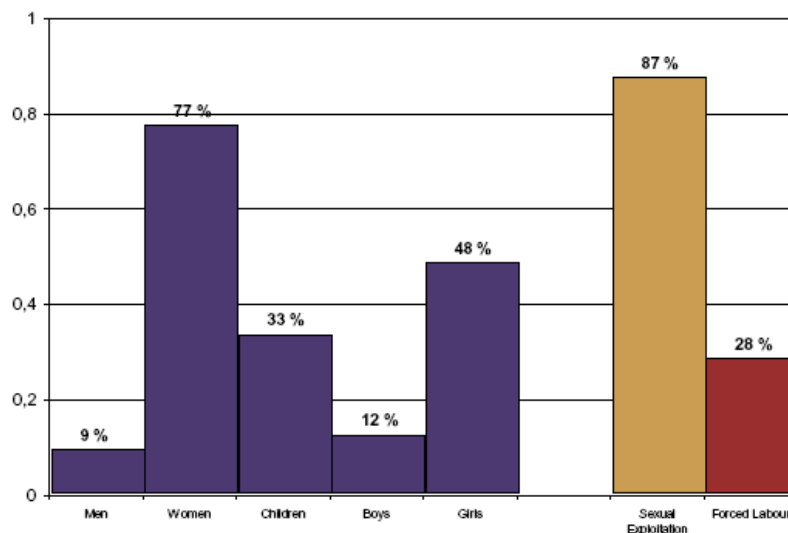
⁴⁰ United States Department of State Report (2007) "*Trafficking in Persons Report*" (June).

Acedido a 12/07/2007 - Disponível na Internet: <http://www.state.gov>

⁴¹ Disponível na Internet: <http://www.oecumene.radiovaticana.org/bra/Articolo.asp?c=103832>

⁴² ONU (2006) *Trafficking in Persons: a Global Patterns*, UNODC –(April) p..33

Figura 4
Perfil das vítimas e fins do TSH ao nível mundial



Fonte: ONU, UNODC, "Trafficking in Persons: Global Patterns" (2006)

Traçar um perfil tipo de vítima é possível mas, dada a complexidade que envolve o *TSH*, poderá limitar a nossa análise: a maioria das vítimas é originária de países com condições sócio-económicas precárias mas há milhares de exemplos de vítimas que acabaram sendo traficadas por circunstancialismos subjectivos, não cabendo no perfil estereotipado de vítima de *TSH*. São os casos de pessoas que têm a sua escolaridade obrigatória incompleta, que fogem de abusos familiares reiterados ou relações sentimentais falhadas, que são desempregados de longa duração e que não têm qualquer perspectiva de futuro. Surpreendentemente existem vítimas cuja educação é elevada, falam mais de uma língua, tem relações estáveis e emprego mas que a globalização lhes permite viajar de forma rápida e acessível, lhes permite manter vários contactos no estrangeiro, lhes permite aguçar a curiosidade do que será uma vida completamente diferente em outro país. O ponto comum a todas elas é a vontade

de agarrar o que lhes parece uma oportunidade de emprego demasiado boa para ser verdade. No site oficial da MTV⁴³, no âmbito de uma campanha informativa sobre o *TSH* junto de um público mais jovem, foi publicado, em várias línguas, este anúncio de alerta em jeito de recrutamento:

És ambicioso?

Queres arranjar um bom emprego e ganhar bom dinheiro?

Queres viajar?

Queres ter uma vida melhor?

Se a tua resposta a qualquer uma destas perguntas é sim, então tu podes tornar-te uma vítima do tráfico humano.

Ninguém aceita ser traficada. As vítimas são enganadas ou forçadas a entrar numa situação perigosa sobre a qual perdem todo o controlo. Elas podem ser:

Mulheres e crianças de países em vias de desenvolvimento;

Pessoas que não têm dinheiro ou não têm a oportunidade de trabalhar ou de estudar;

Jovens que querem melhorar a sua vida.

As vítimas podem ser licenciadas e de todas as origens, raças e classes sociais. E não são só mulheres. Os homens também correm o risco de serem traficados para serem usados em trabalhos não qualificados envolvendo essencialmente trabalhos forçados.

Fonte: Site oficial da MTV

Relativamente às crianças, como vimos uma grande parte das vítimas de *TSH*, os processos de recrutamento envolvem terceiros sobretudo pais, familiares ou responsáveis pela sua educação que, confrontados com a oportunidade de lucro, paralelamente à desresponsabilização, colaboram num esquema de tráfico mais sofisticado.

Segundo a Europol, os factores que transformam este vasto leque de pessoas em vítimas de *TSH* são designados por *push and pull factors*:

PUSH

- Desemprego elevado;
- Discriminação de género reflectidas também no mercado de trabalho;

⁴³Disponível na Internet: <http://217.69.40.171/portuguese/traffic/victims/>

- Falta de oportunidade para melhorar a qualidade de vida;
- Discriminação com base no sexo ou na etnia;
- Pobreza;
- Fuga de algum tipo de perseguição, violência ou abuso;
- Fuga de violação de Direitos Humanos;
- Colapso da infra-estrutura social;
- Situações conjunturais como conflitos de várias ordens, guerra;
- Percepção das oportunidades em países/regiões desenvolvidos.

PULL

- Melhoria da qualidade de vida;
- Perspectivas de uma educação com mais qualidade;
- Ausência de discriminação ou abuso;
- Reforço dos padrões mínimos para o respeito dos direitos individuais;
- Melhores oportunidades de emprego;
- Procura de trabalho pouco qualificado, mal remunerado para os parâmetros do país-destino;
- Procura de trabalhadores para a indústria do sexo;
- Salários mais elevados e melhores condições de trabalho.

Além estes factores, a considerar aquando da consolidação do estatuto de vítima de *TSH*, deve-se ter em conta o momento em que da identificação da mesma: pode acontecer em diferentes fases do processo de *TSH*, quando, por exemplo, cruzam as fronteiras ou num outro qualquer momento do transporte país-origem / país-destino. Relativamente ao factor geográfico, é

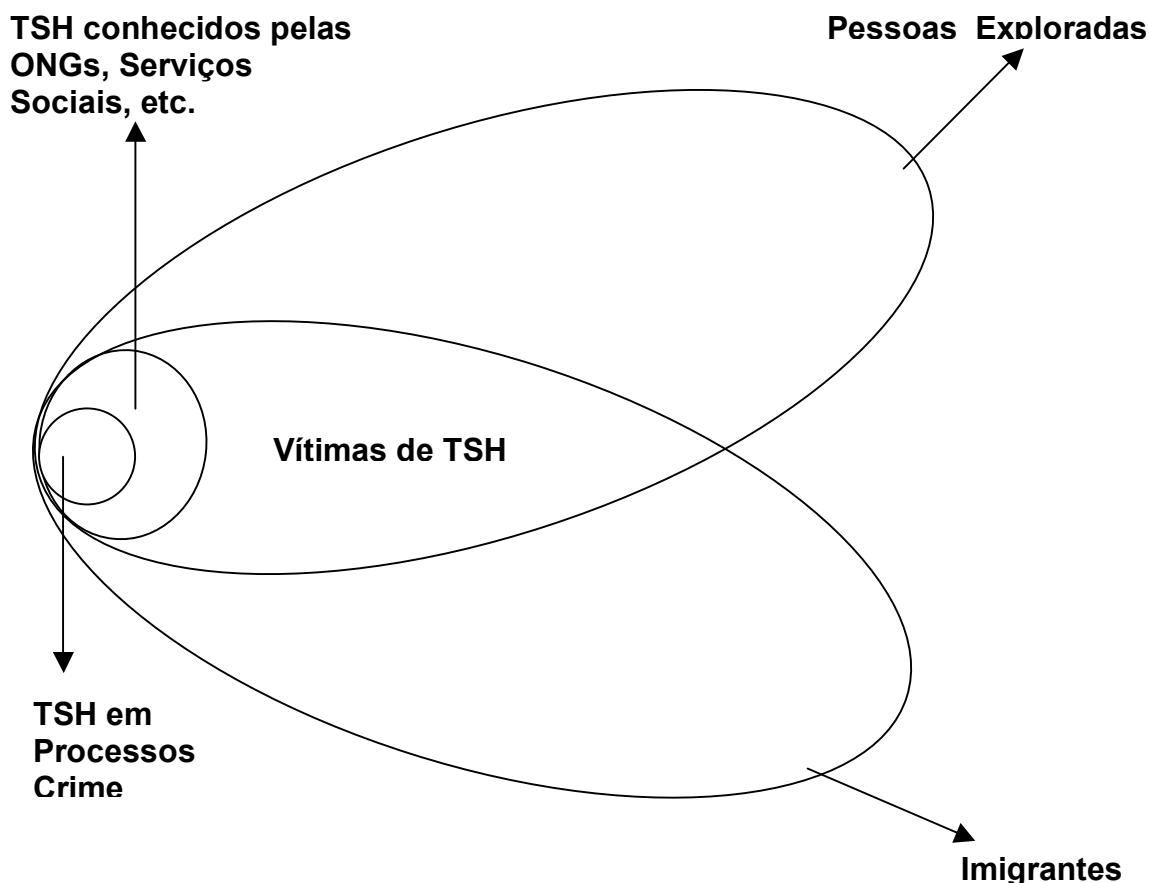
certo que a identificação de vítimas de *TSH* no país-destino é comum sobretudo por razões relacionadas com a consumação continuada do crime, ou com a diferença que a vítima tantas vezes marca, quer do ponto de vista étnico, cultural, social ou até mesmo comportamental. Uma descrição do perfil de uma vítima de *TSH*, no Reino Unido em 1997, efectuada pela Polícia do Sussex, em colaboração estreita com a National Missing Persons Helpline⁴⁴, mencionava, entre elementos de outro teor, o comportamento ansioso e stressado, mostrando-se particularmente não comunicativa, tensa e submissa.

O aspecto quantitativo assume relevância também quando falamos de vítimas, a ONU, ao nível mundial, a U.E. ao nível regional e diversas ONGs, que intervêm nesta área, lançam, nos seus relatórios, quantidades previsíveis de pessoas traficadas que, dado o perfil diverso e obscuro do problema, é provável que divirjam da realidade. Urge identificar não só países de origem como também populações-tipo para que as temidas cifras negras sejam substancialmente reduzidas. *“Buscar um conhecimento rigoroso e actual sobre o tráfico é, sem dúvida, um dos aspectos centrais de qualquer estratégia de intervenção, impedindo que ocultação se confunda com ignorância do problema”*.⁴⁵

⁴⁴ ORR-MUNRO, Tina (2003) *“Slave trade”* – Police Review, London, (March), p 26-27.

⁴⁵ Conferência sobre Tráfico de Seres Humanos e Género no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, Porto, Outubro de 2007, Background Paper, p.6.

Figura 5
Vítimas de tráfico – Populações e sub populações (os tamanhos das populações são relativos, variando consoante as regiões).



Fonte: Tyldum, Brunovskys (2005).

Há um longo caminho já percorrido no que respeita à busca de um perfil de vítima de *TSH* que, como vimos, não constitui um grupo homogêneo. Apesar da multiplicidade de factores estão identificados os grupos vulneráveis (mulheres e crianças) e as potenciais vítimas. Importa fazer também um levantamento quantitativo cada vez mais preciso das vítimas, interpretá-lo enquadrando-o espacialmente, uma vez que o tipo de vítimas varia consoante a região mundial (por exemplo em África e na Ásia o número de menores traficados

é bastante maior que o de mulheres adultas, situação contrária verifica-se no Leste europeu). Por fim desencadear medidas quer preventivas quer ao nível do auxílio, protecção e reintegração das mesmas, adaptando-as às suas necessidades específicas, tendo sempre presente que este fenómeno constitui um grande atentado à dignidade humana e também aos direitos fundamentais: à liberdade, à segurança e, em muitos casos, à própria vida.

4.1.2 Enquadramento Jurídico

A comunidade internacional começa a reconhecer agora que o *TSH* deve ser abordado da perspectiva dos Direitos Humanos, centrado nas vítimas. Deve ser assegurada a sua plena protecção em todas as fases do processo, para tal é preciso criar a vários níveis (internacional, regional, nacional) mecanismos, instrumentos jurídicos coerentes, eficazes, céleres baseados na Convenção ONU contra o Crime Organizado Transnacional e o seu Protocolo adicional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (o primeiro instrumento jurídico mundial concebido para combater redes criminosas e proteger as pessoas da escravatura, da exploração sexual e do emprego ilegal). Aliás o reforço dos direitos das vítimas, sua protecção e assistência, tem início exactamente nesta Convenção (e supramencionado Protocolo) na qual se distinguem três naturezas diferentes de normas ⁴⁶:

⁴⁶ Classificação retirada do estudo PEREIRA, Sónia, VASCONCELOS, João (2007) *“Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Forçado - Estudos de casos e respostas de Portugal”* – OIT (Setembro) - por publicar - Draft cedido em 25/09/2007.

Normas. que obrigam o Estado parte a actuar: art. 6º nº1 do Protocolo contém um obrigação de protecção da identidade/privacidade da vítima levando a que os casos de procedimentos criminais sobre *TSH* sejam confidenciais; art. 6º nº 2 a) do Protocolo contém a obrigação de prestar à vítima informação sobre procedimentos administrativos e judiciais; art. 6º nº2 b) do Protocolo contém a obrigação e garantir à vítima a possibilidade de expor a sua versão dos factos bem como as suas preocupações no momento adequado dos procedimentos criminais que envolvam o(s) seu(s) agressor(es); finalmente o art. 6º nº6 do Protocolo e art. 25 nº2 da Convenção contém a obrigação de incluir na legislação interna meios que permitam à vítima de *TSH* obter uma compensação por danos sofridos;

Normas que solicitam ponderação/esforço dos Estados na sua aplicação: art. 24 nº 4 da Convenção exige que cada Estado parte adopte medidas adequadas para que seja garantida a protecção das vítimas, e, quando conveniente, a dos seus familiares, que sejam testemunhas em procedimentos criminais; o art. 6º nº5 do Protocolo prevê mesmo que os Estados deverão garantir a segurança física das vítimas enquanto se encontrem no seu território nacional; o art. 7º do Protocolo aponta para que os Estados ponderem uma forma de regularização de permanência das vítimas de *TSH* no país de destino;

Normas cuja implementação é de natureza totalmente opcional: o art. 6º nº3 do Protocolo enumera um conjunto de medidas que visam a recuperação física, psicológica e social da vítima como sejam alojamento adequado, acompanhamento e aconselhamento na sua língua ou numa outra que consiga

compreender adequadamente, assistência médica, psicológica e material, emprego e acesso ao ensino e à formação.

Apesar do exposto o Protocolo, surpreendentemente, não estabelece um procedimento específico para a determinação do estatuto de vítima. Por outro lado um procedimento administrativo ou judicial poderá ser alcançado de duas formas:

- a) Por iniciativa das forças de autoridade, de controlo fronteiriço ou outras que tenham contacto com as vítimas;
- b) A requerimento das vítimas.

O tribunal competente para julgar o crime de *TSH* em causa deverá certificar o estatuto de vítima no âmbito do processo para que esta possa usufruir plenamente dos seus direitos.

A efectiva protecção das vítimas também é consagrada no ordenamento jurídico comunitário, nesse sentido a Decisão-Quadro do Conselho 2001/2220/JAI de 15/03/2001 fornece, no seu art.1º, um conceito básico inicial para esta análise relativa ao estatuto de vítima em processo penal:

“Vítima”: pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, directamente causadas por acções ou por omissões que infrinjam a legislação penal de um Estado Membro.

Esta Decisão-Quadro estabelece ainda que as vítimas beneficiem de um estatuto específico, adequado à sua situação em sede processual (art.2 nº2), estatuto esse a que deve ser dada especial atenção tratando-se de um menor que preste testemunho em audiência pública (art.8º, nº4). Por outro lado o

impulso para que se estabeleça a abertura de procedimentos criminais que tenham por base o crime de *TSH* não depende de queixa da vítima (art.7º nº1).

A Directiva 2004/81/CE do Conselho de 29/04/2004 regula a autorização de título de residência concedido aos nacionais de países que sejam vítimas de *TSH* ou objecto de uma acção de auxílio à imigração ilegal e cooperem com as autoridades competentes. Essa autorização (válida por um período mínimo de seis meses de acordo com o art.8 nº3) deve ser concedida sob as seguintes condições cumulativas (art. 8º nº1 e nº2):

- Demonstração de uma vontade clara de colaborar por parte da vítima;
- A vítima não se encontrar em contacto com os presumíveis autores do crime;
- Relevância do seu depoimento para investigações ou processos judiciais.

Uma critica imediata ao primeiro destes requisitos reside no facto de estarmos perante um crime que implica a violação dos Direitos Humanos, proteger a vítima somente em troca da sua participação activa nos procedimentos criminais enfatiza a ideia errada de que a única vítima nos casos de *TSH* é o Estado. Há quem adiante que a vítima, ao colaborar, se expõe de tal forma que existe um segundo momento de vitimização, tais são os riscos substanciais que esta atitude acarreta.

A Directiva prevê igualmente a possibilidade das vítimas disporem de um prazo de reflexão para se desligarem definitivamente dos autores do crime e simultaneamente tomarem uma decisão informada sobre as consequências de uma possível colaboração com as autoridades, cujo início e duração é deixado à

discrecionabilidade dos Estados Membros. Durante o prazo de reflexão as vítimas beneficiam de assistência médica, ou outra necessária, bem como da possibilidade de serem inseridas em programas de reintegração social, de acordo com os arts.9º e 12º respectivamente. Quando se tratam de menores a Directiva exige que seja, antes de tudo, considerado o interesse superior da criança aquando da aplicação do seu regime. No caso de um menor não acompanhado, segundo o art.10º, as autoridades devem desenvolver todos os esforços para que seja determinada a sua identidade, localizar a família existente e promover a sua representação legal.

A possibilidade de implementação de um Sistema Europeu de Residência Temporária, segundo Schlapkohl (2006)⁴⁷, poderá ser útil para a prevenção de vítimas de *TSH*. Após a sua identificação, e antes de regressarem ao seu país, as autoridades têm contacto com as vítimas uma vez que devem zelar pela sua segurança, protegendo-as nesse particular estado de vulnerabilidade. Vítima que é clandestina, sem qualquer apoio das autoridades do país de destino, e que quando identificada é imediatamente deportada para o seu país não consegue fornecer qualquer informação que combata o *TSH*. A implementação deste sistema permitiria melhorar a forma desproporcionada e inconsistente como se tem lidado com as vítimas deste crime, permitiria também não só o aumento quantitativo e qualitativo da informação como a partilha entre os Estados-Membros. Na sequência do trabalho desenvolvido a partir da Directiva de 2004, este caminho está aberto e revela-se cada vez mais necessário no combate ao *TSH*.

⁴⁷ SCHLAPKOHL, Laura (2006) " *Human trafficking and the common European Asylum System- Victim protection and assistance in the European Union*" – The Fletcher School, Tufts University, (April).

Nesta matéria importa elencar os seguintes diplomas no ordenamento jurídico português, partindo, evidentemente da prática do crime de TSH:

- *Lei 61/91 de 13/08 – garante a protecção adequada às mulheres vítimas de violência;* -Da qual se destacam essencialmente quatro aspectos: criação, através de apoio do estado, de casas de atendimento, abrigo e acompanhamento das vítimas (art.5º); criação de um gabinete de atendimento SOS junto do MJ (art.6º); implementação, por parte dos OPCs, de gabinetes de atendimento à vítima (art.7ª); direito das associações de defesa das mulheres vítimas de crimes de se constituírem assistentes em representação da vítima no processo penal (art.12º);
- *Resolução da Assembleia da República nº31/99 de 14/04 que regulamenta a legislação que garante a protecção às mulheres vítimas de violência;*
- *Decreto-Lei 423/91 de 30/10, actualizado em 1996, 1999 e 2004, que estabelece o Regime Jurídico de Protecção às vítimas de Crimes Violentos – é um regime subsidiário, somente aplicável quando os danos sofridos não foram ressarcidos através da responsabilização civil dos agentes do crime ou outra fonte de reparação de efectiva e eficiente (art. 1º,nº1 c)). No caso de se tratar de ressarcir uma vítima estrangeira, o diploma deixa claro que somente o serão os actos intencionais de violência praticados em território português (art.1º, nº1);*
- *Lei 107/99 de 03/08 que cria a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência;*
- *Decreto-Lei 323/2000 de 19/12 que regulamenta a lei que cria a rede pública de casas de apoio às vítimas de violência doméstica;*

- *Lei 93/99 de 14/07 que regula a aplicação de medidas de protecção de testemunhas em Processo Penal;* - A aplicação dessas medidas, quer gerais quer pontuais, depende da demonstração de factos que revelem intimidação ou elevado risco de intimidação da testemunha, entendida como toda a pressão ou ameaça, directa, indirecta ou potencial exercida com o objectivo de condicionar o seu depoimento ou declarações (art.4º nº2);
- *Decreto-Lei 190/2003 de 22/08 que regulamenta a lei anterior;*
- *Lei 23/2007 de 04/07 – lei de estrangeiros - cujo Capítulo VI contém a Secção V (arts 109º a 115º) dedicada à autorização de residência a vítimas de tráfico de pessoas ou de acção de auxílio à imigração ilegal. – Consagra finalmente, à luz da Directiva 2004/81/CE do Conselho de 29/04/2004, uma protecção para as vítimas de TSH absorvendo as recomendações que têm sido emitidas pela comunidade internacional, sobre esta matéria, na última década: autorização de residência (art.109º), período de reflexão de, no máximo, 60 dias (art. 111º), especial atenção dada à vítima menor (art. 114);*
- *Decreto-lei 368/2007 de 05/11 – define, num artigo único, o regime especial de concessão de autorização de residência a cidadão estrangeiro identificado como vítima do crime de tráfico de pessoas;*
- *Lei 147/99 de 01/09 alterado pela Lei 31/2003 de 22/08 – Lei da Protecção de Crianças e Jovens em Risco;*
- *Plano para Integração dos Imigrantes – Resolução do Conselho de Ministros 63-A/2007 de 03/05/2007 – Enfrenta o facto do fenómeno migratório ter assumido um novo contorno para a sociedade portuguesa acarretando uma responsabilidade para com a integração destes cidadãos. Os pontos 119 a*

122 debruçam-se especificamente sobre o *TSH* apontando quatro grandes medidas que se harmonizam com um conjunto a legislação em vigor com metas específicas (páginas 22 e 23 do referido Plano): a) reforço na protecção legal e apoio jurídico às vítimas, incluindo crianças; b) criação de Centro de Acolhimento para vítimas de *TSH*; c) criação de um Observatório de *TSH*; d) Desenvolvimento de estratégias mais eficazes de combate ao *TSH*;

- *Lei 48/2007 de 29/08 – Código do Processo Penal* – no que respeita ao reforço da tutela das vítimas de crimes, estabelece-se que o Tribunal informa a vítima da libertação ou fuga do arguido ou condenado, sempre que se entenda que pode existir perigo para vítima. Para proteger directamente testemunhas e vítimas de *TSH*, prescreve-se o regime de declarações para memória futura no inquérito (art. 271 nº1) não sendo também autorizada, aos órgãos de comunicação social, por qualquer meio, a publicação da identidade da vítima salvo se nisso ela consentir expressamente ou se o crime for praticado através daquele meio (art. 88º nº2 c)). São permitidas, em sede de audiência de julgamento, a leitura das declarações para memória futura sem necessidade de acordo do MP, do arguido ou do assistente (art.356 nº2 a) do Código do Processo Penal (CPP)), não pondo em risco a perda desse importante elemento de prova.

A legislação anti-TSH, de acordo com a realidade deste fenómeno no nosso ordenamento, é uma novidade. O mais recente Relatório sobre *TSH*

elaborado pelo Departamento de Estado Norte-Americano (Junho de 2007)⁴⁸ salienta que o governo português, no que respeita à protecção de vítimas de *TSH*, tem desenvolvido esforços para lhes prestar assistência bem como a encorajá-las a depor contra dos seus traficantes, tendo contribuído de forma determinante para esse facto a Lei 23/2007 de 04/07, denominada Lei de Estrangeiros, e a nova redacção do CP (Lei 59/2007 de 04/09) que finalmente, no seu art. 160º, consagra uma definição de *TSH* de acordo com a visão ampla dos diversos diplomas internacionais nesta matéria.

4.1.3 Assistência, Acompanhamento, Reintegração

O fenómeno do *TSH* continua, apesar do muito que se tem feito, num impasse gerador de indefinições. Apesar do esforço para traçar limites, ao nível da comunidade internacional, entre o *TSH* e o auxílio à imigração ilegal, as vítimas do primeiro continuam a ser tratadas frequentemente como imigrantes ilegais, confrontadas com a detenção ou com a deportação. Permanece também ainda a errada ideia de que as vítimas de *TSH* são de algum modo cúmplices deste crime, sendo esquecida a coacção constante em que vivem, aplicando-se-lhes medidas de deportação em vez de outras de cariz protector, adequadas à sua condição vulnerável.

O impacto que o *TSH* tem nas suas vítimas pode ser devastador: extorsão, condições de vida deploráveis, desnutrição, ausência ou deficiente

⁴⁸ United States Department of State Report (2007) "*Trafficking in Persons Report*" (June).
Acedido a 12/07/2007 - Disponível na Internet: <http://www.state.gov>

assistência sanitária, medo físico e psíquico constante, abortos forçados ou homicídios impunes. As vítimas tornam-se dependentes, isoladas socialmente, vulneráveis, expostas ao racismo, à xenofobia, à discriminação e intolerância de vários tipos. O *TSH* tem ainda repercussões nefastas na saúde, física e mental, das suas vítimas quer a curto quer a longo prazo: o transporte provoca, logo à partida, risco de vida devido à inanição, ao possível isco de afogamento, sufocação, etc. As vítimas de exploração sexual são expostas a todo o tipo de violências físicas e psicológicas, frequentemente contagiadas com doenças sexualmente transmissíveis. Por fim, as que conseguem escapar, que são protegidas, apoiadas e conseguem voltar às suas origens enfrentam, além da sua dor, do sentimento de culpa por terem falhado na sua aventura, a desonra e o ostracismo, a rejeição das suas próprias famílias, correndo assim o elevado risco de serem traficadas de novo.

Aos actuais modelos de protecção das vítimas ainda sobrepõem as necessidades legais às individuais, protecção da vítima não significa necessariamente protecção dos Direitos Humanos. Está lançado um desafio aos governos para que ratifiquem os instrumentos legais internacionais e, simultaneamente, criem legislação interna e estruturas de apoio preparadas para as particularidades de cada vítima. Das quarenta e cinco recomendações para combater o *TSH* que um estudo da Anty-Slavery Internacional⁴⁹ adianta, na sequência de uma comprovada necessidade de institucionalização de práticas eficazes, constatamos que trinta e oito são referentes às vítimas (as temáticas

⁴⁹ Através da colaboração com as ONGs de dez países, teve como objectivo investigar várias medidas, sobretudo de protecção às vítimas de TSH, para que os governos as coloquem no centro das suas políticas anti-tráfico. "Tráfico Humano, Direitos Humanos: Redefinindo a Protecção às Vítimas". Acedido a 08/08/07. Disponível na Internet: <http://www.antislavery.org>

principais são a autorização de residência, protecção contra represálias, protecção da vítima enquanto testemunha, assistência, recuperação e reintegração, representação judicial, compensação e restituição legal e regresso ao país de origem).

A prevenção do *TSH*, quando existe em si uma efectiva aposta, tem demonstrado resultados não só do lado das potenciais vítimas, sensibilizando-as para as múltiplas formas de aliciamento, para os riscos que correm quando se vejam tentadas a aceitar uma proposta que lhes parece um sonho mas que rapidamente se transformará num pesadelo, tentando valorizar o bem vida, as relações familiares ou comunitárias, conduzindo este (s) grupo(s) em risco a uma alternativa que em nada se identifica com o *TSH*. Por outro lado ao serem colocados os holofotes sobre a procura, alimentando a consciência social, informando de que quem nela está inserido comete um crime, tem um efeito dissuasivo por exemplo nos clientes da indústria do sexo, no turismo sexual e eventualmente nos recrutadores de mão-de-obra escrava que, ao saberem da possibilidade eminente de fiscalização, retraem-se.

O combate ao *TSH* requer uma coordenação de todos os actores envolvidos nos mais diversos níveis. As ONGs têm um papel fundamental sobretudo o âmbito da prevenção e do contacto próximo com a potencial ou efectiva vítima, reencaminhando-a, aconselhando-a, protegendo-a, sem o estigma de se tratar de uma autoridade dependente da máquina estatal. A identificação das vítimas é o primeiro passo a dar, requer profissionais especializados e infra-estruturas (reforçadas no caso de se tratar de uma criança) para que a pessoa em causa se sinta num território seguro. Depois o factor

tempo lidera: podem levar semanas, meses para que a confiança necessária seja estabelecida, para que a vítima secundarize o trauma e o medo e fale sobre a sua realidade. Após esta fase inicial, cabe ao Estado oferecer-lhes um período de reflexão razoável – em Portugal vai de 30 a 60 dias – e um visto de residência, se assim o desejarem – direitos básicos que um ser humano naquelas condições deve ter, como já referimos aquando da análise do enquadramento jurídico. Segue-se o papel determinante da assistência social que deve prover as necessidades imediatas da vítima e *TSH* mas, a médio e longo prazo, deve-lhes também permitir que criem defesas, accionando a sua reintegração social, abrindo-lhes rumos reais e viáveis para que escape definitivamente do tráfico, da violência, da exploração. Estes programas, esta assistência deve efectivar-se quer nos países de destino, quer nos de origem ou em quaisquer outros por onde possa passar a vítima de *TSH*. Importa que as vítimas sejam acompanhadas adequadamente durante todo esse tempo para que recuperem o controle das suas vidas, na medida do possível, através de uma satisfatória monitorização na reintegração. Todo este processo contribui de uma forma decisiva para a recolha de informação, para aperfeiçoamento de procedimentos, elaborando-se e uma estratégia que permita o fortalecimento dos esforços na luta contra o *TSH* quer na vertente preventiva, quer no combate e efectiva protecção de todas as vítimas identificadas.

A magnitude do *TSH* tem vindo assim aumentando ao mesmo ritmo que as assimetrias sócio-económicas do mundo, as vítimas – a sua origem, a sua fragilidade – e a negligência dos governos mundiais para com elas, numa espécie de banalização da desigualdade. Por tudo isso o *TSH* tem sido mencionado como

o lado negro da globalização, por tudo isso na comunidade internacional ecoa a frase que a conduz cada vez mais à protecção das vítimas: “*desperate people will resort to desperate measures*”.⁵⁰

4.2 Recrutadores

Identificar e investigar *TSH* requer uma efectiva estratégia planeada com antecedência e com a consciência da complexidade que tal crime encerra. *TSH* é actualmente considerado a terceira maior fonte de lucro do crime organizado, imediatamente a seguir ao tráfico de drogas e de armas, um estudo de 2003⁵¹ demonstrou que existem mesmo conexões entre estas três actividades criminosas.

A experiência dos OPCs na investigação de *TSH* revela que este crime tanto é cometido numa escala local, envolvendo somente alguns indivíduos traficantes, numa escala mediana, em se traficam somente vítimas entre dois países ou no seu interior, e, finalmente, numa escala internacional cujas redes montadas criaram uma indústria paralela, sofisticada cuja actuação coordenada, com apoio político e económico, se reflecte nos países de origem, trânsito e destino das vítimas de *TSH*. Além das conexões a outras actividades criminosas, tem-se verificado que estas redes têm, quase que por definição, um projecto

⁵⁰ Human Rights Watch Report 2001. Acedido em 22/06/07. Disponível na Internet: <http://www.hrw.org/reports/world/reports>

⁵¹ Economic Forum of the Organization for Security and Cooperation in Europe (2003) “*Trafficking in Human Beings, Small Arms and Light Weapons: National and International Economic Impact*” -, Prague, Czech Republic, (20-23 May) .

criminoso que envolve múltiplas actividades e que se desenvolve no seio de um grupo social específico. Estas redes têm um papel activo na corrupção estratégica de funcionários públicos e de todos os outros necessários para que o *TSH* flua sem qualquer entrave. Com o mesmo fito as redes de *TSH* tem a necessidade de branquear os seus lucros chorudos recorrendo a empresas-fachada envolvidas em actividades legais.

Ainda nesta área importa distinguir actividade criminosa de crime organizado: a primeira é desenvolvida por um grupo temporário de traficantes e seus cúmplices que será dissolvido quando se der por finda aquele negócio de *TSH*. O segundo, como já vimos anteriormente, implica uma organização sólida, com um grau de estabilidade assente em diversas actividades criminais.

Recolher e trabalhar minuciosamente a informação criminal relativa a este crime, deve ser uma prioridade nos OPCs nacionais e internacionais, em cujas competências cabe a investigação de *TSH*, para que por este meio as múltiplas suspeitas e acusações não formais que são divulgadas na sociedade através, por exemplo dos Media, criem sustentabilidade factual, jurídica e para que, em última instância, aumentam as condenações.

4.2.1 Perfil e Métodos

O *TSH* deve, para a sua melhor compreensão, ser descrito como um ciclo dividido em três fases consecutivas (cujas condições abusivas, comuns a todas, não necessitam e ser cumulativas para constituírem uma situação de *TSH*),

segundo os elementos criminais definidos no Protocolo adicional à Convenção ONU contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas:

- Recrutamento⁵²;
- Transporte;
- Acolhimento e atribuição de funções às vítimas.

O recrutamento, no contexto de *TSH*, consiste numa primeira fase na divulgação e oferta por parte do traficante, quer directamente quer através de intermediário, a potenciais imigrantes de oportunidades de melhor emprego, maioritariamente em outro país, mais desenvolvido economicamente. A OIM define os recrutadores como “*vendedores e sonhos*” alimentados nas vítimas por histórias contadas, livros e filmes, pela ideia de que há algures um país maravilha que lhes irá mudar as vidas. Na maioria dos casos existe um certo grau de cumplicidade traficante-traficado baseado numa relação de proximidade de origem circunstancial: os denominados “olheiros”, como no futebol, pagos para sinalizar vítimas-alvo com quem mantêm uma relação familiar, de amizade ou mesmo amorosa, ou mesmo os *loverboys* que simulam apaixonar-se pelas vítimas e depois vendem-nas. Alguns estudos⁵³ apontam para o facto de em cada cem recrutamentos seis serem efectuados por um parente próximo, de em cada dez recrutamentos três são efectuados por uma amigo da vítima. Por vezes os

⁵² Definido como acto voluntário de contratação em que uma das partes se compromete a pagar remunerações pré-definidas em troca das quais a outra parte se compromete a realizar determinadas actividades por um período também pré-definido. No contexto de *TSH* significa a divulgação e oferta a potenciais migrantes de oportunidades de emprego noutro país, selecção dos candidatos e respectiva transferência para os potenciais locais de trabalho no estrangeiro usando a força, coacção, engano ou fraude.

⁵³ Referidos em <http://www.ukhtc.org/about.htm> aquando da pergunta “Do friends often turn out to be a recruiters?”.

recrutadores operam através de agências de emprego reputadas e idóneas, agências de viagens, empresas de lazer, agências matrimoniais, anúncios nos jornais ou, no caso de crianças, recurso a procedimentos de adopção. Aliás os recrutadores podem ser classificados em duas grandes categorias: os intermediários que, na sua maioria, trabalham individualmente na proximidade da potencial vítima, podendo, contudo, estarem ligados a redes internacionais, e as agências que são constituídas por um recrutador individual ou por uma organização e que podem trabalhar de forma lícita, semi-lícita ou ilícita (de emprego, de viagens, de modelos, de actores, *au-pair*, de entretenimento, matrimoniais, de viagens, etc.).

Essa promessa de vida melhor leva, com frequência que as potenciais vítimas procurem voluntariamente os recrutadores, mostrando-se dispostos a pagar pelos seus serviços de transporte, alojamento e emprego num outro país. Segue-se a selecção dos candidatos-vítimas, cujo vínculo contratual é normalmente meramente verbal ou ininteligível, e a respectiva transferência/transporte para o país destino recorrendo, para tal, à persuasão, à força, coação, fraude ou engano. Este último é o elemento chave do *TSH* e pode ter lugar em qualquer fase do ciclo acima descrito ocorrendo devido às informações falsas sobre o tipo ou existência de emprego, condições, salário, etc, ou na cobrança excessiva de taxas, vistos e outra documentação, potencialmente falsa, para que a vítima possa transpor fronteiras, documentação essa muitas vezes confiscada pelos traficantes para que, dessa forma, exerçam um maior controlo sobre os traficados aumentando-lhes a sua vulnerabilidade, na sua condição de migrantes ilegais, pois em identidade poderão ser presos, julgados e

deportados. A situação é de tal modo frequente e fragilizante para a vítima que a preocupação em legislar sob esta matéria específica foi finalmente acolhida, por exemplo no ordenamento jurídico português, pois, de acordo com o art.160º nº6 do novo CP, *quem retiver, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos números 1 e 2 é punido com pena de prisão até 3 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal*. O engano passa ainda pela disponibilização, por parte do traficante, de um empréstimo para as despesas emergentes da vítima o qual vai ter dificuldade em pagar empurrando-a, desta forma, para situações de escravatura e coacção constante.

A fase intermédia do ciclo do TSH é o transporte das vítimas dos respectivos países de origem para os países de destino. Esta fase pode implicar muito tempo despendido a percorrer a rota traçada e passagem por vários países trânsito (rota complexa) ou pode, por outro lado, ser breve, dentro do próprio país de origem ou para outro fronteiro (rota simples). Os meios de transporte utilizados são os mais diversos podendo, os traficantes, recorrerem mesmo a operadores e prestadores de serviço específicos para este serviço. Durante este percurso as vítimas podem ser transportadas em condições sub humanas como a sobrelotação, a falta absoluta de segurança, a inadequação do meio utilizado (um exemplo clássico são os contentores utilizados para transporte marítimo de carga). Associados a este panorama estão os abusos de ordem física, emocional e sexual a que as vítimas são sujeitas nas mãos dos diversos traficantes pelos quais podem passar neste trajecto.

Finalmente a terceira e última fase do ciclo: o acolhimento e atribuição de funções às vítimas. Frequentemente é nesta última fase que os papéis de vítima e traficante são definidos: através de métodos violentos, física e psicologicamente, os traficantes enredam as vítimas numa teia de dependência, fragilizando-as, amedrontando-as, tornando-as mesmo dependentes de drogas. Às vítimas isoladas são-lhes retirados os documentos de identificação e imposto um alojamento precário com condições de subsistência que podem levar à inanição. Simultaneamente são sujeitas a abusos físicos e/ou emocionais bem como à retirada de todo ou de parte do salário ou à submissão a um elevado número de horas de laboração em condições humanamente inaceitáveis. Todas estas formas de sujeição, que podem ocorrer isolada ou cumulativamente, são características típicas do comportamento do traficante cujo principal objectivo é controlar ao máximo a vítima, submetendo-a totalmente aos seus intentos.

A partir daqui traçar o perfil do traficante torna-se uma tarefa difícil tal é a complexidade do *TSH*: vários estudos apontam para que, na sua maioria, são homens embora as mulheres tenham, também aqui, um papel de relevo, muitas delas com o passado marcado, em algum momento, pelo facto de terem sido vítimas. Não é possível determinar faixas etárias de onde, predominantemente, os recrutadores fazem parte pois são transversais a todas. Verifica-se frequentemente que os recrutadores são da mesma classe social e origem económica das vítimas e que, por via da sua actividade, põem o lucro e os seus interesses no geral acima dos seus amigos e família.

Se analisarmos cada tipo de tráfico especificamente encontraremos subtipos de redes organizadas com esquemas montados nas três fases do ciclo

de *TSH* com o intuito específico de atingir o objectivo proposto, seja ela exploração sexual, laboral, tráfico de crianças ou de órgãos.

Esta análise implica outras: a das formas e organização das redes de *TSH*, das práticas de actuação e, por fim das suas motivações. As redes podem ser complexas tanto horizontalmente, no sentido na quantidade de membros envolvidos e da sua transnacionalidade, como podem ser simplificadas com base num grupo muito restrito cuja missão principal é o auxílio ilegal na passagem de fronteiras ou a manutenção mínima de controlo sobre as vítimas. Numa rede de *TSH* estão distribuídas tarefas, há os investidores, os recrutadores *stricto sensu*, os transportadores, os informadores, guias e membros da tripulação, indivíduos encarregues de manter a ordem, cobradores de dívidas, pessoal de apoio ao longo dos diversos trajectos, terceiros corruptíveis, frequentemente funcionários dos vários Estados, dispostos a providenciar os documentos necessários e/ou a ignorar passagens ilegais de fronteiras e, finalmente indivíduos responsáveis pela lavagem do dinheiro. Por si só cada uma destas actividades não configuraria o crime de *TSH*, daí a lei internacional e nacional ter a redacção minuciosa, por etapas, onde são estes elos são descritos, fazendo parte de um objectivo comum mas punidos individualmente por cada acção.

A sensibilização da população em geral para as situações de *TSH*, explicando a complexidade do fenómeno e as suas múltiplas formas de camuflagem, será um ponto de partida para que se impeça este crime, se fomenta a denúncia e se encare o traficado como uma vítima vulnerável e não como mais um cúmplice do traficante. Paralelamente o enquadramento legislativo desta matéria, quer nacional, quer internacionalmente, deve ser sublinhado,

reforçado e harmonizado para que se protejam devidamente as vítimas, por um lado, dando uma dimensão e Direitos Humanos a esta tarefa, mas por outro que se investiguem, detenham e punam os traficantes individual ou colectivamente bem como todos os que colaborem conscientemente para o incremento desta escravatura contemporânea.

4.2.2 Formas de Obtenção de Lucro

“Digam o que disserem, o dinheiro sujo mata a fome tal como o limpo”⁵⁴.

Quando falamos de *TSH* falamos também de uma actividade económica cuja busca de lucro envolve o uso da coacção, engano, fraude, violência física e psicológica, isolamento, exploração. Auxílio à imigração ilegal e *TSH* são, como vimos, confundidos frequentemente, ambos envolvem um certo número de pessoas que se associam, constituindo redes e diversas complexidades, especializando-se em cada tarefa específica. Algumas dessas pessoas são utilizadas com o desconhecimento de que estão a participar numa rede cujo fito é cometer, pelo menos, algum destes dois crimes, as outras organizam-se, com hierarquias e funções específicas atribuídas e agindo movidas pela obtenção de lucro. A dimensão das redes, a sua organização e *modus operandi* são tão variadas que padronizá-las parece uma tarefa quase impossível: umas têm hierarquia definida que deve ser estritamente respeitada,

⁵⁴PÉREZ-REVERTE, Arturo *“A Rainha do Sul”*, Ed. Asa

outras organizam-se horizontalmente de forma flexível, muitas vezes com bases *ad hoc* sem definições claras e comando. Outras ainda operam a um nível familiar em que todos os elementos se conhecem devido à proximidade geografia ou familiar, existem ainda ex-elementos de algumas dessas redes, ou até mesmo ex-vítimas, que devido a antigas conexões e conhecimentos que restaram dessa época actuam como elo em alguma altura da rota ou como recrutadores. Vários estudos apontam para a divisão destas redes em três sub categorias:

- a) Pequena escala: envolvem poucos membros, cobrem todo o ciclo do *TSH*, traficam um diminuto volume de pessoas anualmente estando, por esse motivo, sujeita a lucros menos atractivos mas ainda assim, na sua perspectiva, compensadores;
- b) Média escala: envolvem um maior número de membros que a anterior e estão estão especializados em certo tipo de tráfico numa zona específica tendo já montadas e solidificadas infra estruturas que permitam o recrutamento, o transporte e a obtenção de documentos falsos tanto nos países de origem, como de trânsito ou destino;
- c) Larga escala: tem as mesmas capacidades que as anteriores mas envolvem contactos ao mais alto nível, tanto no país de origem como no de destino do *TSH*. Estas redes são de tal modo complexas e bem organizadas que, contrariamente às anteriores, controlam todo o negócio, todo o ciclo do *TSH*, aumentando o controlo sobre as vítimas e maximizando os lucros.

As redes organizadas podem ser fechadas sobre si mesmas, dedicando-se à corrupção estratégica para que a sua actividade flua sem qualquer impedimento, ou podem recrutar pessoas, “soldados”, de alguma forma

ligadas ao mundo do crime, *gansters* de rua, toxicodependentes, mendigos que em algum momento, e por muito pouco, se poderão transformar em traficantes amadores. As redes conhecidas e com todo o know-how criminoso necessário, porque há muito estabelecidas em outras actividades ilícitas, como o tráfico de droga ou de armas, são a máfia japonesa – Yakusa - a russa, a chechena, a italiana, a albanesa, as tríadas chinesas. Organizações criminosas sul americanas tem vindo a ganhar relevo sobretudo no tráfico de mulheres e crianças que exercem, com frequência, como actividade alternativa, por exemplo, ao tráfico e armas ou de droga. Esta imensa diversidade faz com que possamos afirmar que, de acordo com Finckenauer (2001)⁵⁵ *“trafficking falls more in the “crime that is organized” category than it does into true organized crime”*.

Tal como distinguir o *TSH* do auxílio à imigração ilegal é verificado se há engano, coacção ou exploração, para caracterizar o crime organizado é necessário verificar se uma determinada rede tem capacidade e desenvoltura para corromper as estruturas médias e elevadas das autoridades dos países em que pretendem actuar.

As autoridades responsáveis por investigar o *TSH* têm que escavar a realidade abaixo da superfície visível, não descurando o mínimo indicador, na medida em que eles são escassos. Uma situação verdadeiramente de *TSH* pode estar camuflada numa “comum” rede de imigração ilegal ou pode apresentar um dos seus tentáculos através de uma empresa cuja principal actividade é o recrutamento e selecção de trabalhadores. Por outro lado a sua mudança rápida e engenhosa de *modus operandi* podem criar um certo desfasamento acerca da

⁵⁵ FINKENAUER, J.O. (2001) *“Russian Transnational Organized Crime and Hman Trafficking”* Kyle, D. and R. Koslowsky Ed.

realidade do terreno, fazendo com que nas autoridades, quando observem estas estelas e as cataloguem elas, por estarem a milhares de anos-luz projectem uma imagem meramente virtual.

Investigar *TSH* torna-se um trabalho complexo, intenso, paciente e frustrante pois as autoridades deparam-se também com legislação pouco punitiva, frágil ou até mesmo inexistente, não só relativamente ao crime em concreto mas a toda uma rede de outros que origina, como por exemplo a corrupção e o branqueamento de capitais. Depois apresentam-se dificuldades e ordem prática, como a componente étnica destas redes ou a sua transnacionalidade. Infiltrar uma agente da autoridade numa rede de tráfico de mulheres para exploração sexual seria submete-la ao estatuto de vítima, infiltrar um agente numa rede específica de *TSH* iria obrigá-lo a dominar a língua, o *modus operandi*, a sua cultura restrita e fechada, frequentemente muito difícil de decodificar. Recorrer a meios clássicos de obtenção de provas como a vigilância, as escutas, o exame de dados financeiros, entre outros, não é suficiente nesta luta desigual autoridades-trafficantes: a informação criminal tem circular entre as várias autoridades dentro e cada país bem como devem ser criados mecanismos legais internacionais para que seja obtida e trocada coordenadamente além fronteiras, exemplo disso é o recente Tratado de Prum - no contexto U.E. - em fase de regulamentação e alargamento.

Esta actividade orientada para o lucro baseia-se, para o tornar cada vez mais compensador, na oferta e na procura. As leis do mercado determinam o seu sucesso como qualquer outra actividade económica legal: a oferta é preenchida nos países menos desenvolvidos económica e socialmente ou em

territórios temporariamente assolados por conflitos provocando um êxodo da população, fragilizando-a às mãos de redes de *TSH* oportunistas que vêem, nessa altura, como a única saída para a situação limite em que se encontram. As próprias vítimas que se encontram em condições de vida miseráveis, degradantes, muitas vezes preferem suportar tais condições durante um período circunscrito no tempo, passando toda a espécie de privação para que, mesmo sob exploração, possam juntar algum dinheiro e regressarem ao seu país de origem onde terão a base para construírem algo nunca sonhado, não fora esse sacrifício. A procura é preenchida por pessoas, individualmente ou em grupo, que, mais ou menos conscientes dessa vulnerabilidade das vítimas resolvem tirar disso proveito próprio: o tráfico de crianças será útil tanto para que casais, com problemas de infertilidade, que poderão abreviar o moroso processo de adopção como para redes de pedofilia, como para empregadores que consentem escravatura para trabalhos minuciosos; o tráfico de mulheres será útil para quem tem por hábito recorrer a serviços de prostituição sem se importar com as condições em que seus objectos de prazer estão quando lhe prestam esses serviços, de tal modo que, por essa via criou-se o conceito de turismo sexual alimentado por agências de viagens que exploram esse filão.

As rotas das vítimas de *TSH* são tão importantes de traçar como as rotas do dinheiro que esta actividade envolve. Sabemos que o valor da dívida da vítima de *TSH* determina, por exemplo, o tempo que os traficantes iram retê-la e explorá-la, sabemos que os custos das viagens variam consoante a zona do mundo da qual a vítima é originária e para a qual será traficada, sabemos que a forma e financiar essa mesma viagem varia dependendo tanto da origem da

vítima (por exemplo as famílias e amigos africanos costumam unir esforços ara financiar os traficados) como das exigências dos traficantes.

O fenómeno de *TSH* que se julga ter iniciado quase espontaneamente, a uma pequena escala, tem revelado indícios de que os lucros cada vez mais atractivos são factor determinante para atrair grandes organizações criminais. O cálculo do risco (de ser apanhado, de pagar subornos, de bens confiscados, etc.) é efectuado minuciosamente pelas redes de *TSH*, compensado em parte com o adiantamento das vítimas para que sejam transportadas para a “terra prometida”, compensado efectivamente pelos chorudos lucros obtidos. Há uma aposta neste crime, rotas maiores, fases do ciclo de *TSH* mais complexas, uso de transportes e tecnologia mais sofisticada fazem presumir, dado ao aumento de capital envolvido, que o interesse das grandes organizações criminais cresceu em detrimento dos pequenos traficantes. Consoante o tipo de tráfico em causa é calculado qual o valor a ser dispendido na manutenção da exploração das vítimas sendo o de mulheres e crianças para exploração sexual o mais rentável (bastam poucos elementos para controlarem as vítimas que, chegadas ao seu destino, são postas a trabalhar para rapidamente gerarem lucros). A exploração deve ser ainda contextualizada culturalmente, o que é aceite num país e tido como absolutamente normal é pode ser, noutro, social ou legalmente sancionado. Tal acontece com as expectativas dos próprios traficados: em determinados países a vida do quotidiano é de tal dura e sem perspectivas que muitos preferem correr o risco de serem explorados em países ditos de Primeiro Mundo, de viverem em condições sub humanas, com horários de trabalho medievais e pagamentos exíguos para, posteriormente, voltarem aos seus países onde o pouco poupado,

na Europa por exemplo, poderá ser uma fortuna que lhes dará uma posição confortável para o resto da vida.

Os países destino têm recentemente desenvolvido um crescente esforço para entender e combater o *TSH*. Existem correntes, com cada vez maior influência, para que as políticas de imigração sejam menos restritivas, diminuindo o mercado negro nesta actividade e dando simultaneamente apoio aos traficados que não assim já não temerão a clandestinidade. Na Europa aposta-se menos no controle das fronteiras, feito mais intensamente pelas autoridades dos países europeus periféricos pois o FRONTEX ainda não tem meios para actuar com eficácia, e mais numa política concertada de imigração que, embora sob o peso de duras críticas, tem estado a evoluir (veja-se o mais recente exemplo da criação do cartão azul⁵⁶). Os governos dos vários países começam também a criar e utilizar ferramentas eficazes para diminuir os lucros esta actividade, como a efectiva aplicação das leis que lutam contra o branqueamento de capitais (efectuado através da criação de empresas-fachada, de remessas de dinheiro para contas no estrangeiro, de preferência em paraísos fiscais ou colocando bens adquiridos em nome de terceiros de confiança), o confisco e penhora de bens, de procedimentos indemnizatórios em Direito Civil ou da adaptação do sistema fiscal para que os traficantes sejam efectivamente taxados.

A comunidade empresarial europeia está também alerta para o fenómeno do *TSH* condenando o lucro fácil a que esta violação de Direitos Humanos dá lugar: em Atenas, em Dezembro de 2006, por iniciativa do Conselho

⁵⁶ Criado pela Comissão Europeia, permite a circulação de mão-de-obra qualificada estrangeira na U.E. O documento funcionará como uma autorização de residência e de trabalho no país de acolhimento com a duração de dois anos podendo ser renovado. Esta nova estratégia para regular os fluxos migratórios é criticada por ser europeio-egoísta, retirando os cérebros a países subdesenvolvidos, discriminando os imigrantes que não tiveram a oportunidade de estudar.

da Europa, teve lugar uma conferência sobre *TSH* da qual resultou uma declaração formal na qual a comunidade empresarial reconhece a sua capacidade e força política para contribuir na luta global contra este crime, bem como a enunciação de princípios éticos na área do Direito do Trabalho, na prevenção e na efectiva auto monitorização para que situações de exploração, que configurem *TSH*, sejam reprovadas, declaradas como atentado aos Direitos Humanos, e não mais um factor de lucro, e definitivamente banidas.

Concluimos assim que os factores económicos têm um papel determinante no *TSH*, por um lado os traficantes calculam os riscos e os benefícios gerindo a actividade como se de uma empresa se tratasse alterando o *modus operandi*, se necessário, para aumentar os lucros ou reduzir os custos, optando por outra rota ou por outro meio de transporte por exemplo. Por seu lado os traficados procuram uma vida melhor, com perspectivas evolutivas económico-socialmente que lhe são inexistentes ou negadas nos países de origem. Escapar à pobreza por um lado e enriquecer às custas dos que têm necessidades básicas por suprir, por outro, são os dois motores complementares para que o *TSH* seja uma actividade mundialmente em ascensão. A comunidade internacional parece ter reconhecido finalmente que o velho lema de que a união faz a força deve ser aplicado nesta luta que se tem constatado difícil, desigual, obscura, complexa. A análise da componente económica é só uma quota-parte da estratégia de luta contra o *TSH*: a remodelação legislativa, a sua correcta aplicação, traçar o perfil dos recrutadores, investigá-los, puni-los, identificar as vítimas, apoiá-las, reintegra-las, incrementar a cooperação policial internacional, apostar na formação e sensibilização das polícias criando unidades de investigação

específicas, sensibilizar, divulgar e (re) educar a sociedade civil para este crime são medidas a serem tomadas coordenada e o mais urgentemente possível para que, em definitivo, o *TSH* deixe de ser visto como um negócio viável cujo - muito - lucro compense o - pouco - risco.

4.2.3 Investigação e Punição

Quando falamos de *TSH*, já vimos, falamos de uma realidade complexa que envolve um fenómeno mundial com um peso ainda não dimensionado mas já adivinhado: a imigração. Ocorre entre países confinantes ou entre continentes, ocorre normalmente do campo para a cidade, dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos. As condições que originam estes fluxos migratórios são determinantes para se analisar as redes e *TSH* bem como os traficantes e traficados nelas envolvidos. Combater o *TSH* deve começar em dois pontos opostos deste fenómeno: no mediato, através das políticas de imigração ajustadas e consistentes que sirvam sobretudo as populações que, devido a factores económicos, sociais, culturais, políticos se viram obrigadas a deixar os seus países de origem em busca do sonho europeu ou norte-americano (EUA e Canadá), neste momento as duas zonas com maior número de migrantes ao nível mundial (basta afirmar que, na Europa, na última década, nove em cada dez novos europeus nasceram em outros continentes); no imediato através de, como anteriormente foi referido, da sensibilização da população mundial em geral, para que desta forma se possam tentar ultrapassar barreiras culturais e sociais e se

reduza o número de potenciais vítimas de *TSH*. Também, no imediato, através da sensibilização e formação dos OPCs dos vários países, bem como de organizações regionais, internacionais no âmbito da cooperação policial, como, por exemplo, a Interpol ou a Europol. Determinar competências reservadas, sentir a sensibilidade dos vários actores no terreno, não só na área específica da investigação criminal, mas também de quem os acompanha e com eles colabora, sobretudo na área da segurança social e da saúde. As vítimas não podem, nem devem, ser esquecidas enquanto seres humanos e também enquanto possíveis colaboradoras (se assim o decidirem de livre vontade) com as autoridades, pois elas deverão ter um conhecimento da rede de *TSH* para a qual foram recrutadas podendo também a identificar o(s) traficante(s). Identificar aliás, conjuntamente com a criminalização e com a penalização, têm sido, ao longo do tempo, as estratégias tradicionais para combater este fenómeno. Importa agora ir além disso, importa agora apostar na formação dos agentes da autoridade para que estes possam partir da análise do terreno e traçar directrizes de investigação, determinar situações tipo, especificidades, situações similares de consequências distintas, compreender o grau de complexidade de cada situação que lhes seja apresentada, reencaminhar as vítimas adequadamente.

O primeiro problema está na detecção da situação de *TSH* como já referimos: os agentes no terreno são os primeiros a ser confrontados com as denúncias da população ou com a sua observação diárias das pequenas metamorfoses que a sua comunidade possa sofrer. Essa detecção tem diferentes origens, na sua maioria manifestada através de denúncia, uma vez que se trata de um crime público. Essa denúncia é sobretudo anónima ou feita por elementos

que, de alguma forma, ainda que indirectamente, estão relacionados com a(s) vítima(s). A denúncia anónima assume o papel preponderante nesta matéria devido, sobretudo, à delicadeza do crime e ao grau de perigosidade das organizações criminosas. O quadro seguinte⁵⁷ esclarece-nos sobre de quem partiu a iniciativa de denúncia do crime de tráfico de mulheres e lenocínio nos últimos três anos em Portugal:

Tabela C
Iniciativa de denúncia no crime de tráfico de mulheres e lenocínio

Investigação teve início por	2004	2005	2006	Total
Vizinhos/ senhorios	2	3	2	7
Vítima	5	11	5	21
Anónima	25	14	11	50
Outra força policial	12	18	18	48
Sem referência	19	21	21	61

Fonte: PJ

Após a detecção é necessário perspicácia para entender se estão presentes os característicos “sintomas” deste tipo de vítimas – entre outros retracção física, dificuldade em falar - sabedoria, paciência para que se ganhe proximidade com a(s) suposta(s) vítima(s), para que elas adquiram confiança e segurança junto das forças de autoridade, tarefa dificultada pela língua, pelo desnorтеio geográfico, pelo desconhecimento das instâncias políticas e pelo regime que ali vigora, pela desconfiança de que, como imigrantes ilegais que são, as autoridades os queiram deportar para os países de origem, os queiram corromper ou simplesmente porque temem as ameaças(a si e, frequentemente, à família) dos seus traficantes para que não denunciem a sua situação. No

⁵⁷SANTOS, Boaventura Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena; BAGANHA, Maria Ioannis (2007) “*Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*” – CES – Coimbra (Setembro). Acedido em 21/10/2007 – Disponível na Internet: <http://www.caim.pt>.

momento da detecção levanta-se outra questão: as organizações criminosas mudam rapidamente de *modus operandi*, de opções, revolucionando as suas atitudes tidas pela informação criminal como padrões. Frequentemente estas e os OPCs estão em *timings* completamente diferentes, pelo que é necessário apostar nesta vertente sob pena de haver um desfasamento entre a investigação e a realidade, como se estivéssemos a observar estrelas a milhares de anos-luz cuja imagem é já virtual.

Questões práticas surgem às autoridades policiais quando confrontadas com vítimas, testemunhas e traficantes: de uma base legal sólida, que permita a investigação e possível punição da realidade complexa que é o TSH, importa saber onde procura indícios, o que procurar que faça efectivamente prova de que a situação confirma este crime, que questões devem ser formuladas e a quem, saber, perante o interrogado em causa, quando terminar essas mesmas questões. Uma investigação bem sucedida deste crime implica que a rede seja desmantelada bem como os traficantes identificados e o mais solidamente possível acusados, devido ao correcto carreamento de provas para o processo, e posteriormente punidos de acordo com a moldura penal que cada Estado estabeleça. Por outro lado é preciso que as vidas das vítimas se transformem, que sejam proporcionadas efectivas condições de tratamento físico e/ou psicológico (se necessário), com a identificação das suas necessidades específicas e a possibilidade efectiva da sua reintegração social quer no país de destino quer no de origem o que indica uma colaboração estreita entre países também nesta matéria.

A lei penal deve ser moldada às novas realidades criminais que se revelam complexas, especializadas e simultaneamente abrangentes, fruto da globalização. Em Portugal, devido à recente alteração do CP, constatamos que foram concretizadas as intenções de alargar o âmbito do conceito de *TSH*, abrangendo inúmeras situações que até Setembro de 2007 seriam punidas recorrendo a outro tipo penal, bem como um aumento da moldura penal de 2 a 8 anos para 3 a 10 anos. O governo português optou por enquadrar a nova definição de *TSH* nas linhas já traçadas pelo direito internacional. Paralelamente reconhece a gravidade deste crime e, como reflexo disso, opta por punir mais. A PJ tem competência reservada para investigar este crime, no entanto não pode ser posto de lado o papel do SEF ou da Polícia Marítima, devido às suas competências no âmbito da imigração ilegal, inevitavelmente associada ao *TSH*. Penalizar os traficantes implica não só medidas políticas relacionadas com o agravamento de molduras penais mas também dotar as polícias de meios necessários para que esquemas e financiamento de crimes como *TSH* (branqueamento de capitais, fugas fiscais e outros esquemas sustentados na criminalidade económica como os negócios aparentemente lícitos) sejam desmantelados, penalizando financeiramente os traficantes. Urge um maior investimento na fiscalização das entidades empregadoras e dos angariadores de mão-de-obra acompanhado de uma maior regulamentação de sectores em que os imigrantes normalmente se inserem (construção civil, agricultura, prostituição, trabalho doméstico). Se analisarmos os métodos e os fins dos traficantes de crianças entende-se a urgência de a lei penal por um lado e as polícias e a segurança social por outro se debruçarem sobre a pornografia infantil e a sua

divulgação via Internet, bem como sobre as leis e procedimentos de adopção, ao nível nacional e internacional, que ou são demasiados morosas e burocráticas, apelando ao aumento de um mercado paralelo de tráfico de crianças, ou são demasiado simplificadas, laxistas tendo, na prática, o mesmo efeito.

Segundo os dados mais recentes do Relatório sobre *TSH* do Departamento de Estado Norte-Americano (publicado em Julho de 2007 com dados referentes a 2006) podemos constatar que no período 2003-2006 houve, em matéria de acusações e condenações, uma evolução diversa consoante a zona do globo em causa:

Tabela D
Acusações e Condenações no crime de tráfico de mulheres em 2003 e em 2006 por continentes

Continentes	Acusações		Condenações	
Valores	2003	2006	2003	2006
África	50	170	10	51
Ásia Oriental e Pacífico	1727	1321	583	763
Europa	2231	2950	1469	1821
Médio Oriente	1004	295	279	187
Ásia	2805	629	447	275
América do Sul e do Norte	175	443	27	63

Fonte: Departamento de Estado E.U.A., Junho 2007

Constatam-se que nas zonas do globo em que estão localizados os principais países de destino (Europa e América do Norte) houve uma aposta por parte da investigação criminal e da magistratura, influenciada pelas orientações

legislativas específicas nesta matéria, na vertente punitiva. África, cuja maioria dos países subdesenvolvidos são identificados como origem, revelou também um aumento tanto nas acusações como nas condenações, embora ainda insignificante face à intensa actividade e incrementação de *TSH* quer dentro do próprio continente quer para outros, nomeadamente para a Europa.

Investigar e punir são só uma pequena parte do que os Estados devem fazer perante o *TSH*. A prevenção deve assumir cada vez mais um papel de destaque pois só com políticas económicas e sociais à escala mundial que combatam as drásticas assimetrias, que fomentam o desespero e os êxodos populacionais, que tomem o fenómeno da imigração como uma questão que vai muito além das deportações ou do controlo fronteiriço, que tornem límpidos e eficazes os vários sistemas fiscais nacionais, pois só desta forma os fortes alicerces em que o *TSH* está apoiado abanarão.

Há um longo caminho a percorrer para que o *TSH* - classificado na Conferência Tráfico de Seres Humanos e Género (08 e 09/10/2007, Porto) organizada no âmbito da Presidência Portuguesa da U.E., como opaco, complexo, clandestino - seja compreendido e combatido nas suas dimensões preventiva, punitiva e reintegradora. Por ora importa investir na observação deste fenómeno – o I Plano Nacional prevê a criação de um Observatório de Tráfico de Mulheres para Exploração Sexual – cujas múltiplas especificidades impedem a percepção da sua quantificação mas permitem analisar traficantes, vítimas, rotas tipo e as suas mutações.

PARTE II

Capítulo 5

TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Contexto Português

Pouco se sabe sobre o fenómeno do *TSH* em Portugal: as informações quantitativas são escassas ou de frágil fiabilidade, as qualitativas ainda não estão devidamente estudadas, padronizadas, individualizadas. Como já analisámos, a legislação, até Setembro de 2007 era completamente desajustada à realidade, deixando brechas para que o nosso país se tornasse um local atractivo para as actividades e redes de crime organizado que se dedicam (também) ao *TSH*. Não existia, até final de Junho de 2007 um plano de actuação concertada, ao nível nacional, para combater o *TSH* (foram lançados, em 22/06/2007, dois conjugáveis para alcançar tal objectivo: o Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos e o Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género⁵⁸). Os OPCs, competentes para investigar o *TSH* e crimes conexos lidaram, durante décadas, com desinteresse político, com uma enorme falta de formação e sensibilização para a investigação deste crime e, por fim, com a já clássica falta de elementos tão necessários a combater criminalidade organizada cuja complexidade revela um imenso trabalho no que respeita à sua análise e desmantelamento. Por fim, e a não esquecer, a sociedade civil em geral, cuja

⁵⁸ Resolução do Conselho de Ministros 82/07 de 22/06., publicada no Diário da República I Série.

informação sobre o fenómeno do *TSH* tem vindo a aumentar, mas ainda se considera escassa. A aposta em verdadeiras campanhas publicitárias que informem não só o lado da oferta, das potenciais vítimas, mas que aposte também no lado da procura e da restante sociedade pois o *TSH* é um fenómeno de proximidade, cujas vítimas se cruzam com qualquer um de nós nas mais variadas situações: num suposto bordel de uma vila, nos semáforos de uma movimentada avenida, nas obras do prédio da esquina, na empresa de selecção e recrutamento, na etiqueta de um par de ténis de marca sonante. Pensar em termos globais e, em simultâneo, agir localmente parece ser a regra estrutural, engenhosa, aparentemente contraditória, para combater o *TSH*.

5.1 Perspectiva Interna

O *TSH*, devido à violência inerente, é um fenómeno que faz parte da realidade europeia e, consequentemente, nacional e por essa razão não deve ser subestimado. O *TSH* constitui uma violação dos Direitos Humanos, da dignidade e integridade do ser humano, conduzindo as suas vítimas a uma inevitável situação de (quase) escravatura. O *TSH* é um fenómeno complexo que envolve questões tão diversas como a imigração, o crime organizado, o sector laboral, a prostituição, os Direitos Humanos, as desigualdades sociais, as assimetrias económicas, as questões de género reflectidas, sobretudo, na violência contra as mulheres e na chamada “feminização da pobreza”.

Portugal perante este crime comporta-se como sempre, como a sua natureza assim determina desde o século XV, no qual iniciou verdadeiramente a

sua ambição de descobrir o mundo desconhecido. É um país multicultural que, só muito recentemente, perdeu as suas derradeiras colónias ultramarinas que, ao longo de cinco séculos, estiveram espalhadas pelos vários continentes: Brasil, Guiné, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Goa, Damão, Diu, Macau, Timor são peças de um mosaico exuberante o qual faz inegavelmente parte do seu código genético. O mais completo e recente (apresentado em Lisboa em 17/10/2007) relatório sobre as políticas e acolhimento de imigrantes da U.E., da responsabilidade do Migration Policy Group, coloca Portugal no segundo lugar, entre os 25 Estados Membros, logo atrás da Suécia. Esta posição deve-se sobretudo a uma actualização do quadro jurídico⁵⁹ no sentido de serem implementadas as melhores práticas e políticas favoráveis à legalização. Até ao final de 2006 encontravam-se, no nosso país, perto de 410.000 estrangeiros legalizados, especulando-se que o número de ilegais seja sempre superior a 100.000⁶⁰. São estas cifras negras, esta mancha desconhecida de ilegalidade, apesar da adopção e políticas de imigração menos restritivas, que devem ser descodificadas, através de um árduo trabalho das ONGs, da Segurança Social e das autoridades, sobretudo as ditas de proximidade com a população. A chefe da missão da OIM no nosso país, Mónica Goracci, descreve, num debate recente sobre o tema em Lisboa, o combate ao *TSH*, associado indiscutivelmente ao auxílio à imigração ilegal, como muito difícil adiantando, como contributos decisivos para essa mesma dificuldade, os escassos dados, as dificuldades múltiplas na sua troca, o enfoque nas motivações que levam à integração numa

⁵⁹ De notar a entrada em vigor da nova lei dos Estrangeiros: Lei 23/2007 de 04/07 bem como de estruturas criadas apoio à comunidade imigrante, como por exemplo o ACIDI, e outras mais específicas e direccionadas.

⁶⁰ Números cedidos por ACIDI.

rede e *TSH* relegando-se, para segundo plano, o lado da procura. Já em Dezembro de 2001, num Relatório sobre a evolução do fenómeno migratório, elaborado em parceria do ACIDI com o SEF e com o IGT, houve a necessidade de abordar o *TSH* da seguinte forma” *Ao longo do ano e 2001 continuou a constatar-se a existência de organizações criminosas que se dedicam a actividades ilícitas directamente relacionadas com o que deve ser apelidado de TSH, seja para que finalidade for (trabalho clandestino, exploração sexual, outras) mas sempre, com o objectivo de retirar dessas actividades avultados lucros, recorrendo muitas vezes para o efeito, à prática de factos igualmente ilícitos e mesmo formas de violenta e actuação*”⁶¹.

Sobretudo na última década os vários actores em campo iniciaram o longo caminho de busca de informação, de formação, de resultados. OPCs, ONGs, governo têm orientado e concertado esforços para que, numa primeira fase a remodelação da legislação, não só no plano pena mas laboral, social entre outros, até então desadequada ou insuficiente, relativa ao *TSH* fosse efectuada, para que o Projecto CAIM ganhasse forma e desse um contributo fundamental nessa luta, para que fosse também elaborado, pela Comissão de Cidadania e Igualdade o Género, o I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos. Este Plano integrado, já descrito anteriormente neste estudo, cria um Observatório do *TSH* com o objectivo de fazer um diagnóstico e permitir um maior conhecimento das especificidades em Portugal enquanto país de origem, trânsito e destino. A par de uma nova legislação e de um observatório específico, é necessário mudar mentalidades, promover uma cidadania activa, esclarecida e comprometida

⁶¹ ACIDI, SEF e IGT, (2002) “*Relatório sobre a evolução do Fenómeno migratório*”. Acedido em 22/12/2006. Disponível na Internet: <http://www.idict.gov.pt>

através de informação esclarecedora divulgada nos Media, nas escolas, nas igrejas, nas instituições que lidam de perto com potenciais vítimas, é necessário explicar que todos contribuímos de alguma forma para o crescimento do *TSH* através do silêncio, do consumo, do comodismo. Ainda assim campanhas e legislação não são suficientes, é preciso criar meios mais fáceis e eficazes de denúncia (linha SOS específica), é preciso investir na formação das autoridades, é preciso solidificar uma rede social para acompanhamento das vítimas pois qualquer plano concertado de acção, nesta matéria, que não coloque a tónica na sua protecção só agravará a situação destas. Tudo isto previsto no novo Plano em que se depositam, actualmente, todas as esperanças.

Contra a corrente, quer nacional, quer internacional, que aponta graves défices na legislação, na actuação das autoridades, na rede social ergue-se a voz dos responsáveis da PJ, actualmente o OPC com competência reservada para investigar o *TSH*, que afirma que este crime, embora complexo, é uma gota de água no universo criminal português mormente o desconhecimento sobre a real extensão que tem no nosso país. A PJ adianta ainda números: entre 2000 e 2004 os casos investigados por este crime não excederam os 125, em 2005 foram investigados 28, em 2006 foram indiciadas 100 pessoas por este crime, vinte por cento delas acusadas. Finalmente, até Junho de 2007, foram indiciados trinta traficantes tendo sido aplicada, a 13 deles, prisão preventiva. Todos estes números estão sob uma legislação frágil, que só permitia a criminalização em moldes estritos, que transformava muitos casos de efectivo *TSH* em acusações por lenocínio ou por acusação criminosa. A PJ adianta ainda que Portugal não pode ser só visto como país de destino ou como plataforma para outros países

europeus, como a Espanha, a Grã-Bretanha ou a Holanda, pois, no que respeita ao *TSH* para mão-de-obra escrava, deve ser também entendido como país de origem.

O SEF, que na sua luta contra a imigração legal, tropeça frequentemente no *TSH*, afirma que os pontos com maior relevo são a exploração sexual e a exploração de mão-de-obra. No primeiro apontam o Brasil como principal país de origem responsável por um imenso fluxo migratório: 80 por cento das estrangeiras que se dedicam à prostituição em Portugal, os restantes vinte são preenchidos por africanas e do Leste europeu. Afirma ainda que a maioria dedica-se a esta actividade por vontade própria embora já tenhamos discutido a irrelevância do consentimento da vítima de *TSH*. Os investigadores, além desta questão, deparam-se com a insistência de muita vítimas em não se considerarem como tal, apesar de serem claramente exploradas, apesar de, no Brasil, seu país de origem, o governo ter, nos últimos anos, apostado fortemente em campanhas de sensibilização da população para a existência do *TSH* e para os perigos que ele representa. O sonho de uma vida melhor é de tal modo atraente que muitas potenciais vítimas ignoram tais avisos ou até mesmo casos reais de conhecidas, amigas, familiares que, nessa aventura, foram enganadas, exploradas.

Quando nos referimos ao *TSH* para exploração de mão-de-obra em Portugal constatamos que somos país de destino e país origem. De destino para imigrantes africanos e da Europa de Leste sobretudo, embora também se constatem movimentos migratórios oriundos da Ásia (sobretudo China, Paquistão e Bangladesh). A oferta de mão-de-obra de imigrantes ilegais suscitou o que de pior há no tecido empresarial português, o sentido de oportunismo que leva à

exploração numa situação de vulnerabilidade destes trabalhadores transformados, por empresários inescrupulosos, em vítimas de TSH. A criminalização das pessoas colectivas, no âmbito da mais recente reforma do CP, é sublinhada: as empresas que recorram à mão-de-obra de vítimas de tráfico não só vão ser punidas com coimas elevadas como poderão ser extintas e impossibilitadas de se reconstituírem com o estatuto de pessoa colectiva.

Somos também nesta matéria um país de origem, fruto das assimetrias económicas litoral – interior. Nesta última região a taxa de emprego é elevada e as perspectivas de evolução de vida muito mais difíceis o que, conjugados, são factores propiciadores da imigração, ainda que sazonal. O sentido de oportunidade de alguns nacionais, angariadores é aguçado: basta um telemóvel e uma carrinha para estes “empresários”⁶² transportarem trabalhadores para a Espanha e para a Holanda, países onde são relatadas práticas de abusos.” *Em Espanha encontrámos casos de exploração de trabalhadores que poderíamos classificar como escravatura e que são passíveis de ser punidos criminalmente. São, nomeadamente, retenção de documentos de identificação, privação de liberdade, uso da força, maus-tratos, falta de pagamento das remunerações*⁶³. Já no caso holandês há um problema com a obtenção de prova testemunhal das vítimas, embora o consulado de Roterdão ser continuamente contactado por portugueses que se queixam pelo facto do salário não lhes ser pago. A resolução destes dois problemas no que concerne à exploração de mão-de-obra é

⁶² Numa recente operação da Guardia Civil Espanhola, foram detidos treze portugueses em Navarra suspeitos de escravizarem trabalhadores em explorações agrícolas naquela região, Jornal Público em 24/03/07. A Federação de Metal e Construção da União Geral de Trabalhadores Espanhola adianta que 70000 trabalhadores portugueses rumam todos os anos para aquele país só para trabalhar na construção civil. Jornal Público de 11/03/07.

⁶³ Declarações do Director da Directoria do Porto da Polícia Judiciária, Dr. Victor Guimarães. Semanário Expresso de 23/07/07.

complexa e exige iniciativas políticas que estão muito além da reforma específica da legislação desta matéria.

5.1.1 Media e Arte

Para este estudo foi analisada a imprensa nacional, desde Janeiro de 2006 até Outubro de 2007, sobretudo os principais jornais diários (Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Público, Correio da Manhã), um semanário (Expresso) e duas revistas semanais (Visão e Sábado). O *TSH* tem despertado cada vez mais o interesse da imprensa portuguesa, sobretudo desde o início de 2007, devido por um lado a um conjunto de medidas que, internamente, delineiam a nova política de combate a este crime, por outro devido a desenvolvimentos em processos mediáticos nos quais existe conexão de alguma forma com este crime, como por exemplo o caso Passerelle (supostamente *TSH* para exploração sexual). O tráfico de mão-de-obra tem também relevância na imprensa portuguesa, sobretudo quando as vítimas têm nacionalidade portuguesa e são explorados em países com Espanha ou Holanda ou quando se suscita a possibilidade da sua existência aquando da análise da imigração ilegal em Portugal. Por fim tem-se alertado para o fenómeno de *TSH* em todo o mundo quer através de reportagens televisivas sobre, por exemplo, o tráfico de crianças quer para exploração de mão-de-obra quer para exploração sexual ou através de artigos mais ou menos extensos sobre o *TSH* em África, muitas vezes nas ex-colónias portuguesas, nos quais é denunciada a existência de crianças-soldado

ou de tráfico através da caça de jovens talentos para o futebol europeu, de tráfico de crianças para adopção internacional ilegal na Bolívia, da realidade dos casamentos fictícios ou da prostituição em regime de escravatura em Portugal, entre outros. O *TSH* para exploração sexual em Portugal assume o principal papel nos artigos analisados: são relatadas situações de exploração de imigrantes ilegais ou de detenções pelas autoridades. Na geografia, o Norte e Centro do país, acima do rio Mondego, destacam-se por aí se localizarem um maior número de casas de alterne, facto para o qual são adiantados factores relacionados com a maior densidade populacional, maior poder económico e mentalidade mais conservadora, mais próxima das anteriores gerações em que a frequência destas casas era aceite, mais que isso, bem vista, pela população masculina.

A Imprensa, embora cada vez mais atenta, continua numa linha ainda generalista, superficial, com poucas reportagens de fundo, abordando casos pontuais mais mediáticos, descrevendo iniciativas no âmbito da Presidência Portuguesa da EU, no segundo semestre de 2007, da Assembleia da República ou do próprio governo.

Pode-se entender que as notícias não são tantas como seria de esperar, não são proporcionais à dimensão calculada do fenómeno, as mais extensas centram-se no *modus operandi* das redes e das rotas mundiais conhecidas, abordam a vítima da perspectiva do seu testemunho de vida, ignoram o lado da procura. No fundo reflectem a sociedade civil da actualidade, ainda não muito sensibilizada para a questão, que confrontada com ela tende ainda a aceitá-la como se o *TSH* fosse natural consequência dos tempos. O I

Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos é também, neste ponto ambicioso: prevê campanhas informativas, sensibilizadoras da população em geral bem como auxílio para que se produzam trabalhos de investigação sobre o *TSH*.

A produção artística contemporânea tem também espelhado a crescente preocupação e interesse a que a sociedade tem dado ao fenómeno do *TSH* no nosso país, senão vejamos as seguintes três obras relevantes nos últimos quatro anos:

- Em 2004 estreia “*Noite escura*”, de João Canijo, cuja trama tem lugar num mundo longínquo da província, mais precisamente numa casa de alterne onde é banal todo o tipo de tráfico. Apesar de não ter pretensões a estudo sociológico, sendo mesmo uma adaptação de uma peça clássica de Eurípides, relata com rigor a intimidação, violência, exploração sexual, enfim, o tráfico de mulheres que existe no nosso país;
- Em 2005 estreia o filme “*Transe*” da cineasta Teresa Villaverde. Conta a história de uma mulher jovem que abandona a sua vida em S. Petesburgo, na Rússia, com a ilusão de uma nova vida a ocidente. Entre a Rússia e Portugal, passando pela Alemanha e por Itália, esta mulher conhece na pele toda a miséria e degradação no seio de uma rede de *TSH* para exploração sexual;
- Em 2007 a escritora Lídia Jorge publica “*Combateremos a Sombra*” que, tal como os anteriores filmes, tece uma história em volta de uma figura masculina, o psicanalista, que sem querer, leva os leitores a penetrarem no mundo do crime, numa “rede de tráficos” que envolve várias personalidades

públicas numa cumplicidade que funciona como uma espécie de tenaz sobre o país. A escritora, numa entrevista dada à revista Visão, pela altura do lançamento do livro afirmou: *“É uma ficção com um assomo político (...). À nossa volta há um país fantasmal que está escondido. De vez em quando o fantasma aparece e, logo de seguida, volta a desaparecer. E isto demora há demasiado tempo. Estamos aqui encurralados no nosso processo de revisão cíclica.”*⁶⁴

5.2 Perspectiva Externa

A comunidade internacional entende que todos os países, no que respeita ao combate do *TSH*, não podem ignorar nenhuma destas três vertentes: a prevenção do *TSH*, a investigação e aplicação efectiva da justiça aos traficantes e, finalmente, a protecção, recuperação e reintegração das vítimas.

Várias entidades internacionais governamentais e não governamentais, ligadas especificamente a este crime ou mais generalistas vocacionadas para a intervenção na realidade criminal ou social ou na defesa dos Direitos Humanos, elaboram relatórios com periodicidades variáveis que monitorizam o *TSH*, reunindo dados resultantes da análise de vários países, quer ao nível mundial ou regional. A reunião destes dados, conjuntamente com a sua análise e cruzamento, é um enorme contributo para que se possam juntar peças, para que se parta do individual para o global compreendendo a diversidade do *TSH*, combatendo-o com maior eficácia.

⁶⁴ Revista Visão, 15/03/2007.

Traçaremos linhas gerais de relatórios a que tivemos acesso, referentes aos últimos anos (2002 a 2007), e veremos como Portugal, e a sua situação perante o *TSH*, tem sido visto pela comunidade internacional.

Em 2002 um relatório, no âmbito do programa anti-tráfico efectuado pela ONG Anti Slavery⁶⁵ (Luckoo, Tzvetkova) com o objectivo de organizar um directório completo e actualizado das várias ONGs que se dedicam a combater o *TSH* em mais de noventa países, apontava Portugal como um país de destino no que respeita ao tráfico para exploração sexual (vítimas referenciadas são originárias de regiões tão diversas como a Europa de Leste, Brasil e África). Alerta-se para a constatação de uma conexão muito forte entre prostituição e consumo de droga (50 a 60% das prostitutas consomem heroína ou cocaína). O tráfico de mão-de-obra é tido como uma actividade comum no nosso país sendo o seu recrutamento efectuado para sectores da economia como a agricultura, construção e indústria em geral.

O CP de 1982 vigorava pelo que é apontado como manifestamente insuficiente. As autoridades são criticadas porque, embora a prostituição não seja crime, contrariamente à sua organização, permissão e exploração, são consideradas tolerantes de acordo com uma certa atitude moralizadora que paira sobre toda a sociedade civil. Por fim apresenta uma lista de quase vinte ONGs, cujos objectivos diversos, heterogéneos (imigração, discriminação, abuso dos Direitos Humanos, direitos da criança, direitos do trabalhador, saúde, etc.) preenchem as várias vertentes na luta contra o *TSH*.

⁶⁵ LUCKOO, F; TZVETOVA M. (2002) “Combating trafficking in persons: a directory of organisations”, Antislavery, London. Acedido a 01/08/2007 – Disponível na Internet: www.antislavery.org/homepage/resources/DSTrafficking1.PDF ;

O relatório do European Institute for Crime Prevention and Control (ONU), em 2003, dedica-se à observação do tráfico de mulheres e crianças nas várias regiões europeias concluindo que cerca de 80% das vítimas oriundas do Sudeste Europeu acabem por ser conduzidas à prática da prostituição, outros 10% trabalham em outros serviços da indústria do sexo. Relativamente a Portugal avança dados menos vagos que o anterior: é considerado aqui também um país de trânsito e de origem pois estimam-se que muitas portuguesas são levadas para a prostituição em Espanha. A população de prostitutas em Lisboa rondava as 6500, sabe-se que, ao nível nacional, metade são estrangeiras, sobretudo originárias do Leste europeu. O que é também aqui sublinhado é a porta aberta que Portugal é para a imigração ilegal de mulheres brasileiras (estimam-se 75000): país da área Schengen, com ligações privilegiadas com o Brasil, com a mesma língua transforma-se em alvo preferencial dos traficantes que fazem chegar as suas vítimas via área como se de turistas se tratassem. Num momento posterior “escoam-nas” para outros países europeus, sobretudo para a Grã-Bretanha. Critica a lei penal portuguesa em vigor em 2003 apontando ainda para o facto de não haver qualquer mecanismo de protecção de vítimas de *TSH*.

Um interessante relatório de um Instituto associado a uma Universidade americana, Protection Project,⁶⁶ aponta para o facto de Portugal ser um país de destino e trânsito, sublinhando também que é o eleito para destino das vítimas originárias do Brasil. Trinta e duas rotas foram identificadas no tráfico de mulheres do Brasil para Espanha, a maioria passa por locais fronteiriços como Valença do Minho, Viana do Castelo, Chaves e Bragança. Os britânicos

⁶⁶Disponível na Internet: <http://www.protectionproject.org> – Instituto que promove pesquisas em matérias de Direitos Humanos – The Johns Hopkins University School of Advanced International Studies – Washington DC – EUA

apontaram, em 2000,⁶⁷ 75000 brasileiras traficadas que entraram na Europa via Portugal pela mão de cerca de cem gangs de crime organizado. Faz uma referência ainda ao tráfico de crianças angolanas pela mão de um jogador de futebol nascido naquele país que se julga ter traficado mais de 50 crianças para a Grã-Bretanha, via Portugal. Acabou por ser punido em Portugal, em 2002, com uma pena de seis anos e meio pela prática destes crimes⁶⁸. Este relatório menciona ainda o, considerado recente, fenómeno de *TSH* para exploração sexual de africanas para os Açores. Portugal é enquadrado regionalmente na luta contra a imigração ilegal e contra o *TSH*: faz parte do Diálogo 5+5 (países europeus mediterrânicos e do Magreb) que, em 2003 na Declaração de Tunis, firmou um compromisso na prevenção e combate da imigração ilegal e do *TSH*; faz parte da Europol, participando em operações conjuntas, transnacionais na luta contra o *TSH* (como por exemplo a operação Girassol em 10/2002); faz parte da U.E. sendo Estado Parte em vários acordos nesta matéria, assim como beneficia de programas cujo apoio financeiro lhe permite melhorar os vários aspectos da luta contra o *TSH* (exemplo disso são os Programas STOP ou o EQUAL).

O Programa EQUAL deu origem a um relatório, já este ano, resultante da Parceria e Desenvolvimento do Projecto “Headway – Improving Social Intervention Systems for Victims of Trafficking” no qual seis países da U.E., incluído Portugal, trabalharam em conjunto durante mais de dois anos com o objectivo de *“implementar um projecto multifacetado que visava desenvolver instrumentos e modelos de forma a melhorar e fortalecer as medidas de apoio às vítimas, e monitorizar – ao nível local, nacional e europeu – o TSH e os serviços*

⁶⁷ Scottish Daily Record, “Vice Gang Smuggles Brazilian Sex Slaves to Britain”, 08/10/2000

⁶⁸ Evening Standard (London) “Devil in Designer Clothes” Danielle Gusmaroli, 13/03/2003

de apoio disponíveis para as vítimas”⁶⁹. São aqui analisados minuciosamente os Projecto CAIM e O Ninho⁷⁰. Regista o papel fundamental que as várias ONGs portuguesas têm na identificação e recolha dos depoimentos das vítimas, embora conclua que existem falhas na recolha e análise de informação não estando implantado efectivamente ainda um sistema de monitorização deste crime, só previsto de forma mais consistente no recente I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos 2007-2010.

O mais recente relatório, que analisa, de uma perspectiva externa, como Portugal luta contra o *TSH*, é o do Departamento de Estado dos EUA datado de Junho de 2007 (TIP 2007). Este relatório é elaborado com uma periodicidade anual e avalia o *TSH* em cento e cinquenta países de acordo com três critérios: investigação/acções judiciais, protecção das vítimas e prevenção, classificando os países em três níveis segundo os esforços feitos pelos governos para combater o *TSH* segundo os padrões norte americanos. Os países do terceiro nível são que os EUA consideram que não se adaptaram aos referidos padrões e que, por isso, devem sofrer sanções que incluem a negação de fundos norte-americanos para participação de funcionários dos governos em intercâmbios educacionais e culturais, a suspensão de assistência não humanitária e não relacionada com comércio e solicitação aos bancos de desenvolvimento e a indicação ao FMI para que negue empréstimos a esses

⁶⁹ ORFANO, Isabella, BASTOS, Maria Manuel; BAPTISTA, Riquito de Seabra, GOMES, Mónica Calado; POPOVA, Deliana; MACHADO, Paulo; PENEDO, Rita; PESCE, Flavia; BETTINI, Carlota; GRATTI, Andrea; PELLEGRINI, Fluvio (2007) “*Headway – Improving Intervention Systems for Victims of Trafficking Project*”, Project Leading Partners, EQUAL Programme, European Union, p.45.

⁷⁰ Respectivamente disponível na Internet em <http://www.aim.com.pt/main.php?lg=pt> e <http://www.oninho.pt>

governos.⁷¹ O TIP 2007 classifica o nosso país como sendo de destino e de trânsito relativamente a outros países europeus, confirmando as origens das vítimas apontadas nos relatórios mencionados anteriormente. Divide ainda as vítimas em género: as do feminino, oriundas essencialmente do Brasil, do Leste da Europa e de alguns países africanos, são traficadas tendo como fim a exploração sexual, e as do masculino, sobretudo do Leste europeu, para exploração da mão-de-obra. Quanto à investigação, à protecção das vítimas e à prevenção o relatório é muito crítico em relação às práticas desenvolvidas em Portugal para combater o TSH, colocando-nos em posição intermédia no ranking de três níveis o que significa que *“não cumpre os mínimos recomendados nesta matéria mas que se esforça para erradicar o TSH”*. Um responsável da do Combate ao Banditismo (DCCB), PJ, Pedro Felício, logo após a sua publicação, contestou as conclusões do Departamento de Estado Norte-americano afirmando que, em termos de investigação criminal *“o nosso trabalho no combate ao TSH vai bem e estamos a nível europeu (...) em alguns casos, a nossa eficácia é superior a alguns países comunitários, como demonstra o actual número de detidos por este crime (...) este ano já foram detidos trinta traficantes e treze encontram-se em prisão preventiva. Entre 2003 e 2005 houve um acréscimo de trinta por cento das investigações finalizadas”*⁷². O mesmo responsável só não consegue defender o facto dos traficantes condenados cumprirem pena suspensa, alegando que essa decisão não é da responsabilidade da instituição que representa.

⁷¹ United States Department of State Report (2007) *“Trafficking in Persons Report”* (June). Acedido a 12/07/2007 - Disponível na Internet: <http://www.state.gov>.

⁷² Disponível na Internet : <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=288364&visual=26>

O Departamento de Estado Norte-americano, comparado com mesmo relatório de 2006 e 2005, afirma a esperança de que as grandes reformas legislativas e procedimentais, que o poder político tem desencadeado nesta matéria, dêem os seus frutos.

5.3 Conclusão

Pode-se dizer que, na última década, Portugal despertou verdadeiramente para o problema do *TSH*. Talvez tenha sido forçado a isso quer pela mudança do panorama da criminalidade, mais aproximada ao fenómeno da globalização, quer pelas pressões políticas externas que levaram o governo a reformar todo o quadro legislativo. O Projecto CAIM, que se manteve activo até Julho de 2007, foi essencial para recolher informação, reunir dados dispersos pelas várias autoridades e ONGs, para dar início à tão desejada monitorização para, numa primeira fase, se conhecer a realidade do *TSH* no nosso país e a sua aproximada dimensão transnacional. A crescente formação que tem sido ministrada aos OPCs é também reflexo desse despertar.

A mudança no plano legislativo pode ser mesmo classificada como revolução: os preceitos manifestamente insuficientes foram reconstruídos, adaptados à nova realidade criminal e, porque transnacional, de acordo com as orientações dadas pela comunidade internacional, nomeadamente a ONU e a U.E. É inegável o papel que assume o *TSH* para fins de exploração sexual no

nosso país, é para ele que se têm voltado todas as atenções quer ao nível da prevenção quer ao nível do efectivo combate e apoio às vítimas.

Os mais recentes relatórios, de diversas fontes, depositam uma esperança não só na luta contra este crime por parte da justiça nacional mas também na luta contra as cifras negras, esperando que quantitativamente seja possível alcançar os dados necessários, estruturantes para uma revisão contínua de estratégia de combate a este crime.

. Apesar de já ter sido iniciado, há ainda um longo caminho a percorrer assente em bases cada vez mais sólidas, quer nacional quer internacionalmente.

Capítulo 6

TRÁFICO DE SERES HUMANOS

A Exploração Sexual em Portugal

“Somos exploradas e esmagadas como uma cabeça de alho”⁷³

6.1 Introdução

Ninguém sabe ao certo quantas pessoas em Portugal são vítimas de *TSH*. A opacidade do fenómeno, associada a longos anos de negligência do poder político nesta matéria, conduziu a um profundo desconhecimento da realidade do tráfico no nosso país. As ONGs e as autoridades policiais, pelo contrário, são, há décadas, confrontadas com a realidade do terreno, ouvem e sentem as vítimas, detêm alguns traficantes por outros crimes conexos, delimitam e classificam as zonas, muitas delas em constante mutação, onde normalmente estão assinalados indícios de que este crime possa estar a ser praticado.

Questão prévia a esta é a de saber realmente o que quantificar quando falamos de *TSH*, e mais especificamente, de *TSH* para exploração sexual que

⁷³ Testemunho de jovem cambojana, vítima de *TSH*, explorada em Phnom Penh no documentário *“Le Papier ne Peut pas Envelopper la Braise”* de Rithy Panh – França – 2006.

não pode ser dissociado da prostituição⁷⁴: o que é, como foi sendo encarada ao longo do último século, o que a delimita do *TSH*, se a essa individualização houver lugar, o que são e quem são as vítimas, quais as suas movimentações, qual o rumo político que os Estados devem tomar sobretudo na questão da criminalização da prostituição, na da imigração ilegal e, concretamente, no *TSH* para exploração sexual⁷⁵.

6.2 Percurso Evolutivo

Os discursos sobre o *TSH* estão em constante mutação e neste estado permanecerão devido aos sucessivos estudos no terreno, a interesses políticos, a análises de sub grupos sociais que defendem a igualdade do género, racial, que defendem diversos meios para se alcançar uma justiça social, e por fim às constantes mudanças económicas na conjuntura mundial que oscilam entre alianças regionais entre vários países e políticas energéticas. O que em tempos foi visto como um problema de “tráfico de escravas brancas”, i.e. mulheres prostitutas, actualmente é visto como um fenómeno ligado às assimetrias mundiais e às consequentes massivas deslocações que dão origem à migração

⁷⁴ Segundo definição adiantada pela ONG portuguesa *O Ninho*, é a efectivação de práticas sexuais, hetero ou homossexuais com diversos indivíduos e remuneradas, num sistema organizado. Disponível em: <http://www.oninho.pt>

⁷⁵ Tráfico para Fins Sexuais - o recrutamento, o transporte, a transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa para praticar acto sexual comercial (qualquer acto sexual que é praticado em troca - de várias formas - de pagamento).

internacional do trabalho e sua exploração, área em que os Estados tendem a perder o controle.

Desde 1814 (Tratado de Paris entre Inglaterra e França) que a legislação internacional se preocupa com a escravidão. A Sociedade das Nações define tráfico de escravos e escravidão, condenando-a, pela primeira vez na Convenção de 1926. A Convenção de Genebra (1956) reafirma estes conceitos e amplia-os de acordo com a realidade que vinha sendo observada, foram introduzidas práticas como a retenção de um ser humano por dívidas, a servidão, o casamento forçado da mulher em troca de dinheiro, a entrega de uma mulher a um terceiro pelo seu marido, família ou clã, os direitos hereditários sobre uma mulher viúva, a entrega de menor a terceiro para exploração. Esta Convenção foi inovadora ainda em recomendar os diversos Estados Parte para que definam, no seu ordenamento, como crime a escravização do ser humano ou o incitamento a que este aliene a sua liberdade no âmbito de relações de autoridade, a tentativa ou o efectivo transporte de escravos entre países, a aplicação de castigos, nos quais se inclui a mutilação.

Nas primeiras três décadas do século XX foram assinados vários instrumentos internacionais que são o reflexo, por um lado, da agregação da exploração laboral dos escravos negros à das mulheres para a prostituição, por outro ao crescente alerta social e político para esta questão. Nas Convenções e/ou Protocolos assinados entre 1904 e 1933 (aprovados pela ONU até 1948) a definição de *TSH*, inicialmente inexistente foi ganhando contornos, sobretudo a partir de 1910 (Convenção Internacional para a Repressão de Tráfico de Mulheres Brancas) em que o tráfico e exploração da prostituição passaram a ser

infracções criminais puníveis com pena privativa de liberdade e passíveis de extradição. Contudo, em si mesma, prostituição era ainda considerado um atentado à moral e aos bons costumes vigentes.

A Convenção e Protocolo Final para a Repressão e Tráfico e do Lenocínio (1949) é inovadora pois considera vítimas as pessoas que exercem a prostituição concretizando a dignidade e o valor da pessoa humana. Ao mesmo tempo que lança as bases para cooperação jurídica internacional, obrigam os Estados Parte a actuarem no campo da prevenção, reeducação e integração social bem como a facilitarem a extradição quando estiver em causa o *TSH* transfronteiriço. Apesar destes novos valores, nascidos de um mundo finalmente em paz após dois conflitos mundiais, a sua ineficácia foi assumida quando, na Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979) foi imposto aos Estados Parte para que tomassem as necessárias medidas contra todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição. Vários movimentos da comunidade internacional que se seguiram apontaram para a eliminação de todas as formas de assédio sexual, exploração e tráfico de mulheres: Conferência Mundial dos Direitos Humanos (1993), A Resolução da Assembleia-geral da ONU, em 1994, em que define *TSH* de forma mais completa embora o associe só ao tráfico para exploração sexual e de mão-de-obra, Programa de Acção da Comissão dos Direitos Humanos para a Prevenção do Tráfico de Pessoas e Exploração da Prostituição (1996), a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), cuja Plataforma de Acção assenta na eliminação do tráfico de mulheres, a assistência às suas vítimas e na distinção entre prostituição forçada e a exercida livremente, não representando, esta última

violação dos Direitos Humanos. O Estatuto do Tribunal Penal Internacional (1998) classifica como crimes contra a humanidade a escravidão sexual e a prostituição forçada. Por último a Convenção de Palermo Contra o Crime Organizado Transnacional, mais especificamente o seu Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas em especial Mulheres e Crianças (2000) que, devido à nova definição de *TSH*, dá início a uma nova fase de controlo jurídico internacional nesta matéria nomeadamente na abordagem que faz às vítimas, enfatizando o papel dos Estados Parte na sua protecção, bem como na efectiva finalidade do *TSH*: com o emprego da expressão “para fins de exploração”, e uma vez a enumeração aí existente ser meramente ilustrativa, engloba qualquer forma de exploração do ser humano ampliando a definição para que assim se possa adaptar à complexa realidade. A prostituição foi substituída pela expressão “exploração sexual” também ela mais abrangente e lúcida perante a actual sociedade (turismo sexual, prostituição infantil, prostituição forçada, escravidão sexual, casamento forçado entre outros). A debatida questão do consentimento do traficado não ficou também clara para que se continue a atender tendências opostas, o mesmo se aplica à expressão “situação de vulnerabilidade”, aplicada a um amplo leque de situações de exploração de qualquer natureza. A complexidade desta definição é sublinhada quando a associamos, na dimensão de exploração sexual, à prostituição. As conceitualizações internacionais, nas quais se encontram duas posições, seguem com o debate de como a prostituição reduz a mulher a objecto ou como é só mais uma de muitas actividades profissionais, podendo a mulher dispor livremente do seu corpo. A visão de uma sociedade moral, subjacente ao cristianismo, marcou

vincadamente as posições sobre esta matéria. As “feministas abolicionistas”, ligadas ao conceito de “escravidão sexual feminina” e, historicamente à Europa Ocidental e América do Norte geradora, de movimentos reformistas de mulheres de classe média, tiveram as suas origens nos finais do século XIX mas reapareceram nos finais da década de setenta sobre os mesmos princípios base: a prostituição reduz a mulher a um objecto que é adquirido sendo, por essa razão, sempre uma forma de exploração sexual, perdendo significado a distinção entre a forçada e a voluntária. Estas feministas acabem por estabelecer estanhas parcerias com movimentos conservadores, mais à direita ou associados à igreja católica que defendem também políticas mais repressivas de actuação sobre a procura do *TSH* como a criminalização dos clientes. Esta lógica permanece ainda no movimento contemporâneo de mulheres, nos EUA, que lutam contra o tráfico no seu género. Nesta linha seguiu a Suécia que considera a prostituição como um aspecto de violência do homem contra as mulheres e crianças, constituindo um problema social importante, nocivo para as suas vítimas e para toda a sociedade. Desde o início de 1999 quem exercer a tentativa ou a concretização de compra de serviços sexuais incorre num delito cuja moldura penal vai da multa ou com pena até seis meses de prisão. As pessoas prostituídas são considerado o elo mais fraco, não são punidas, antes motivadas para que enveredem por outro rumo, auxiliadas e reintegradas se for disso o caso. Informações do Ministério da Indústria, do Emprego e das Comunicações da Suécia (07/2004) concluem que houve uma queda expressiva do número de prostitutas de rua bem como uma queda do número de homens que compram serviços sexuais de aliciamento das mulheres para prostituição. Embora a coordenada e

fundamentada, assumindo que o objectivo base é, além de extinguir a prostituição, aumentar a consciencialização e o conhecimento sobre o *TSH*, podemos sempre discutir se a aplicação da opção sueca trouxe consigo uma verdadeira redução, uma vez que tratarmos de um fenómeno que quanto mais ilegal ou clandestino for maior será a dificuldade para que se descodifiquem as suas cifras negras.

A outra posição tem origem numa facção oposta no movimento feminista, encarando a prostituição como uma actividade que se inscreve no direito das mulheres disporem do seu corpo livremente sem qualquer sanção social ou moral. Insistem no combate ao *TSH* com o fim de exploração sexual mas alertam para o facto de existir prostituição forçada e voluntária, esta última exercida por um conjunto de seres humanos, trabalhadoras e trabalhadores, que, segundo esta perspectiva, lutam pelo respeito social e enquadramento legal da actividade para, desta, forma fazerem valer os seus direitos (segurança social, saúde, segurança, etc.) não deixando, tal como a restante população activa, os seus deveres e lado, nomeadamente os fiscais. As prostitutas e prostitutos são encarados como sujeitos activos e auto determinados que, ainda que por estratégias de sobrevivência, se dedicam voluntariamente e conscientemente a esta actividade de acordo com parâmetros específicos quer sejam culturais, nacionais ou internacionais. Toma o *TSH* *“como discurso e como prática que emergem das intersecções de relações de poder estatais, capitalistas, patriarcais e raciais com a operação da actuação e desejos das mulheres de darem forma às próprias vidas e estratégias de sobrevivência e vida. O patriarcado é visto como uma das relações de dominação que condicionam as vidas das mulheres, e*

não a única, nem necessariamente a principal. Considera-se que o racismo, imperialismo e desigualdades internacionais também configuram a vida das mulheres".⁷⁶ A criminalização cria assim um triplo estigma pois ao já de si pejorativo estatuto de prostituta são associados o de imigrante e o de criminosa o que lhes aumentará a vulnerabilidade, sinal de alerta no combate ao TSH. A ONU, na sequência desta perspectiva, optou por definir a prostituição como uma forma legítima de trabalho sublinhando que a indústria do sexo é uma das muitas actividades onde ocorre TSH. Há uma distinção conceptual entre prostituição e TSH que passa a ser definido como condição de um fim, exploração de mão-de-obra, exploração sexual entre outros, que para ser atingido é necessário recorrer ao recrutamento, transporte de pessoas bem como à sua exploração, o que implica o uso da coacção e da força, e assim é reflectido no Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (2000).

Os discursos sobre TSH têm vindo a mudar ao longo dos séculos, acompanhando as constantes mutações originadas por interesses políticos, dados empíricos observados em dados oficiais e na investigação científica, graus de preocupação com os Direitos Humanos, mudanças económicas estruturais ou conjunturais. O cerne do problema, devido sobretudo ao actual mundo globalizado, moveu-se da prostituição forçada de mulheres para o fenómeno de proporções massivas que a imigração foi transformada devido às acentuadas assimetrias mundiais que fazem dos países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, cujo Estado de Direito está já consolidado, verdadeiros oásis

⁷⁶ KEMPADOO, Kamala (2005) "*Mudando o debate sobre tráfico de mulheres*", York University, Cadernos Pagu, Campinas – Brasil, (Julho/Dezembro), p. 4.

para quem se encontra num beco sem saída no seu país e origem, quer por razões económicas ou políticas, originadoras de conflitos nacionais e regionais.

A palavra *prostituere* significa pôr à venda, expor publicamente. Em Portugal há um primeiro marco jurídico nesta matéria em 1170, quando se mandam prender as “barregãs dos clérigos”. Em 1275 a perseguição passa para os homens casados que são “proibidos de dar coisas às barregãs”. Um século depois o Afonso IV manda que as “meretrizes vivam em bairros separados de outra gente e tragam divisas para se distinguirem das mulheres honradas”. Em 1521 ordena-se que se puna a prostituição com “degredo por quatro meses fora da cidade”, no século XVIII mandam-se para “casas de correcção”. No século XIX afirma-se que a prostituição não é um bem mas um facto. Em 1962 as prostitutas são equiparadas aos vadios.

Em Portugal, segundo o princípio da tipicidade do nosso CP, a prostituição não é um crime, assumindo no ordenamento jurídico um estatuto de excepção. Optou-se por se punir crimes que, na prática, lhe podem ser, de alguma forma, conexos, embora estejam associados a elementos fundamentais do *TSH* (coação, fraude, privação de liberdade do ser humano, exploração) como o lenocínio, a associação criminosa, a escravidão, o abuso de poder, o uso e porte de arma ilegal entre outros. Por outro lado a prostituição não é considerada uma actividade, uma profissão como qualquer outra, situando-se algures entre o permitido e o estigmatizado, ficando na sombra de uma moral associada à tradição católica do nosso país. Por tudo isto urge que seja lançada, a nível nacional, uma ampla discussão sobre o assunto para que se entendam as várias cambiantes da prostituição, onde começa o *TSH* e acaba aquela actividade, se

há sobreposição de ambos, se há necessidade de enquadramento legal e, se assim se decidir, e que moldes deve ser feito

A Holanda – definiu-a como legal em 1988 e posteriormente, em 2000, legalizou os bordéis – por exemplo optou por distinguir claramente prostituição voluntária, legalmente aceite e enquadrada no conceito de prestação de serviços, e a forçada, moralmente censurável para o explorador, que configura um crime. Por outro lado o governo holandês canalizou meios para que o perfil da (potencial) vítima e do traficante fossem actualizados à mesma velocidade que as constantes mutações do sub mundo criminoso do *TSH*. Aliás a clarificação do conceito de vítima é fundamental nesta discussão, quem são, porque o são e o que as move, que ajuda necessitam, se querem ou não a reintegração quer na sociedade do país destino quer na do país origem, que a sociedade entenda, sem moralismos caducos, que prostituta não é sinónimo de exclusão. A vizinha Espanha já se adiantou nesta matéria: no primeiro semestre de 2007 a Comissão Mista Congresso-Senado dos Direitos da Mulher apresentou uma proposta para que fosse elaborado um plano específico e luta contra o *TSH* para fins de exploração sexual assente em três pilares estruturantes:

- a) Reforço dos instrumentos policiais e judiciais para lidar com organizações criminosas, complexas, com ramificações transnacionais que estão envolvidas no *TSH*;
- b) Criação de uma rede integral de atenção às prostitutas, definindo prostituição voluntária da forçada, identificar quem precisa e quer ajuda, promover planos de reintegração, prestar cuidados fundamentais nesta actividade como, entre outros, os de saúde;

- c) Sensibilizar a sociedade em geral para o fenómeno da prostituição, para que reflecta não só sobre a oferta mas sobre a procura, as razões pelas quais muitas imigrantes se dedicam a essa actividade, entender que o *TSH* para exploração sexual se tornou banal, fazendo parte do quotidiano do cidadão comum.

Parece que após o lançamento do I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos e do III Plano Nacional para a Igualdade, da Cidadania e Género é o tempo certo de discutir aprofundada e conscientemente a questão da exploração sexual versus prostituição seguindo esta visão integradora do *TSH* para exploração sexual.

O *TSH* de mulheres para fins de exploração sexual tem ganho visibilidade, paralelamente ao fenómeno do *TSH* em geral, devido à crescente preocupação da comunidade internacional para que seja criado um quadro legislativo nesta matéria tão eficaz na sua diminuição como na protecção das vítimas. É frequentemente descrito como um fenómeno complexo e singular uma vez que envolve tráfico no contexto tripartido: género, geração e exploração. O mercado da indústria do sexo é alimentado, por um lado pela oferta de meninas e mulheres (pontualmente inclusão de elementos masculinos) em clara situação de vulnerabilidade social, por outro por uma procura, na sua esmagadora maioria masculina, com poder económico diverso e pertencente a todas as classes da sociedade que, por razões culturais, está voltada para o consumo de serviços sexuais remunerados. O que está em jogo aqui é a satisfação do desejo sexual da procura, que representa o consumo com poder económico, o lucro, que consoante o factor risco pode ser variável, e as relações de poder desigual

acentuadas por questões de género, geração, étnicas/ raciais, de dominação e exploração e classe.

Os esforço coordenado entre governos, organismos internacionais, ONGs e universidades sublinham aspectos do *TSH* que necessitam de ser estudados profundamente, livres de preconceitos e assumindo uma visão globalizante, multicultural: a identificação das rotas mundiais e regionais e as suas constantes mutações, as questões de raça e de género bem como outras ligadas ao papel da criança nas diferentes sociedades, o papel da exclusão económica e social, além do dos conflitos internacionais, em populações expostas tomadas por essas razões como vulneráveis e, por essa via, potenciais vítimas de *TSH*. Os Media têm também aqui sido determinantes pois, mormente as múltiplas reportagens sensacionalistas, tem contribuído para sensibilizar a sociedade para o problema, embora, com alguma frequência, haja tendência para um alarmismo social baseado quer em dados quantitativos, de origem nebulosa, quer em parangonas diárias retiradas de casos de polícia que, por vezes, pouco têm a ver com o corpo da notícia.

As mais recentes referências internacionais sobre o *TSH* para fins de exploração sexual apontam para alguns aspectos hegemónicos, podendo contribuir para equívocos nas conclusões mais imediatas que dali poderemos ser tentados a retirar:

- a) As pessoas traficadas, designadas em muitos países legalmente como vítimas, continuam a ser tratadas como imigrantes ilegais, criminosas, ameaças à segurança nacional ou discriminadas pois, devido à prostituição, são elementos que abalam ainda alguns valores estruturantes, com raízes

na religião, das sociedades contemporâneas. Como troca de protecção dada por aquele estatuto, os Estados pressionam para que informem a polícia desta forma denunciando os traficantes que, como constatámos, podem ser seus amigos, amantes, irmãos, empregadores. A lógica subjacente continua assente no princípio da utilidade: o estatuto de vítima de *TSH* por vezes não faz mais que a adiar o momento de extradição para o país e de origem, uma vez que interessa ao Estado que só permaneça no seu território pelo período necessário para que decorra o processo criminal contra os traficantes. Muitas vítimas não querem ser extraditadas: enfrentar a vergonha social de regressar ao país de origem como imigrante ilegal, ser estigmatizada, pela família ou pela comunidade de que é natural, como ex-prostituta, sofrer represálias directas ou indirectas dos traficantes não é de perto o cenário planeado para o seu regresso. Frustradas, desconfiadas, carregadas de sentimentos de culpa, de auto desvalorização profunda e com uma vivência distorcida da sua sexualidade estas mulheres vêm-se a elas próprias como objecto. As condições sócio-económicas no país de origem permanecem, frequentemente, as mesmas pelo que é habitual que, ao terem de novo necessidade de partir, caiam nas malhas das redes de *TSH* que as chantageiam e renegoceiam, cada vez mais baratas, reenviando-as para destinos diferentes. Aliás a questão da “revitimação” deve ser aprofundada pelos múltiplos investigadores, ao nível mundial, que se dedicam a esta matéria: conjugar mentalidades, políticas de imigração e o Direito Penal tanto no país de origem como no país de destino, sensibilizar os sistemas de segurança social, muitas vezes diversos e assentes em

princípios opostos, não parece uma tarefa fácil. Este facto não deve retardar o olhar atento para potenciais vítimas e ex-traficados sob pena do ciclo do *TSH*, em muitas destas vidas, só cessar com a morte. Ignorar as razões (por vezes extremas) para migrar e os sonhos anexos de uma vida melhor nos mais variados aspectos, para si e seus descendentes, é negar a autodeterminação dos imigrantes e as suas necessidades básicas enquanto seres humanos;

- b) As políticas de combate ao *TSH*, desenvolvidas no sentido de controlar os fluxos de imigrantes, podem ser perniciosas nos seus efeitos: intervenções específicas para reduzir o *TSH* numa determinada região provocam o reaparecimento em outra, uma consequente mudança de rotas migratórias, sem resolver o problema global que este crime constitui. Pode ainda provocar a substituição da mão-de-obra escrava por novos estratos ou gerações mais novas daquela sociedade;
- c) Esta ênfase no combate à imigração promove a divisão mundial países sub desenvolvidos (de origem) e desenvolvidos (de destino) prejudicando as relações diplomáticas e trocas comerciais ao nível mundial e deixando brechas para que sentimentos xenófobos e racistas, habitualmente latentes numa parte restrita das sociedades, se propaguem e influenciem as acções dos decisores políticos;
- d) Por fim a base não empírica de dados adiantados em muitos estudos é responsável pelos alarmismos, exageros e distorções ou imprecisões das razões, meios e consequências dos *TSH*. A este fenómeno foi disponibilizada uma atenção mundial que carece ainda de muita reflexão e

mudança de metodologias no que respeita à sua análise. Aproveitar estatísticas relacionadas, por exemplo, com a saúde e ONGs, que desenvolvem trabalho nesta área, para relacioná-las com o *TSH* partindo de dados concretos parece fundamental alimentar esta recente indústria anti-tráfico de modo a que a precisão afaste definitivamente a especulação.

A ONU⁷⁷ adianta que quatro milhões de mulheres e raparigas são anualmente traficadas em todo o mundo: as mulheres aparecem em 77% dos processos de *TSH*, as crianças em 33% e os homens em 9%. A exploração sexual é referida em 87% dos casos, contra 28% das outras formas de trabalho forçado. Identificou ainda 127 países de origem – situados sobretudo na Ásia e Europa de Leste – e 137 de destino – U.E., América do Norte, países do Golfo, Israel, Turquia, China e Japão. Mas concluiu que *“os esforços para combater o tráfico defrontam-se com uma grande falta de dados precisos que reflecte a recusa de alguns países em reconhecer que são parte o fenómeno”*. O Departamento de Estados nos EUA, no seu, já citado, mais recente relatório sobre *TSH*, afirma que entre 600 mil e 800 mil pessoas são traficadas anualmente, 80% das quais são mulheres e crianças. Segundo afirmações recentes da Interpol o negócio de exploração sexual entre os dois lados da Europa (Ocidental e de Leste) está em plena explosão. O Secretário de Estado da Presidência de Conselho de Ministros português, Jorge Lacão, adiantou, aquando da apresentação da “Declaração do Porto” sobre *TSH* e Género em 09/10/2007, números bastante menos alarmantes: as estimativas das organizações internacionais oscilam entre os 800 mil a 1,2 milhões de seres

⁷⁷ ONU (2006) *“Trafficking in Persons: a Global Patterns”*, UNODC (April). Acedido a 04/01/2007 – Disponível na Internet: <http://www.unodc.org>

humanos traficados anualmente em todo o mundo. Para assinalar o Dia Europeu contra o *TSH*, 18 de Outubro, o SEF lançou uma campanha intitulada “Não estás à venda” - em parceria com o Conselho da Europa . Nesse lançamento o seu Director Geral, Dr. Manuel Palos, afirmou que mais de 700 mil mulheres e crianças são traficadas anualmente para fins sexuais.

Do panorama apresentado retiramos rapidamente algumas conclusões: há uma imprecisão conceptual quanto ao *TSH*, há uma variação de números apresentados que vão do alarmista ao fleumático, há uma incapacidade de saber quais as fontes, de uniformizar procedimentos e conceitos, há uma inconsciência política por parte de alguns Estados que insistem em não reconhecer neste crime a gravidade que lhe é devida. Em Portugal ninguém sabe ao certo quantas pessoas são vítimas de *TSH* para exploração sexual. O governo admite a opacidade do fenómeno, as autoridades centram a sua atenção em casos pontuais, alguns mediáticos, por fim os investigadores temem que os números conhecidos através das polícias signifiquem apenas a ponta de um enorme iceberg. A necessidade de quantificar a realidade do *TSH* para fins sexuais na realidade portuguesa é relativamente recente e depara-se, por isso mesmo, com o enorme obstáculo da inexistência de dados concretos. Os dados que as várias entidades portuguesas, quer estatais quer ONGs, possuem são sobretudo baseadas em revisões de leitura e recolhas internacionais pois o *TSH*, pela complexidade de delimitação pela sua natureza clandestina, confunde-se frequentemente, também em Portugal, com crimes similares, como o auxílio à imigração ilegal, e com outras realidades como a violência doméstica.

As cifras negras podem levar a afirmar que o *TSH* em Portugal é um fenómeno pouco expressivo: em 2005 a PJ investigou 34 casos de lenocínio e 1 de *TSH*, em 2004 apenas 30 e 18 respectivamente. Entre 2000 e 2004 houve lugar à abertura de 125 processos por crime de lenocínio e *TSH*. Dados mais concretos da mesma fonte sobre o estado dos processos no que concerne à infracção “tráfico de pessoas” foram identificados 85 processos de inquérito e, no que respeita à infracção “lenocínio”, apurou-se um total de 189 inquéritos (referentes a mulheres). No que se refere ao estado da investigação, 40% dos inquéritos encontravam-se ainda activos. Foram finalizados 26 e considerados como inconclusivos 58 casos.

Tabela E
Estádio dos processos de crime de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual

Número de investigações pelo crime de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual	2004	2005	2006	Total
Activa	14	25	37	76
Enviada	1	1	4	6
Finalizada	15	9	2	26
Finalizada inconclusiva	63	68	58	189

Fonte: PJ

Os dados fornecidos pelos OPCs, como são exemplo dos do quadro supra, são indicadores que não devem ser descurados num estudo analítico sobre o *TSH*: permitem que o observador se aperceba da sua qualidade e modo de funcionamento bem como constate a dimensão da criminalidade conhecida. O problema coloca-se quando nos interrogamos qual a sua representatividade face à criminalidade real, pois devemos ter presentes factores que podem aumentar o hiato entre as duas dimensões (criminalidade conhecida – real): O *TSH* para fins sexuais identificados podem ser considerados, como já foi afirmado, apenas a

ponta do iceberg ou porque muitos são investigados sob a capa de outra tipificação, ou porque os próprios polícias, devido a uma deficiente formação e dificuldade e adaptação às alterações legislativas, não o reconhecem como tal. Papel determinante para o enquadramento jurídico da situação concreta pode ser comportamento da vítima perante os OPCs.

A análise das cifras negras deve ter sempre em consideração três aspectos fundamentais: a visibilidade do fenómeno, a sua definição legal e o consentimento.

Assim, para se organizarem ideias no que respeita às cifras negras – enunciadas como factores de influência nas percepções sobre os reais números do tráfico sexual em Portugal – são levantadas duas hipóteses:

- a) Elas são consideradas *baixas* nomeadamente devido ao facto de Portugal ser um país cada vez menos atractivo, quer o ponto de vista económico e social, quer do ponto de vista legislativo – devido à recente aposta no *law enforcement* – para a prática deste tipo de crime: relatos de elementos da PJ que desenvolvem a sua actividade na área da criminalidade organizada (DCCB – PJ) afirmam que as máfias e Leste, instaladas em Portugal na década de 90, foram lentamente batendo em retirada, procurando destinos mais rentáveis para a sua actividade;
- b) Elas são efectivamente *elevadas* o que, parecendo um contra senso, revela a persistente ocultação do fenómeno. A invisibilidade do *TSH* deve-se sobretudo aos chamados “factores clássicos” a começar pela negligência da política criminal ao longo de décadas, pelas disposições jurídicas que, até Setembro de 2007, deixavam por tipificar um enorme número de situações

reais que não poderiam ser punidas como *TSH*. Se a estes factos aliarmos um desconhecimento/desinteresse generalizado da sociedade portuguesa sobre o *TSH*, a falta de formação/sensibilidade dos chamadas órgão de polícia criminal de proximidade e a falta de apoio e divulgação das ONGs, que exercem aqui a sua actividade, entendemos as razões pelas quais se pode supor que as cifras negras são elevadas. Esta suspeita no tráfico sexual pode ser combatida pelo estudo das sub populações (exemplo das prostitutas e trabalhadores imigrantes), onde existe uma elevada taxa de vitimização devido à vulnerabilidade.

Combater o *TSH* para fins sexuais é saber também, e previamente, o que é e quais as suas verdadeiras dimensões sob pena de se tomarem erroneamente medidas baseadas em realidades fictícias. O actual governo português aposta em várias frentes para o combate ao *TSH* em Portugal, como podemos retirar deste estudo:

- a) A reforma, nomeadamente, do CP em que no tipo de crime Tráfico de Pessoas passa a ser contemplada a exploração sexual, laboral, extracção de órgãos e adopção ilegal. O âmbito geográfico também é alargado: é punido como crime transnacional e se for cometido dentro das fronteiras nacionais;
- b) Além deste há muito aclamado alargamento de âmbito existe ainda a consagração, integrada neste tipo do *TSH*, de determinadas acções como crime como seja a punição da procura – os clientes e pessoas traficadas, que tenham conhecimento disso, passam a ser punidos com pena de prisão de 1 a 5 anos – ou a punição de outros crimes antes autónomos mas que,

analisando o já mencionado ciclo tripartido o *TSH*, se entendeu que a ele devem estar associados. Exemplo disso é a ocultação e destruição de documentos de identificação das vítimas cuja moldura penal é de até 3 anos de prisão;

- c) Molduras penais ligeiramente agravadas para a punição do *TSH* prevendo-se mesmo, no caso de vítimas menores um imite máximo de pena de 12 anos;
- d) A Nova Lei da Imigração permite a autorização de residência às vítimas e *TSH* mesmo que estas decidam não colaborem com as autoridades nacionais no processo judicial contra os seus traficantes. O período que lhes é dado para que tomem tal decisão é o chamado “período de reflexão” cuja duração é de 30 a 60 dias;
- e) O I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos 2007-2010 já posto em prática promete um combate a este crime integrado aliando as suas múltiplas vertentes, criando um tecido social que, à partida, promete eficácia. Segundo a APAV⁷⁸, *“este Plano está bem construído e revela bastante conhecimento do fenómeno mas falta saber como é que algumas medidas vão ser concertadas, nomeadamente na articulação entre forças policiais e de investigação criminal”*.
- f) O Projecto CAIM, elaborado conjuntamente por entidades estatais e ONGs, cujo objectivo é combater o tráfico de mulheres para exploração sexual. Em efectivas funções desde Julho de 2007, contempla, entre outros serviços, de forma imediata uma casa de acolhimento para mulheres vítimas de *TSH*,

⁷⁸ Declarações proferidas pelo técnico da APAV João Lázaro ao Jornal Público em 20/08/2007.

apoio psicológico, médico e jurídico e, numa perspectiva mediata, um Observatório de Tráfico de Mulheres para Exploração Sexual, determinante para consolidar ideias, determinante como ponto de partida para um combate orientado do *TSH*.

- g) Portugal ratificou, em Janeiro de 2008 - o quinto Estado-membro da U.E. a fazê-lo – a Convenção de Varsóvia elaborada pelo Conselho da Europa, para este documento entrar em vigor são necessárias dez ratificações. O documento foi aberto à assinatura a 16 de Maio de 2005, nesse mesmo dia Portugal firmou-o.
-

Capítulo 7

A Realidade Portuguesa Contemporânea

Em Outubro de 2007, aquando da apresentação do estudo sobre Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual (Santos, 2007)⁷⁹ seus autores, defendiam que este fenómeno *“tem uma incidência que se considera média e não muito alta”* embora admitam que *“não é possível apurar qual é de facto o volume do fenómeno dada as suas especificidades”*.

Numa entrevista, com vários elementos da PJ, sobre as dificuldades que levanta a investigação deste crime um deles afirmou que *“o Sul preocupa-se mais com o tráfico de droga e o Norte com o Tráfico de Pessoas.”* A resposta reside nos elementos que distinguem o nosso país, por exemplo, da Suécia, reside em questões de ordem cultural: identificou-se um problema criminológico relativo ao TSH, lenocínio, auxílio à imigração ilegal, etc., que entronca num outro, sociológico, que é a prostituição e, quando esta entra em cena, acentuam-se as divisões na sociedade. Há sectores que confundem prostituição com vitimação, simplificando a apreciação de um conjunto de factores que não se podem resumir ao facto da mulher estar naquela actividade porque quer ou porque não quer, porque, na verdade e de acordo com a complexidade do ser humano, há muitas maneiras de querer, mesmo não querendo. Há sectores que encaram a prostituição como uma actividade profissional, que embora

⁷⁹ SANTOS, Boaventura Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena; BAGANHA, Maria Ioannis (2007) *“Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual”* – CES – Coimbra (Setembro). Acedido em 21/10/2007 – Disponível na Internet: <http://www.caim.pt>

moralmente sancionada, que deve ser exercida livremente, até mesmo regulamentada. Há outros ainda que condenam a oferta, moralizando e excluindo, e absolvem a procura que se limita a reagir a um apelo natural, e que, em última instância levam a que surjam movimentos como as “Mães de Bragança”⁸⁰.

O tráfico de mulheres para prostituição é considerado em geral pela sociedade um tema delicado na medida em que aquela actividade é conotada negativamente, capaz de gerar controvérsia. Na prática este sentimento traduz-se na falta de atenção à possibilidade de vitimização, ressaltando o exercício da prostituição onde há ideias preconcebidas, por exemplo, em relação a algumas nacionalidades como a brasileira. O tráfico sexual de mulheres além de ser ainda um fenómeno desconhecido nas suas verdadeiras dimensões é inundado por ideias feitas discriminatórias tanto de raça como de género⁸¹.

Podemos considerar, para resumir, duas visões distintas no que respeita às mulheres que trabalham no sector da prostituição: por um lado os OPCs e as autoridades em geral tendem a considerar que a maior parte destas mulheres não foi enganada quanto ao facto de vir trabalhar como prostituta apesar de, chegadas ao destino, terem sido confrontadas com situações laborais não esperadas. Como afirmou um elemento da PJ entrevistado *“em Portugal, ao contrário do que acontece noutros países. Porque se formos, por exemplo, para a*

⁸⁰ Um movimento de “mães de família transmontanas” que se insurgiu quanto ao elevado número de brasileiras, demonizando-as, que trabalhavam nas chamadas “casas de alterne” na zona de fronteira com Espanha “desviando” as atenções dos respectivos maridos, assíduos frequentadores daqueles lugares.

⁸¹ O jornal Diário de Notícias de 09/10/07 noticiava que o empresário da noite, Vítor Trindade, o proprietário da rede de casas de strip-tease Passerelle, admitiu ter sido *“inconscientemente que praticou os crimes de tráfico de pessoas e de auxílio à imigração ilegal. Desconhecia que contratar bailarinas para actuar em Portugal era crime”*.

Tailândia, para a Itália, para a França ou Holanda, se calhar a realidade é diferente. Em Portugal, não. Arriscar-me-ia a dizer que noventa e tal por cento das mulheres que cá estão não podem ser confundidas com situações de vítimas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Não podem, sob pena de termos que as meter todas no mesmo lote. E isso é um erro crasso". Por outro lado há uma tendência para as ONGs afirmarem que a maior parte das mulheres foi vítima de engano, associando aos discursos de vitimação da prostituta a ideia de que aquela actividade assenta sempre na exploração da mulher. Perante situações de exploração os imigrantes têm, geralmente, uma atitude muito pragmática: quando a situação laboral não lhes é favorável procuram outra rapidamente pois têm objectivos de vida traçados e responsabilidades com os familiares no país de origem, fazendo parte das chamadas famílias transnacionais⁸². Devido ao medo das autoridades, pois encontram-se em situações de vulnerabilidade quer devido à sua ilegalidade no país, quer ao desconhecimento da língua e ao facto de terem modelos de relação autoridade-cidadão baseados na violência e na corrupção, comuns nos seus países de origem, optam por não se queixar recorrendo antes a uma associação de imigrantes, ONG ou sindicato. Especificamente em relação à atitude das mulheres exploradas para fins sexuais a situação complica-se: quer relatos de autoridades, que entendem que só numa minoria existem situações de prostituição forçada, quer das ONGs apontam para que a atitude passiva destas mulheres perante os vários tipos de abuso, em casos extremos são vítimas de

⁸² O projecto migratório constitui-se como uma fonte de renda e de financiamento dos objectivos familiares, cujos projectos sofrem constantes mutações. A família que fica no país de origem depende da mesada do imigrante, se houver lugar a reagrupamento familiar do país de destino existem compromissos de ajuda a outros, pais, irmãos e projectos de compra e/ou construção de imóveis ou montagem de negócio.

intensa chantagem e ameaças sobre si ou terceiros (sobretudo familiares e filhos) de maus-tratos caso pretendam denunciar aquela situação.

Na verdade parecem verificar-se uma de três situações: ou a mulher escolhe livremente, e como estratégia profissional, a prostituição; ou, apesar de ter dado o seu consentimento para tal actividade, é envolvida numa situação de exploração laboral e de violação dos Direitos Humanos; ou ainda há um genuíno desconhecimento da actividade que passaram a exercer no nosso país⁸³. O que parece certo é que existe um grau de engano, embora variável, nestas três situações, relativamente às condições de trabalho a que passam a estar sujeitas. Daí que surge a necessidade de apurar se estas mulheres ao longo da viagem e no país de destino se vêem envolvidas num ciclo de abusos, violência e dependência forçada da qual não têm meios para se libertar – o chamado *continuum* do TSH que varia entre situações de auxílio à imigração ilegal e de tráfico propriamente dito. É fundamental distinguir prostituição voluntária, por um lado, e tráfico sexual por outro para que estas últimas situações possam juridicamente enquadradas, permitindo que os seus intervenientes sejam condenados por este crime. Em sentido contrário rumam países como o Brasil e a Suécia cuja fórmula prostituição = vitimação persiste, mesmo apesar das chamadas de atenção para a falsidade desta situação serem iniciativa dos trabalhadores da indústria do sexo.

⁸³ Numa notícia, publicada no jornal Público em 12/06/07, o SEF anuncia o desmantelamento de uma organização criminosa “*bastante perigosa*” no Minho, cujos membros “*faziam uso da corpulência física, armas e dos antecedentes criminais que lhes dava a fama de serem violentos*” que se dedicava ao TSH com fins de exploração sexual. Foram libertadas 23 mulheres estrangeiras que “*vinham voluntariamente, mas desconheciam a realidade que as esperava. Em Portugal retiravam-lhes o passaporte, forçando-as a prostituírem-se provocando-lhes um medo enorme*”. Foram detidos cinco indivíduos, quatro portugueses.

Não podemos limitar a questão à moral, é preciso entender o que se passa verdadeiramente no terreno, associar sempre o *TSH* à exploração, à coacção, ao lucro. Entender que não é só problema do lenocínio, de exploração, que nos devemos antes concentrar no que está para além disso, abandonar discursos que roçam algum chauvinismo e não nos “vangloriarmos” de oferecer às imigrantes de Terceiro Mundo um lugar na prostituição que lhes permitirá dar uma reviravolta na sua vida. A cultura empresarial portuguesa pode ser considerada como um dos factores que está na origem da exploração da mão-de-obra imigrante em geral e, particularmente, na exploração para fins sexuais: princípios e estrutura moral de alguns destes “empregadores”, donos de casas de alterne/ prostituição, “intermediários”, “fornecedores” de mulheres, associados a um racismo e machismo latente e à obtenção de lucro fácil propiciam as atitudes inescrupulosas e violentas.

De acordo com o estudo de Peixoto (2000),⁸⁴ na última década assistiu-se a um crescimento do *TSH* para fins de exploração sexual de mulheres no nosso país o que provocou uma revitalização da prostituição enquanto actividade, pois a imigração diversificou as nacionalidades sobretudo com o aumento do número de brasileiras – as quais têm uma forte presença relativamente às outras nacionalidades, sobretudo das regiões mais pobres do Brasil como o Nordeste – africanas – sobretudo nigerianas, algumas ghanesas, congolesas e angolanas – europeias de leste – russas, ucranianas e romenas e, facto considerado novo, asiáticas, particularmente chinesas. *“Em Portugal pode dizer-se que o tráfico de*

⁸⁴ PEIXOTO, João; SOARES, António Goucha; COSTA, Paulo Manuel; MURTEIRA, Susana; PEREIRA, Sónia; SABINO, Catarina (2005) *“Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas”*. Projecto IME, FCT, ACIDI – SOCIUS Working Papers – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, (Janeiro).

*mulheres ganhou alguma visibilidade graças ao mediatismo dado aos imigrantes de Leste (...) o aumento de mulheres de Leste nas asa de strip-tease e mesmo na prostituição não passou despercebido, chamando a atenção para a existência de redes de tráfico de mulheres (...)*⁸⁵ No estudo realizado (Ribeiro, 2005)⁸⁶ sobre a prostituição em clubes, conclui-se que a percentagem de mulheres portuguesas a trabalhar como prostitutas em clubes e bares de alterne é muito reduzida (15%), o mesmo acontecendo com mulheres oriundas de países da Europa Ocidental que, com excepção de Espanha (1%), é nula. As mulheres encontradas provêm, sobretudo, da América Latina, designadamente Brasil (62%) e Colômbia (8%). Foram, ainda, sinalizadas mulheres provindas de África (12%), entre elas nigerianas, angolanas e guineenses. Um outro factor que aumenta a duplamente a vulnerabilidade é a condição de migrante ilegal: o mesmo estudo refere que das mulheres estrangeiras encontradas naqueles locais 35% eram imigrantes irregulares, 33% turistas, 24% tinham autorização de residência e apenas 8% estavam em processo de legalização.

É difícil precisar exactamente quando teve início este fluxo migratório, apontamos para a segunda metade da década de 90 com o *boom* da imigração de Leste, a grande vaga de brasileiros, devido a acordos bilaterais entre este dois países que facilitavam estas movimentações, em 2000-2001. Por fim as africanas cuja rota se supõe activada pela altura da Expo 98. É reflexo disso o quadro com a seguinte Informação estatística⁸⁷ sobre as vítimas de *TSH* para exploração

⁸⁵ Idem

⁸⁶ RIBEIRO, Manuela; SILVA, Manuel Carlos; RIBEIRO Fernando Bessa; e SACRAMENTO, Octávio (2005) *“Prostituição abrigada em clubes (zonas Fronteiriças do Minho e Trás-os-Montes)”*. CIDM. Colecção Estudos de Género.

⁸⁷ SANTOS, Boaventura Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena; BAGANHA, Maria Ioannis (2007) *“Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual”* – CES –

sexual e lenocínio identificadas em Portugal nos últimos quatro anos (de 01/01/2004 a 30/06/2007).

Tabela F
Vítimas de TSH e exploração em Portugal por nacionalidade

Vítimas de tráfico e exploração	2004	2005	2006	2007	Total
Angola	8	19	5	1	33
Brasil	800	642	425	156	2073
Cabo Verde	6	10	1	0	17
China	1	2	0	0	3
Moldávia	10	4	2	10	26
Nigéria	34	4	0	0	38
Roménia	74	21	13	30	148
Rússia	36	32	8	10	86
Ucrânia	36	30	8	4	78

Fonte: DCIPAI, SEF

A mão-de-obra imigrante provocou um aumento do número das chamadas casas de alterne – actividade definida pelo aliciamento das “acompanhantes” aos clientes para que consumam bebidas naqueles locais de diversão nocturna, não envolvendo a prestação de serviços sexuais embora, muitas vezes, a prostituição surja na sua consequência: a actividade sexual é exercida fora dos referidos estabelecimentos, frequentemente em apartamentos nos quais são pagas comissões chorudas aos proprietários pela sua utilização. Por último existem locais em que a prostituição é obrigatória, configurando uma situação explícita de exploração sexual em que a mulher paga uma percentagem (em média 50%) aos proprietários destes locais. As casas de alterne, na sua maioria, encontram-se em zonas afastadas dos centros urbanos, muitas em beiras de estradas – uma espécie de metáfora geográfica coincidente com a discriminação social que sobre elas pende – e representam, sobretudo em zonas rurais, uma das poucas actividades lúdicas a que o meio masculino dali originário

Coimbra (Setembro). Acedido em 21/10/2007 – Disponível na Internet: <http://www.caim.pt> - Fonte dos dados DCIPAI, SEF e PJ.

está habituado a recorrer nos tempos livres. Há uma espécie de testemunho passado de geração em geração no sentido de que frequentar aqueles locais é sinal de afirmação da masculinidade, de exploração de um mundo sexual menos limitado que o até então conhecido. Definir o perfil da procura revela-se outra tarefa complexa, a Irmã Júlia Bacelar⁸⁸ esclarece” *que é necessário tomar consciência do tipo de homens que frequentam estes clubes – 75% são casados e 90% diz ser crente. Isto também nos faz pensar na situação da família (...) Os homens que frequentam estes locais, que trabalham nas Redes, os que compram as mulheres, moram talvez no nosso prédio, frequentam os nossos meios de lazer, aparecem nos meios de comunicação. Não passam de adolescentes, sexualmente falando”.*

Há factores que podem indiciar por um lado ou fomentar por outro o tráfico de mulheres e para os quais os olhares das várias entidades que intervém nesta matéria estão virados: as políticas migratórias restritivas, associadas a eventos internacionais ou a grandes projectos no âmbito das obras públicas, levam a que tivessem havido picos de entrada no nosso país de imigrantes ilegais que viram em tais eventos uma forma de colmatar as suas múltiplas carências no país de origem e, posteriormente, se viram confrontados com a dificuldade de obtenção de visto de residência. Basta observar as zonas das grandes cidades onde existe prostituição de rua, o entusiasmo do mundo rural com as novas aquisições da casa de alterne das redondezas ou o hábito frequente de festas de amigos em clubes de strip-tease urbanos para

⁸⁸ Da Congregação Religiosa Irmãs Adoradoras, numa entrevista, em 2007, dada aos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa (SSCML).

compreendermos a tal revitalização, defendida por Peixoto (2005)⁸⁹, concluindo que estamos perante um sector económico em que não há crise. É apontado o aumento significativo de casas de alterne no Norte e na zona raiana. Há quem afirme que existe um fenómeno de sobre representação da prostituição nestas zonas do país e apontam deficiências na investigação criminal, menos dinâmica na capital, relativamente a este crime. Adiantam-se ainda razões de ordem económica, social e cultural mas também de ordem prática: além de um isolamento maior, protegidas da exposição das grandes cidades, em Portugal há uma grande rotação destas mulheres entre os diferentes estabelecimentos que se dedicam a esta actividade, rotação essa que envolve também o negócio em Espanha, França e Suíça porque este tráfico não se verifica só entre as diversas zonas de Portugal, podendo afirmar-se que existe um outro, dentro do espaço da U.E. a que deveríamos classificar de interno. Para os traficantes vale tudo para poderem apresentar “novidades” aos seus clientes.

As mulheres viajam habitualmente em pequenos grupos para reduzir os riscos da sua detecção. As rotas serão analisadas posteriormente pois variam consoante a nacionalidade da traficada, adiantamos que as brasileiras chegam, na sua maioria, ao nosso país via terrestre na sequência de um voo Brasil – Paris ou Madrid. Já as europeias de Leste chegam ao nosso país via terrestre, contrariamente às africanas que chegam ao sul de Espanha, via marítima, sendo posteriormente encaminhadas via terrestre para vários países europeus entre os quais Portugal.

⁸⁹ PEIXOTO, João; SOARES, António Goucha; COSTA, Paulo Manuel; MURTEIRA, Susana; PEREIRA, Sónia; SABINO, Catarina (2005) *“Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas”*. Projecto IME, FCT, ACIDI – SOCIUS Working Papers – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, (Janeiro).

A organização e o grau de complexidade das redes e tráfico de mulheres para exploração sexual varia, em comum possuem todas um carácter informal, os traficantes principais⁹⁰ são pessoas com algum reconhecimento e estatuto social, em oposição às suas vítimas. A constituição das redes é maioritariamente masculina embora sejam identificadas cada vez mais mulheres nas diferentes fases do ciclo do TSH, quer como angariadoras quer como gestoras ou proprietárias das casas de alterne. Exemplo disso uma recente notícia que anunciava a detenção de uma portuguesa, de 27 anos, na Galiza, que fazia parte de um pequeno grupo organizado que se dedicava ao TSH para exploração sexual de mulheres brasileiras obrigando-as, prostituírem-se num apartamento no centro de Vigo⁹¹.

O quadro⁹² seguinte, na sequência dos processos apresentados num outro quadro – Tabela E, Estádio dos processos de crime de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual – define o tipo de intervenientes por nacionalidade, representativo das nacionalidades das redes e das vítimas. De sublinhar a intervenção de portugueses, frequentemente são o ponto de contacto

⁹⁰ Podem também estar integrados num grupo como é o caso das suspeitas levantadas sobre os skinheads portugueses recentemente por António Salas, um jornalista espanhol infiltrado naquele movimento e que publicou um livro intitulado *“Um Diário de um Skin”* (Dom Quixote). Em Maio de 2007, aquando do lançamento do livro anunciou um outro - “El año que trafique con mujeres”, Madrid, Temas de Hoy - declarou “Quando terminei a minha investigação sobre o movimento neonazi continuei a voltar a Portugal em muitas ocasiões (...) infiltrei-me mais de um ano nas máfias internacionais do tráfico de mulheres e raparigas para exploração sexual. Portugal, infelizmente é uma das portas de entrada na Europa usada pelas máfias que importam carne humana, quanto mais jovem melhor para satisfazer os apetites sexuais dos honrados homens europeus. Milhares dessas mulheres provêm das antigas colónias africanas e do Brasil, um dos maiores fornecedores de escravas sexuais para a Europa branca, que acabam como prostitutas de bordéis, como aquele que Mário Machado protegia como porteiro em Lisboa (...).” Notícia retirada do jornal Diário de Notícias de 14/05/07.

⁹¹ Jornal Diário de Notícias em 06/11/2007.

⁹² SANTOS, Boaventura Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena; BAGANHA, Maria Ioannis (2007) *“Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual”* – CES – Coimbra (Setembro). Acedido em 21/10/2007 – Disponível na Internet: <http://www.caim.pt> – fonte dos dados PJ.

no nosso país ou os donos das casas de alterne/prostituição que mantêm exploradas as mulheres traficadas. Há uma clara parceria entre cidadãos portugueses e estrangeiros – habitualmente com a nacionalidade do país de origem das vítimas – assumindo, estes últimos o papel de angariadores e/ou controladores de mulheres.

De analisar também as vítimas: o número significativo (segundo lugar) de mulheres portuguesas deve-se ao facto de estarem em causa crimes de lenocínio. Até 15/09/2007, antes de efectivada a reforma do CP, havia uma restrição geográfica – em país estrangeiro – já discutida neste estudo, pelo que as vítimas de *TSH* portuguesas, exploradas no nosso país não poderiam ter tal estatuto. Há relatos, sobretudo nos Media, de vítimas portuguesas de *TSH* no estrangeiro, fruto de angariação nas áreas das quais são naturais, sobretudo no âmbito do tráfico de mão-de-obra para países como a Espanha e a Holanda. Um documento da Europol⁹³ de 2005, no qual são apresentados dados estatísticos de *TSH* de alguns países da U.E., o Luxemburgo afirmou ter investigado cinco crimes e lenocínio e três de *TSH* nos quais foram identificados três traficantes e cinco vítimas de nacionalidade portuguesa, explicação que provavelmente decorre à grande comunidade naquele país e à rede de relações que desenvolve com o nosso país. Há notícia - que se resume a relatos dispersos - de mulheres portuguesas, sobretudo originárias do interior e norte do país, que conseguiram regressar, traficadas para exploração sexual sobretudo em Espanha. Apurar

⁹³ Europol, Unidade de Crimes Contra as Pessoas 2005) “Grupo de Tráfico de Seres Humanos” - Resposta actualizada ao pedido de dados estatísticos relativos ao Tráfico de Seres Humanos na União Europeia apresentado pelo Vice-Presidente da Comissão Europeia, Comissário Frattini, (Novembro).

estes dados revelou-se muito difícil devido à sua absoluta escassez até mesmo nos Media.

Tabela G
Tipos de intervenientes em processos de TSH e exploração em Portugal por nacionalidade

Distribuição do tipo de intervenientes por nacionalidade	Arguido	Suspeito	Vítima	Total
Angolana	1	0	0	1
Brasileira	36	19	41	96
Cabo Verdiana	1	0	0	1
Moldava	0	5	0	5
Romena	9	7	19	35
Russa	0	0	1	1
Ucraniana	0	2	0	2
Portuguesa	78	91	20	189

Fonte: PJ

Cabe ao angariador assegurar o financiamento e a documentação necessária para a viagem. A este serviço junta-se o da colocação no mercado de trabalho para que a dívida contraída pela vítima esteja consolidada. Deve ser reembolsada após a chegada ao país destino pela vítima habitualmente com parte do dinheiro ganho na prostituição. As variações estão sobretudo no valor contraído que pode, na pior das hipóteses, assumir tal dimensão que leva a vítima a ser efectivamente coagida e explorada, enredada numa “dívida eterna”. À chegada ao país de destino a rede encarrega-se de imediato de, através de um ponto de contacto, receber e reencaminhar as mulheres para os pontos de prostituição, de confiscar/destruir a documentação de identificação das vítimas. Essa colocação é efectuada de acordo com o perfil e gostos dos frequentadores das casas de alterne/prostituição: para o Norte do país são reencaminhadas maioritariamente as brasileiras e latino-americanas – que correspondem a um

estereótipo ternurento e submisso ali apreciado. Para o Centro e Sul são reencaminhadas as mulheres da Europa de Leste – que correspondem ao estereótipo fortes, loiras, inteligentes que atrai a clientela urbana, VIP ou culta. Posteriormente, durante o desempenho da actividade o grau de controlo da rede sobre as mulheres pode variar tanto na intensidade como nos métodos utilizados: da total clausura ao controlo por telemóvel, da admoestação aos maus-tratos físicos que envolvem torturas e violações⁹⁴. Em algumas situações pode-se falar mesmo em venda destas mulheres cujo preço depende de factores como a idade (o recrutamento de mulheres menores de idade está dependente das “encomendas” dos clientes, contudo é uma situação que se tenta evitar ao máximo neste meio para diminuir as hipóteses de conflitos com as autoridades), a nacionalidade, o aspecto físico o a capacidade de comunicação (determinante nas casas de alterne), contudo nem sempre essa transacção é efectuada em dinheiro: há relatos de que, por exemplo, uma venezuelana, no Minho, foi, em 2006, trocada por um cavalo, outras por um carro ou por droga.⁹⁵

A prostituição exercida por mulheres estrangeiras em Portugal nem sempre é clandestina, frequentemente encontram-se situações de “regularização” através de contratos de trabalho de domésticas. Já no alterne há estrangeiras cuja permanência se encontra “regularizada” através de contratos de dançarinas ou *strippers*. Este facto apurado dificulta também a detecção do fenómeno do TSH: em primeiro lugar detectar quais as mulheres estrangeiras que em Portugal

⁹⁴ Numa entrevista dada à Agência Ecclesia (a Irmã Júlia Bacelar, da Congregação das Irmãs Adoradoras que desenvolvem um trabalho de acompanhamento e acolhimento junto de mulheres vítimas de TSH, afirmou que o relato que chega dessas mulheres e dos investigadores dá conta da diminuição a violência física e do aumento dos maus tratos psicológicos que, acrescenta, serem igualmente graves mas mais fáceis de camuflar. Disponível na Internet: www.agencia.ecclesia.pt.

⁹⁵ Entrevista da Irmã Júlia Bacelar em 2007, à SSCML.

trabalham efectivamente na indústria do sexo, depois detectar quantas se dedicam efectivamente à prostituição, distinguindo entre elas quais as que têm contratos de trabalho aparentemente legais que não estão de acordo com a actividade efectivamente exercida e quais as que dedicam assumidamente à prostituição. Neste, já difícil de delinear, grupo definir, por fim, quais as que são de alguma forma sujeitas a algum dos elementos típicos do *TSH*.

A aposta no *law enforcement* é uma vertente cada vez mais sublinhada quer pelo efectivo crime quer por outros conexos que causam danos colaterais na justiça em Portugal. Recentemente o SEF alertou para o facto de, no nosso país, existir uma espécie de economia subterrânea que é alimentada por cerca de 30 a 40 mil mulheres que são privadas de quase todos os seus direitos fundamentais. *“É um sector que rende 2,5 mil milhões por ano e quase nada é declarado às Finanças. Se o controlo fosse efectivo o Estado encaixaria 750 milhões de Euros (...)”*. Um elemento da Perícia Financeira e Contabilística da PJ afirma mesmo que *“esta economia paralela é uma realidade e afecta o PIB. Os bares de alterne funcionam como sacos azuis. Existem divergências grosseiras entre contas bancárias e declarações às Finanças: a contabilidade destas empresas não reflecte mais de 10% da facturação real”*.

Assim, o perfil das vítimas de tráfico de exploração para fins sexuais em Portugal cruzar-se-á com o da prostituta, adiantado pela ONG “O Ninho”⁹⁶ que se baseou na análise de histórias de vida, quer de mulheres nacionais quer de estrangeiras, e nas *“múltiplas e complexas causas”*, que as trouxeram para tal actividade: filha de trabalhadores rurais, operários da construção civil,

⁹⁶Disponível na Internet: <http://www.oninho.pt>

desempregados, analfabetos ou semi-analfabetos; família numerosa, pai ou mãe ausente ou orfandade; fome na infância; trabalho infantil; habitação sub-humana; alcoolismo na família nuclear; desagregação familiar; abandono, maus-tratos, violência; desamor, carências afectivas; baixo rendimento escolar, incumprimento da escolaridade mínima obrigatória; relação sexual precoce em muitos casos por violação/incesto; gravidez precoce; solidão; ignorância; desemprego; falta de formação profissional; frequência de internatos na infância/adolescência. Os anos vão passando, a beleza física vai diminuindo de forma directamente proporcional ao seu preço no mercado, se não fugiram ou foram detidas por outros crimes (um exemplo comum é o tráfico de droga), se não foram revendidas para outras zonas/países onde o grau de exigência da procura é menor, se não foram extraditadas para os seus países de origem, convertem-se em elementos chave no ciclo do *TSH*, passando de traficadas a traficantes.

7.1 Rota Brasileira

De acordo com uma Comissão criada pelo Congresso Nacional Brasileiro, que investigou em 2005 a imigração ilegal no Brasil, há 150 mil brasileiras a prostituírem-se na Europa, mais de metade das quais na Península Ibérica sobretudo devido à afinidade dos idiomas e de identidade cultural latina. O Brasil é assim um dos principais países originários de imigrantes ilegais para a U.E., e potenciais vítimas e tráfico, onde Portugal é destino privilegiado – de

acordo com o Relatório PESTRAF⁹⁷, Portugal é o quinto destino das mulheres brasileiras traficadas, sobretudo, mulheres de Goiás (Região Centro-Oeste), do Rio de Janeiro (Região Sudeste), de Pernambuco (Região Nordeste) e Rio Grande do Sul (Região do Sul). Existem 131 rotas de tráfico internacional de mulheres que têm como países de destino, preferencialmente, a Espanha, Holanda, Venezuela, Itália, Portugal (oito rotas), Paraguai, Suíça, Estados Unidos, Alemanha e Suriname. Espanha é o destino mais frequente – 36% das mulheres brasileiras traficadas – possivelmente também pela responsabilidade de uma organização criminosa denominada “Conexão Ibérica” – conhecida porque do seu seio se destaca a máfia russa que movimenta cerca de 8 biliões de dólares anualmente – que assume como porta de entrada a cidade de Lisboa. Esta porta de entrada no nosso país é facilitada pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil - aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º83/2000, de 14 de Dezembro - que no artigo 7.º estabelece a isenção de visto para cidadãos portugueses e brasileiros para estadas com fins culturais, empresariais, jornalísticos ou turísticos não superiores a três meses. Com o objectivo de prevenir e reprimir o crime organizado que se dedica ao *TSH*, incrementando formas e cooperação no controlo dos fluxos migratórios, a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil assinaram, em Lisboa, em 11 de Julho de 2003, um Acordo de Cooperação para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Imigrantes.

⁹⁷ CECRIA (2002) “*Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças, Adolescentes para Fins de Exploração Sexual e Comercial – PESTRAF*” – 1ª Edição (Dezembro) - Brasil

Um elemento do SEF declarou recentemente que *“talvez o número seja exagerado. Isso, depende das regiões do País, mas cerca de 70% a 90% da prostituição, neste momento, é assegurada por mulheres brasileiras, que por razões culturais e linguísticas, sobretudo, porque dominam a língua, têm uma capacidade de autogestão que não tinham as russas, as polacas, as húngaras, as chinesas ou as nigerianas, onde, aí sim, há situações de claro tráfico de pessoas”*. É um facto a ter em conta a característica de autogestão, do *free lancer* e da relativa “desorganização” ou simplicidade da maioria das redes de TSH Brasil – Portugal. Outro é a composição mista de portugueses e brasileiros, na sua maioria do sexo masculino entre os 25 e os 50, facilitando as ramificações quer no país de origem quer no de destino. São redes compostas por três ou quatro indivíduos que tratam da documentação necessária e colocam as mulheres a circular em várias casa de alterne/prostituição. Segundo vários depoimentos de ONGs e OPCs prestados em diversos estudos podemos concluir que, no que se refere ao aspecto (des) organizacional destas redes, há de tudo. O mesmo elemento do SEF adianta *“as situações misturam-se um pouco (...) o gigantesco fluxo brasileiro que recomeçou a vir para Portugal, assistimos, ainda que com dimensões muito mais gigantescas, a um fenómeno semelhante àquele que se passava com a nossa imigração de antes de 1995, que era a imigração dos PALOP, que era uma imigração não organizada. E nós, paralelamente àquela imigração e ao tráfico de mulheres para exploração sexual, que é feita pelos donos de casas de boîtes, que têm angariadores no Brasil que as mandam vir ou através das próprias mulheres que estão cá, portuguesas ou brasileiras, algumas das quais já foram ou continuam a ser prostitutas, que mandam vir*

mulheres, paralelamente a isso, temos, também, a amiga que manda vir a amiga. Isto é muito frequente. Portanto, se encararmos o tráfico de mulheres para exploração sexual nesta perspectiva mais lata, se calhar o panorama não é tão negro como algumas pessoas o apresentam.” Ao nível nacional e internacional o relatório PESTRAF 2005⁹⁸ – Brasil identificou sete tipos, consoante o local de angariação, de redes diferentes de favorecimento de tráfico de mulheres: redes de entretenimento, de mercados da moda, de agências de emprego, de agências e casamento, de tele-sexo, da indústria do turismo e, por fim, redes de agenciamento para projectos de desenvolvimento e infra-estrutura. Angariadas pela própria família, amigas a trabalhar na Europa, por sua conta e risco, por recrutadores ligados a casas de alterne portuguesas⁹⁹ – na sua maioria agências de viagens que colocam anúncios nos jornais e fazem a selecção das candidatas ou ex-prostitutas “que subiram na hierarquia”, de confiança, que regressaram ao seu país – ou por qualquer outro meio é certo que se levanta de novo a discussão ONGs versus autoridades policiais de qual o grau de conhecimento da actividade que virão a exercer na Europa: as ONGs acenam com a ingenuidade de muitas mulheres originárias do interior o Brasil que acreditam nas promessas de trabalho no sector da restauração e hotelaria, ou com o facto das enormes dificuldades económicas e sociais que fazem das quantias prometidas na prostituição propostas irrecusáveis. As autoridades defendem que a maior parte das mulheres brasileiras, considerada vítima de tráfico, deu inicialmente o seu

⁹⁸ CECRIA (2002) *“Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças, Adolescentes para Fins de Exploração Sexual e Comercial – PESTRAF”* – 1ª Edição (Dezembro) - Brasil pp. 65-70.

⁹⁹ Revista Visão de 01/03/2007. Relata-se: *“Alfredo(...) contava com duas aliciadoras no Brasil – Rosângela, a Pequena de Mato Grosso e Alesandra e Goiás – com o intuito de recrutar mulheres para o Palas Bar em Mirandela e o Club em Vinhais. Nos jornais publicavam-se anúncios pedindo “camareiras” para Portugal (...).”*

consentimento para trabalhar na prostituição como estratégia migratória, acabando por cair numa situação de exploração, podendo-se caracterizar assim como uma forma de fraude. Neste sentido, essas mesmas opiniões defendem que os casos de verdadeiro vício de vontade se encontram hoje, maioritariamente, nas mulheres da Europa Central e de Leste, nas asiáticas e nas africanas, em particular nas nigerianas.

A perspectiva do governo brasileiro, mais próxima da fórmula prostituição = vitimação é-nos dada por Cláudia Chagas, secretária Nacional de Justiça do MJ em declarações prestadas em final de 2006¹⁰⁰, *“Na maioria das vezes, elas não percebem que estão se tornando vítimas do tráfico internacional de pessoas (...) Não existe conto da Cinderela. É preciso ter muito cuidado com propostas de emprego fácil no exterior”*, garante. Por contraponto um elemento da PJ adianta *“uma vez ouvi alguém dizer: “a prostituição não é dinheiro fácil, é dinheiro rápido” (...). Numa perspectiva sul-americana, por exemplo, a prostituição não tem o estigma que tem na Europa, e isto leva-me a pensar em muitas conversas que já ouvi em muitos seminários organizados por algumas ONG noutros países onde às vezes se ouvem as mesmas coisas até à exaustão. E ouço muitos preconceitos de que a mulher que se prostitui é sempre uma vítima e que as Polícias e os Estados em geral são uns inertes por nada fazerem para acabar com este flagelo. Há alguma verdade no meio disto, mas há também um enorme exagero. Há, de facto, mulheres que não querem ser ajudadas, querem é ganhar dinheiro rápido, que não lhes é fácil de ganhar, pois não é*

¹⁰⁰ Disponível na Internet: <http://www.mj.gov.br/traficcode.pessoas>

seguramente fácil dormir com 15 indivíduos numa noite, mas é dinheiro rápido que têm hipótese de ganhar.”

O governo brasileiro caracteriza as vítimas-tipo nacional de TSH como sendo, na sua maioria, de origem humilde, auferindo mensalmente até três salários mínimos (ronda os 85 Euros cada um). A maior parte é de Goiás, Paraná e Minas Gerais, respectivamente. Cerca de 58% tem ensino médio completo ou incompleto, sendo que uma parte significativa alcançou o ensino superior completo ou incompleto (19,4%). Elas têm, em média, entre 15 e 27 anos e são aliciadas por taxistas, donos de discotecas e agências de modelos.

Em Portugal o SEF, a GNR e a PSP inquiriram cerca de 536 prostitutas brasileiras, a reunião desses dados permitiu que fosse traçado o seu perfil, ainda que provisório – as conclusões finais serão apresentadas em Março de 2008: a rapariga solteira, entre os 22 e os 30 anos, pele branca e ensino secundário completo. Partiu do Estado de Goiás ou de Minas Gerais, há pouco mais de um ano, sozinha, por opção, em busca de vida melhor. Portugal surgiu como destino pela língua, mas só depois de testada a impossibilidade de emigrar para os EUA ou para a Inglaterra. Comprou a sua passagem aérea – não deixou dívidas – e entrou na Europa por França ou Espanha. Não sabia que acabaria no alterne ou na prostituição mas não se sente enganada: não vinha com promessas. Quer sair dessa vida e regressar a casa em breve, embora reconheça que seja compensador trabalhar no nosso país. 98,3% destas mulheres afirmou que não se sentem coagidas e negam ajuda, 96,6% afirmam não ter entregue os documentos de identificação, 75,2% afirmam que não querem voltar de imediato ao Brasil. O MAI, através do SEF, alerta ainda para o

facto de que estes números não traduzirem a inexistência de tráfico destas mulheres em Portugal uma vez que as redes são maioritariamente informais, cuja base assenta no factor “fachada”.¹⁰¹

Estas vítimas vão de encontro ao estereótipo, criado no imaginário mundial, da mulher brasileira ligado à alegria, à sensualidade, à desinibição às quais acresce o facto de falarem português, o que favorece a actividade de alterne que implica comunicação com os clientes, levando-os ao consumo de bebidas.

Figura 6
Rota Brasil – Portugal



Fonte: Revista Visão 01/3/07

As redes que fazem estas mulheres chegarem a Portugal, elegem aeroportos de Madrid e Paris onde o controlo é menos apertado que em Lisboa ou no Porto (exercido aqui pelo SEF, desde há alguns anos, após a identificação

¹⁰¹ A prevenção é a aposta deste Ministério admitindo mesmo o alargamento da iniciativa a outras nacionalidades.

de um número significativo de irregularidades relativamente a cidadãos/ãs brasileiros/as que chegou mesmo a ter parceria com as autoridades espanholas, no aeroporto de Barajas, Madrid, dando lugar a resultados muito positivos), começando agora a surgir casos também em que a entrada na Europa é feita por aeroportos alemães e italianos. Após reencaminhamento do contacto nesses aeroportos seguem por via terrestre, muitas vezes conduzidas por taxistas (que, embora não fazendo parte no negócio do tráfico são cúmplices, recebendo por isso) directamente para o Norte de Portugal ou mesmo para a Galiza.¹⁰² Aliás esta província espanhola parece estar sob forte influência da máfia local, com forte vínculo a Portugal e ao Brasil. A primeira forma de introdução das mulheres em Portugal parece ser a entrada com um visto ou com o benefício de isenção deste. A entrada na Europa é o objectivo, sendo irrelevante inicialmente o país, porque o objectivo é entrar no espaço livre e, a partir daí, circularem entre os países. As autoridades portuguesas afirmam que os Acordos de Schengen, assinados há mais de uma década pelo nosso país, falham em duas medidas compensatórias: o reforço das fronteiras externas e o reforço do controlo a nível nacional.

Num estudo de duas investigadoras brasileiras (Leal, Leal, 2005)¹⁰³ sobre as rotas de tráfico para fins sexuais no Brasil, afirma-se que *“quando o tráfico é intercontinental, as rotas são estrategicamente construídas a partir de*

¹⁰² Revista Visão de 01/03/07, artigo “As Novas Escravas” : “*As mulheres chegavam de táxi via Madrid ou Paris, com a indicação do que deviam vestir, e começavam a prostituir-se nesse mesmo dia. Alfredo suportava cada viagem, com um custo real de 1000 Euros e depois reclamava 3500 Euros. Enquanto a dívida não fosse paga as brasileiras não recebiam m cêntimo*”.

¹⁰³ **LEAL**, Lúcia Pinto. **LEAL**, Maria de Fátima (2005) “*Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual comercial: um fenómeno transnacional*” – SOCIUS Working Papers – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

idades centrais em termos de acessos, ou seja, que tenham estações rodoviárias e ferroviárias, portos, aeroportos e que, mais importante, tenham oficiais corruptos ou corruptíveis. Uma vez que muitas rotas recorrem a países de trânsito, os traficantes combinam vários meios de transporte e, nem sempre, é o mesmo traficante ou smuggler que acompanha as mulheres em toda a viagem. Um estudo realizado sobre o tráfico de mulheres brasileiras indica como meios de transporte privilegiados na via terrestre, os táxis, os carros e os camiões; nos percursos marítimos, as pequenas embarcações e navios; e, na via aérea, os voos charters e outras modalidades”.

Após a chegada destas mulheres importa analisar onde são colocadas e qual o grau de controlo sobre elas exercido, este último nem sempre fácil de determinar devido aos depoimentos contraditórios ou à falta de prova dos relatados em tribunal, tudo associado ao medo que muitas delas têm de possíveis represálias. Nas casas de alterne/prostituição geralmente há um envolvimento no controlo das mulheres por parte dos proprietários, dos gerentes (muitas vezes activo também no controle nas deslocações em carrinha, dos indivíduos da própria segurança. Parece existir, no geral, alguma liberdade de movimentação, com limitações variáveis. O abandono da actividade em determinadas situações ocorre mas acompanhado de represálias. É criada uma dependência traficadas – traficantes quer pela confiscação dos documentos da identificação (que funciona como factor de aumento da vulnerabilidade e pressão para o reembolso da dívida), quer pelo facto da obrigação saldar a dívida referente à viagem, alojamento e “juros” variáveis, paga com o dinheiro angariado junto dos clientes, quer mesmo pelo envolvimento afectivo e sexual, verificado em algumas

situações, com aqueles que controlam a actividade criminosa, funcionando esta dependência como uma lâmina de dois gumes para a mulher: por um lado pode perder racionalidade e aumentar o grau de dependência por outro, devido ao estatuto de namorada/amante, permite-lhe ter mais benesses, mais poder económico. Em alguns casos foi mesmo constatado o Síndrome de Estocolmo, uma empatia, um afecto desconcertante pelo agressor que pode não ser mais que um meio da vítima, numa situação de caos, tentar descobrir algum sentimento positivo que a reequilibre. Outro aspecto a realçar são os chamados casamentos brancos: as autoridades têm detectado um crescente número destes casamentos entre cidadãs brasileiras e homens portugueses em comarcas da Galiza. Um português de Chaves assumiu¹⁰⁴ mesmo ter casado três vezes com brasileiras que vivem em Verín, Galiza, por 7000 Euros cada. Este tipo de casamento, negócio actualmente próspero nas zonas raianas, consiste num negócio entre os dois indivíduos em troca de pagamento – tem sido apuradas quantias superiores a 3000 Euros – para que se efectue a legalização da mulher brasileira. As autoridades portuguesas, nomeadamente o SEF, assumem mesmo o facto de existirem redes em Portugal da comunidade paquistanesa, indiana, marroquina e egípcia. Esta dinâmica, agora também alargada às brasileiras (e de Leste), pode constituir uma porta de entrada alarmante para um fenómeno do *TSH*. De facto estes casamentos brancos podem ser uma primeira abordagem para o recrutamento de mulheres, pois, após a obtenção da nacionalidade portuguesa, poderão circular pela Europa livremente em busca de actividades mais bem remuneradas, livrando-se da espada da extradição. Uma forma de

¹⁰⁴ Depoimento recolhido do Jornal Diário de Notícias, em 15/10/07.

levantar menos suspeitas é a sua organização através de agências matrimoniais. Nos anos 80 e primeira metade da década de 90 os casamentos para conseguir as naturalizações de cidadãos estrangeiros foram ma prática corrente no futebol, no basquetebol e no atletismo. O Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural afirmou que *“o casamento branco está a florescer mas esta transgressão não se tornou regra”* uma vez que *“é uma realidade que existe mas com números irrisórios”*¹⁰⁵, não estando necessariamente somente associados à realidade da imigração ilegal.

Relativamente aos locais onde é exercida efectivamente as funções de “acompanhante” e prostituta, já constatámos que são as casas de alterne e outras onde se exerce efectivamente a prostituição sobretudo, no caso das brasileiras, no Norte e Interior do país como já foi referido neste estudo. Afirma-se que a rua, sobretudo na cidade do Porto, também é um local habitual de prostituição destas mulheres. Podemos encontrar com frequência, quer nos anúncios¹⁰⁶ de jornais que indirecta ou indirectamente oferecem serviços sexuais, menções espaços de diversão nocturna e clubes, casas de massagens mas sobretudo, e na sua maioria, apartamentos e casas particulares¹⁰⁷. A PJ declara mesmo que *“estamos a assistir a um aumento das situações de exploração sexual de cidadãs estrangeiras em zonas residenciais”*.¹⁰⁸ Os apartamentos

¹⁰⁵ Idem

¹⁰⁶ O aumento é expressivo no número de anúncios de oferta de serviços sexuais em vários jornais diários e semanais. Geralmente evidenciam características das mulheres (muitos ilustrados por fotos) e particularidades das suas habilidades, que parecem despertar interesse na procura. Uma das características apontadas é a nacionalidade, maioritariamente brasileira associada a adjectivos conotados com um bom desempenho sexual.

¹⁰⁷ Na revista Sábado de 18/10/07 noticiava um casal português em que usava um apartamento, integrado numa zona residencial de Valongo, onde era praticada a prostituição por imigrantes ilegais brasileiras. *“Procuravam mulheres para atender cavalheiros num apartamento discreto e, em troca de uma percentagem dos lucros, assumiam os custos do alojamento”*.

¹⁰⁸ Idem Revista Sábado.

implicam alguma rotatividade¹⁰⁹, não só das mulheres que neles se prostituem (alguns indicam três meses como período entre rotações) mas mesmo dos próprios espaços físicos devido à proximidade, e consequente desconfiança, dos moradores dos apartamentos vizinhos. Os apartamentos significam também maior recato e intimidade, tão ao gosto de grande parte da procura, e pagamentos mais elevados para a prostituta, o que compra o silêncio numa situação de eventual denúncia, solidificando os interesses de todas as partes neste negócio.

Após identificação das estrangeiras ilegais que exercem a prostituição, as autoridades pretendem sempre que estas sejam ouvidas para memória futura de acordo com as novas regras da protecção das vítimas imigrantes. Muitas delas não pretendem voltar aos seus países, insistindo no El Dourado europeu que se lhes afigura melhor do que a região brasileira de que são naturais, outras só pensam em regressar assim que seja possível. Até ao momento a via da expulsão do país tem sido sempre a usada pelas autoridades portuguesas, como já analisámos neste estudo.

Sendo uma das nacionalidades predominantes no “mercado do sexo” em Portugal, estas mulheres ficam associadas a processos de exclusão e a mundos de precariedade, canais bons condutores para a exploração sexual. Por esse motivo também as mulheres imigrantes brasileiras, em geral, declaram frequentemente que sofrem o estigma da associação à prostituição sendo vítimas de assédio sexual em vários contextos de interacção com portugueses, nomeadamente nos locais de trabalho. Fenómeno semelhante em Portugal

¹⁰⁹ Idem Revista Sábado “Apesar de só ter encontrado duas mulheres, a Polícia Judiciária acredita que ao longo dos últimos meses passaram pelo apartamento várias estrangeiras em situação ilegal”.

sucedeu com as espanholas que, a partir dos anos trinta, fugidas de um país devastado, se refugiaram, sobretudo em Lisboa e Porto, no mundo artístico e na prostituição. Ainda hoje há uma geração portuguesa, dos 70 aos 90 anos, que associa espanholas “à má vida”.

As mulheres nesta condição no nosso país estão, na sua maioria, ainda integradas na sua família residente no Brasil. Essa família teve frequentemente uma dinâmica instigadora e organizativa no processo migratório, em retribuição as mulheres enviam mensalmente a maior quantia que podem. Estas mulheres compensam muitas vezes as adversidades da prostituição e do contexto no qual estão integradas com a forte assumpção da responsabilidade pelo futuro da família, sendo respeitadas e reverenciadas entre os seus o que lhes garante na hora no regresso, a possibilidade de uma “vida limpa”. Entretanto vão sofrendo na pele o lado negro da diáspora preenchido pela vulnerabilidade, ilegalidade, incerteza e algumas vezes violência física e psicológica.

Um caso ilustrativo de todo o percurso do TSH para fins de exploração sexual é o famoso processo *Passerelle* que deu origem aos seguintes números: 1200 crimes, 24 arguidos, 26 mulheres ilegais, conexões em 7 distritos, 252 pessoas contactadas pelos investigadores, 100 aparelhos de telecomunicações interceptados. A maioria das mulheres era oriunda do Brasil. Chegavam ao nosso país com visto de turista e entregava ao passaporte ao grupo. Normalmente passavam 45 dias em cada estabelecimento, rodando depois sucessivamente pelos demais. 35 Euro era quanto recebia, em regra, cada mulher, por noite acrescidos de 50% do valor do acto que praticassem. Os angariadores recebiam

26 Euros pela vinda de cada mulher e entre 900 a 1500 Euros pela permanência de cada uma no negócio.

Outro caso ilustrativo, desta feita um percurso de vida, será o de Ana Madonna¹¹⁰, prostituta no Brasil “cruzou o Atlântico, chegou a Lisboa para ser prostituta numa boite, da qual não se lembra o nome. O jogo era claro. A partir daí sabia que todas as viagens tinham um preço. E arriscava. Nos países onde viveu – Holanda, Alemanha, Portugal e Suriname – Ana teve o passaporte apreendido e trabalhou em condições de semi-escavidão. O seu último destino, o Suriname – ex-Guiana Holandesa é escala comum para prostitutas brasileiras que pretendem ir ilegalmente para a Holanda – foi o pior. Depois de tortura e enclausurada por recusar-se a aceitar as condições de trabalho, envio um alerta para uma ONG (...) Com auxílio da Interpol e da Embaixada brasileira foi localizada e repatriada.” Após muitas reviravoltas relacionadas com a prostituição e com a venda e consumo de droga dá actualmente o seu testemunho para ajudar 45 homens em desintoxicação num centro de recuperação no Recife, Brasil.

7.1.1 Esforços Conjuntos

Na sequência de toda esta situação, e para além do Acordo de Cooperação para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Imigrantes – assinado em 11/03/2007 – Portugal e Brasil têm tentado concertar esforços na luta contra o TSH, sobretudo para fins de exploração sexual e de mão-de-obra.

¹¹⁰ Semanário Expresso, revista Única de 10/11/07.

Nesse sentido realizaram-se, durante o ano de 2006 dois seminários sobre o tema:

- a) O I seminário Luso-Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Ilegal decorreu durante os dias 22 a 24 de Maio no Hotel Miragem, em Cascais. No evento, que reuniu especialistas Portugueses e Brasileiros, foram debatidos e trabalhados variados temas relacionados com o tráfico de pessoas e imigração ilegal. Daqui resultou a Declaração de Cascais, um conjunto de princípios e medidas objectivas concretas ao nível dos mecanismos que previnam e combatam o tráfico de pessoas, bem como das redes criminosas que violam os direitos dos migrantes.

Declaração de Cascais

- Aprofundar a formação técnica dos profissionais na perspectiva de que é necessário uma abordagem mais especializada na identificação e prevenção do tráfico de pessoas e na protecção das vítimas;
- Promover campanhas de informação sobre migração e tráfico de pessoas para sensibilização e esclarecimento da sociedade;
- Aprofundar o conhecimento mútuo da legislação relevante dos dois países e promover estudos comparativos;
- Difundir os instrumentos de cooperação jurídica e judiciária susceptíveis de serem utilizados no combate ao tráfico de pessoas;
- Estimular a elaboração conjunta de diagnósticos (pesquisas/estudos) que traduzam uma visão integrada sobre a temática do tráfico de pessoas para fins de exploração, com a participação da sociedade civil e das Universidades;
- Realização de campanhas de informação e sensibilização sobre tráfico de pessoas para fins de exploração, visando a promoção de valores culturais, sociais e educativos, no sentido de desencorajar a procura dos serviços de pessoas objecto de exploração;
- Intensificação da cooperação entre os serviços responsáveis pela prevenção do tráfico de pessoas para fins de exploração e apoio às vítimas, por meio da criação e fortalecimento de canais directos de comunicação;
- Definição de mecanismos conjuntos de sinalização e identificação das vítimas de tráfico de pessoas, com base no princípio da não discriminação;
- Criação de uma rede luso-brasileira de entidades e instituições públicas e privadas que intervenham na prevenção, apoio e repressão do tráfico de pessoas para fins de exploração;
- Cooperação entre autoridades consulares e autoridades competentes do país receptor tendo em vista a protecção da vítima;

- Garantir apoio, nomeadamente psicossocial e jurídico, e protecção à vítima do tráfico de pessoas;
- Assegurar a voluntariedade do retorno, posterior a período de reflexão adequado, e visando a integração na sociedade do país de origem;
- Intensificação dos canais para troca de informação de natureza policial, de modo a que seja partilhada toda a informação relevante, designadamente sobre as melhores práticas de investigação, rotas, *modus operandi*, redes criminosas de tráfico de pessoas e de imigração ilegal/irregular, bem como sobre a identificação de vítimas para efeito de apoio às mesmas, em ambos os países;
- Salienta-se a importância dos oficiais de ligação, mormente como canal privilegiado de troca de informações;
- Utilização de métodos de análise de informação como forma de prevenção e combate ao Tráfico de Pessoas e às redes criminosas de imigração ilegal/irregular; e,
 - Cooperação bilateral na área de protecção de testemunhas de crimes de Tráfico de Pessoas envolvendo Portugal e o Brasil. Para o efeito, realizar-se-ão reuniões entre Autoridades e outros técnicos na área, de ambos os países, com a periodicidade, no mínimo, anual.

Fonte: Ministério da Administração Interna

- b) Um outro *Seminário Luso-brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Irregular* teve lugar em Brasília, entre 27 e 29/11/2006, contando com representantes do governo português. Aqui foram discutidas estratégias para combater o tráfico de pessoas, além de formas eficazes de assistência social às vítimas – na sua maioria mulheres brasileiras entre 18 e 27 anos. Fez-se uma avaliação ponto a ponto da Declaração de Cascais considerada, pelos especialistas dos dois países, um verdadeiro programa conjunto de acção. Durante a cerimónia de abertura do Seminário, foi assinada a segunda etapa do trabalho entre o Ministério da Justiça brasileiro e a ONU (UNODC) para controlar o tráfico de pessoas. O objectivo é ampliar a capacidade brasileira para lidar com o tráfico doméstico e internacional de pessoas – e as decorrentes violações dos Direitos Humanos. Desta forma foi implementado a “*Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*” – aprovada pelo Decreto no. 5.948, de 26/10/06 – e desenhado o

Plano Nacional sobre o tema. O primeiro projecto conjunto, de 2002 a 2005, deu início ao “*Programa de Combate ao Tráfico de Seres Humanos*” do governo brasileiro.

7.2 Rota Europa de Leste

Na primeira metade da década de 90 foram detectadas, pelos OPCs portugueses, as primeiras redes da Europa de Leste a actuarem em Portugal onde, segundo um elemento da PJ, “claramente havia tráfico de pessoas e havia exploração de mulheres para a prostituição de forma bem organizada”.

O fenómeno do *TSH* nesta área da Europa tem sido exaustivamente analisado, nos últimos 15-20 anos, pelas várias Agências da U. E. e pela Europol pois trata-se de um problema social, económico, criminal no seio do próprio espaço europeu (alguns dos actuais 27 países que compõem a U.E.; como a Roménia, têm um taxa de incidência de vítimas deste crime muito elevada). Estima-se que mais de um milhão de pessoas é vítima de exploração sexual das quais 200 000 são naturais dos ex-Estados Soviéticos e 75 000 da Europa de Leste (Farr, 2005)¹¹¹. Constatamos que, embora atravessassem ainda um período de crise considerável e duradouro, não foram tão afectados pelo flagelo do *TSH* para exploração sexual como as suas vizinhas, as antigas repúblicas soviéticas. A Europa Central e de Leste tem uma vocação bidireccional, sendo a sua caracterização mais complexa por esta razão: é uma sub-região maioritariamente

¹¹¹ FARR, Kathryn (2005) “*Sex trafficking: the global market in women and children*”. USA: Worth Publishers. Segundo Surtees, Rebecca (2005) “*Human trafficking in SE Europe*” *Intersec*, Surrey, V.15, n.11/12 (November/Decembe), o número total de vítimas traficadas identificadas desde 01/01/2000 até 31/12/2004 nos países do Sudoeste Europeu é de 6.255.

de origem de vítimas (dos quais se destacam países como a Albânia, Bulgária, Lituânia, Ucrânia, Moldávia e Roménia), com várias pessoas a serem traficadas para a Europa Ocidental. Não obstante, é, também, uma sub-região de destino e de trânsito, consequência de fluxos intensos entre estes países¹¹² que também possuem, internamente, um mercado local de prostituição bem sedimentado.

As razões para estes países serem classificados de origem neste âmbito, estão, como todos os outros nestas condições, relacionados com uma crise económica, uma extrema dificuldade estrutural das sociedades em sobreviverem no pós queda do muro de Berlim, o que provocou um atraso significativo do desenvolvimento comparativamente com os países da Europa Ocidental. Da sequência desta crise constata-se que as primeiras a perder o emprego são as mulheres, independentemente da sua escolaridade. Em meados da década de 90, o então Ministro russo do Trabalho interrogava “Porque é que devemos empregar mulheres, quando os homens estão sem trabalho?”. Este desemprego, uma das causas de “feminização da pobreza”, desestruturou toda uma rede social dependente daquelas mulheres, sobretudo os seus filhos e ascendentes. A absoluta falta de perspectivas, com os três grandes sectores da economia moribundos, levou a que renascesse uma imagem de El Dourado relativamente aos países ocidentais, como contraponto às enfraquecidas sociedades comunistas. Desta escassez surge a ambição material, imagem de marca do Ocidente, que é visto como acesso fácil e rápido à riqueza.

Os aspectos culturais dão o seu contributo significativo para este fluxo migratório composto por mulheres em situações vulneráveis: há um machismo

¹¹² De acordo, deste estudo, com a Tabela B, p.76.

latente, de submissão da mulher ao papel dominante do homem a quem é permitido viver segundo o princípio do prazer. A elas restam-lhe as obrigações, o suporte dos encargos familiares, o afastamento na participação do domínio público e político, a violência doméstica. *“Se no passado as mulheres de muitos dos países desta parte do continente conheciam a desigualdade a coberto de uma lei igualitária, o certo é que hoje em dia já nem a lei se preocupa em lhes garantir essa igualdade. O resultado é que as mulheres deixam de receber ofertas de trabalho, são despedidas com a maior das facilidades quando engravidam, são objecto de assédio ou auferem um salário muito mais baixo que o dos homens. A discriminação no emprego, o assédio sexual, a violência doméstica, as práticas de saúde impróprias para mulheres, a legislação contra a liberdade de optar, e ainda as decisões judiciais desfavoráveis em questões de família, são apenas alguns indicadores da marginalização e exclusão sistemática que, continuando embora a ocorrer com uma incidência variável de país para país, acabaram por eclodir de uma maneira mais ou menos uniforme por toda esta região”* (Regulska, 1998)¹¹³. Além da conotação com o conforto material, os países da Europa Ocidental representam também a efectiva igualdade do género, com a produção e aplicação de legislação não discriminatória.

O perfil da vítima traficada da Europa de Leste surge na sequência do contexto atrás descrito: são jovens – entre os 20 e os 30 anos – atraídas pelo glamour ocidental, como contraponto da decadência oriental, na sua maioria sem filhos, embora possam ter frequentemente compromissos familiares no seu país de origem, com formação média ou superior, muitas delas, supõe-se, novatas no

¹¹³ REGULSKA, Joanna (1998) *“A nova “Outra” mulher europeia”* Revista Critica de Ciências Sociais 50 pp 47-71.

meio da prostituição. O cenário para a migração de mulheres fragilizadas, inseguras com encargos por suprir no país de origem está montado.

Portugal, como país de destino que é, integrado na Europa Ocidental, não escapou ao tráfico de mulheres para fins sexuais originárias daqueles países. Instalaram-se as máfias e montaram de imediato redes de tráfico com vários pontos de contacto, muito mais organizadas e hierarquizadas que as brasileiras ou as africanas, com funções precisas atribuídas a cada membro, assentes em códigos de conduta e esquemas pouco falíveis de informação sobre os imigrantes controlados, que envolvem “agentes infiltrados”. As cúpulas das máfias estão nos países de origem, a partir daí gerem uma rede complexa que envolve pontos de contacto em vários países desde os angariadores, os que proporcionam a viagem, os que transportam, os que vigiam, os que cobram a dívida contraída no país de origem. Estas redes estão organizadas em células ou em estruturas piramidais – este tipo de estrutura funciona como camaleão para as autoridades que tentam desmantelar as redes – e têm uma actividade criminosa diversificada: dedicam-se a outras formas de *TSH*, além da exploração sexual, “investem” na exploração de mão-de-obra na qual é comum a prática da extorsão com base o subsídio de protecção, ao tráfico de armas, ao tráfico de droga e todos os crimes conexos. Predominam indivíduos naturais dos respectivos países de origem das vítimas, com destaque para o sexo masculino. Estas redes fazem questão de exercer controle nas casas de alterne/prostituição - ainda que os seus proprietários sejam portugueses - nas quais colocam as mulheres traficadas. Gradualmente passaram a controlar exclusivamente alguns estabelecimentos nocturnos.

A forma de recrutamento destas mulheres, a maioria com problemas financeiros e/ou filhos a cargo, é sobretudo através de contacto pessoal onde lhes é prometido um emprego que lhe permitirá sair da crise. Outros meios como a falsa agência de empregos, agências de viagens, os anúncios em jornais ou a sedução (*loverboys*¹¹⁴) são também utilizados. O recrutamento pode ser ainda mais engenhoso: infiltrar angariadores nos locais que a vítima frequenta para ganhar gradualmente a sua confiança, convencendo-a a viajar. Como estamos perante um contexto de máfia estruturada, que tem como actividade a dedicação exclusiva ao crime organizado, verificamos que têm como objectivo prioritário exercer um maior controlo sobre as mulheres que se traduz, num primeiro momento, na forma de recrutamento: passam pela persuasão e pelo engano, também há várias que recorrem à violência, ao rapto, à ameaça, à chantagem, ao uso de drogas. Por fim, a mais brutal de todas, o rapto. O alarmismo é tal que em algumas zonas da Europa de Leste as raparigas foram proibidas de ir à escola, medida extrema que funciona como forma de protecção.

No caso das mulheres e Leste, tanto as autoridades policiais como as ONGs afirmam que muitas delas não fazem ideia que vêm para o nosso país trabalhar como prostitutas. A sua ingenuidade – a maioria, apesar das suas elevadas habilitações, não tinha viajado muito além da sua terra natal – misturada com a ansiedade de melhorar a sua situação económica, faz com que acreditem que o emprego oferecido é na área de hotelaria ou nos cuidados de crianças ou idosos. Chegadas ao nosso país é-lhes imposta a nova actividade, sob ameaça – sobre eles próprias ou sobre familiares que deixaram para trás –

¹¹⁴ Frequentemente aproveitam-se do facto de algumas destas mulheres já estarem inseridas no mundo da prostituição nos seus países de origem, para as traficarem para a Europa Ocidental

para que paguem a dívida contraída na viagem. As redes chegavam mesmo a causar propositadamente problemas às suas vítimas – alvo para que o seu desespero fosse tal que não tivessem outra saída que não a de imigrar. Em Portugal todos concordam que, embora hajam muitas mulheres de Leste que vêm para o nosso país cientes do trabalho que vão ter, existem outras enganadas em claros casos de vício de vontade. Mas a verdade é que ninguém sabe ao certo quantas estão nesta situação, quantos deram o seu consentimento, quantas sabiam que viriam ser prostitutas mas que desconheciam as verdadeiras e violentas condições de trabalho. Há percepções, intuições, análises de casos pontuais que, no início da identificação deste fenómeno, chocaram o país devido à violência utilizada que se traduzia em violações, maus-tratos físicos dados como castigos, a exploração aos mais diversos níveis e até mesmo a homicídios. Estas situações foram muito mediatizadas sobretudo devido à novidade do seu fluxo e aos relatos violentos das acções dos traficantes. Faltam contudo dados palpáveis, além dos que podemos encontrar em processos transitados em julgado e em informação criminal confirmada cujo o acesso é, evidentemente, restrito.

As mulheres provenientes de países do Leste europeu chegam Portugal, na sua maioria, por via terrestre em geral utilizando carrinhas e viajando em pequenos grupos. Entram no espaço Schengen pela Alemanha e Áustria com vistos de turista. O transporte vai sendo efectuado através de vários países europeus, o que dá origem a uma rede complexa montada que assegura “a segurança da mercadoria” como a pagamentos sucessivos a elementos estrategicamente escolhidos em vários países – ao longo da rota - para que tudo

corra como planeado. Nessas carrinhas, além de mulheres, seguem com frequência também homens e pessoas mais velhas, que pretendem visitar os familiares imigrados, despistando, devido à heterogeneidade do grupo, mais facilmente as possíveis abordagens policiais. Estes movimentos pendulares são assegurados por motoristas que transportam frequentemente grandes remessas de dinheiro. As viagens são, na coerente tradição do controle das máfias de leste, asseguradas por vários elementos da rede ao longo do percurso, bem como pelo facto de só abastecerem em bombas de gasolina controladas pelos mesmos. Há relatos de ONGs que durante estes percursos há paragem em casas de alterne dos sucessivos países onde as mulheres são “experimentadas” através de violações podendo, na sequência disso, serem vendidas de novo.

Há relatos mais recentemente de entradas por via aérea nos países da Europa Ocidental, sobretudo os que têm com aqueles ligações directas como é o caso de Portugal.

Figura 7
Rota Europa de Leste – Portugal



Fonte: Revista Visão 01/3/07

As rotas identificadas pelas autoridades, usadas para chegar ao Espaço Schengen e, posteriormente, a Portugal são, essencialmente, três:

- Rússia/Roménia/Bulgária/ Moldávia/Ucrânia/ República Checa – Polónia – Alemanha – França – Espanha – Portugal;
- Rússia/Roménia/Bulgária/ Moldávia/Ucrânia/ República Checa – Alemanha Holanda – França – Espanha – Portugal;
- Rússia/Roménia/Bulgária/ Moldávia/ República Checa/ Ucrânia – Roménia – Itália, partir de onde as mulheres eram distribuídas para vários países. No nosso caso passariam de novo por França e Espanha.

Estas rotas são traçadas com a ajuda de *smugglers* profissionais cuja actividade lhes dá os conhecimentos necessários para que, estando sempre um passo à frente da polícia - que, despertando para esta realidade, aperta o controlo - abram às máfias que os contratam os chamados “corredores verdes” que estão em constante mutação.

Chegadas a Portugal estas mulheres são reencaminhadas para zonas de eleição da prostituição como as raianas, o Norte e Centro do país. Nas regiões autónomas destaca-se o Funchal, cidade turística com perfil transnacional. O Sul do país, contrariamente ao que acontece com as mulheres brasileiras, assume nesta rota um papel relevante. Lisboa é também uma cidade atraente devido aos tipos específicos de procura que aí existem. A colocação, em regime de rotação, habitualmente é feita em casas de alterne e clubes, embora as mulheres de Leste estejam a ser cada vez mais canalizadas para apartamentos e locais mais restritos – clubes e bares – onde é praticada prostituição de luxo. O facto reside tanto na sua escolaridade mais elevada (maior do que a das prostitutas de outras

nacionalidades) como na sua aparência física, que preenche o imaginário latino com um estereótipo de beleza nórdico: altas, magras, elegantes, pele branca, olhos claros, loiras. O exercício de actividade destas mulheres em casas de alterne é pouco frequente pois arrasta consigo não só o problema da língua, que não dominam no início, como no facto de se relacionarem socialmente de uma maneira formal, impondo algum distanciamento. De entre as várias nacionalidades das europeias de leste existe alguma distinção observada no meio em que são colocadas: as ucranianas são frequentemente colocadas na rua, tal como as romenas. Contrariamente às búlgaras, russas e checas que são, em muitos casos, escolhidas a dedo, possuidoras de perfis que exigem a colocação em bares e clubes onde existe prostituição com algum nível.

O controle contínuo das mulheres traficadas é apertado e exercido de forma maquiavélica e brutal: os traficantes recorrem a chantagem, intimidação, ameaça e violência física e psicológica para que as mulheres se submetam a tudo o que lhes seja ordenado. Além do pagamento inicial da dívida contraída com a viagem país de origem – em Portugal, as mulheres submetidas inicialmente à “*breaking-in violence*”, violência praticada no início da actividade que se traduz em constantes espancamentos e violações – sofrem um *continuum* controle com picos de brutalidade caso desobedeçam a qualquer ordem da rede, vivendo diariamente cercadas pelo medo.

As organizações criminosas de Leste demonstram uma cultura da criminalidade onde o bem vida é desprezado e negligenciado em prol dos seus chorudos lucros¹¹⁵ e do aumento do poder no sub mundo do crime.

Coerente com as questões culturais abordadas no início deste capítulo, tem sido observado, tanto pelos OPCs como por algumas ONGs, uma vocação destas mulheres para a subjugação a um esquema mafioso que as explore quer física, quer psicológica, quer materialmente. Acresce a esta propensão um frequente sentimento de culpa e vergonha, possivelmente maior nas mulheres que inicialmente não deram o seu consentimento. A auto estima está destruída pela sua “coisificação”, por uma desumanização a que foram sujeitas e à quais se resignam por educação ou por padrões religiosos o que provoca, em última instância, a perpetuação da sua exploração sexual.

Embora esteja assente, sobretudo pela Interpol e pela Europol, que a quantidade de mulheres de Leste a prostituírem-se na Europa Ocidental é maior, é entendido pelas autoridades portuguesas que este fluxo diminuiu consideravelmente para o nosso país. As máfias de Leste, que actuaram em Portugal durante toda a década de 90 e princípios de 2000, procuram outros países europeus, como a Itália ou Espanha, onde o poder de compra é maior.

Esta debandada, acompanhada de muitos imigrantes de Leste que regressaram às suas pátrias alegando que imigrar deixou de ser compensador, deve-se ao facto de alguns destes países terem aderido ultimamente à U.E.,

¹¹⁵ No jornal Diário de Notícias de 09/10/07 Iana Matei, directora de um abrigo para mulheres traficadas na Roménia no Reino Unido, afirma que “ao contrário do tráfico de droga este (o TSH para fins sexuais) apresenta, além do lucro elevado um risco diminuto. Uma rapariga pode ser vendida dez vezes. Garante ainda que entre as 127 vítimas que acolheu havia meninas de 12 anos, situação que a reconduz à pergunta, atribuindo a quota-parte de culpa à procura, “quem é que usa estas mulheres e raparigas?”.

transformando-a numa Europa a 27, alargada naquela direcção. A aposta da U.E. no desenvolvimento daqueles países (Roménia, Bulgária, Polónia, República Checa, Eslováquia e Hungria) gera um sem número de novas oportunidades de negócio e um tal aumento de postos de trabalho – veja-se o exemplo de Portugal no final dos anos 80 - que imigrar deixa ser uma necessidade. Para os países limítrofes a estes, ainda excluídos da U.E., este facto é também uma oportunidade para os seus nacionais melhorarem de vida sem submeterem tantos quilómetros e a uma língua difícil de aprender. Assim países origem rapidamente se transformarão em países destino.

Portugal, entre o período 2000-2002, foi o país da U.E. que conseguiu investigar e dismantelar um maior número de organizações criminosas do Leste Europeu. Este esforço, concertado entre os vários OPCs, devido à complexidade que a actividade criminal desenvolvida por tais máfias acarretava – todos os tipos de tráfico, vários crimes contra as pessoas, fraudes, falsificação de documentos, corrupção activa entre outros - teve como consequência várias condenações e extradições.

Os OPCs portugueses consideram que ainda há muito por fazer: as constantes renovações e metamorfoses dessas máfias lançam a suspeita de que podem surgir novos focos de exploração para fins sexuais no nosso país. Actualmente há registos de que essas organizações, máfias, redes, como lhes queiramos chamar, de Leste continuam a transportar mulheres (perto de uma dezena por semana) para trabalhar na prostituição em Portugal. Os criminosos romenos encarregaram-se de criar um engenhoso plano de exploração sazonal das mulheres: introduzem as mulheres no nosso país para a apanha da fruta, no

final dessa época iniciam a sua exploração sexual, impedindo-as assim de regressar ao seu país. Aliás as redes romenas, fenómeno considerado recente em Portugal, têm uma percepção clara dos “espaços livres” deixados pelos OPCs: recentemente um elemento da PJ relatou que estava a decorrer no Porto, uma difícil investigação relacionada com coacção para mendigagem e arrombamento de parquímetros efectuado por menores romenos traficados para o nosso país. Há uma aposta na cooperação policial internacional entre Portugal e o Leste Europeu: uma espécie de linha vermelha vai ser criada entre Lisboa, Moscovo e Kiev com base em dois protocolos assinados pela Procuradoria-geral da República e as suas congéneres ucraniana e russa. A razão de tal iniciativa está nas actividades criminosas desenvolvidas em Portugal pelas máfias de Leste nas quais se engloba o *TSH*. Estes países estão fora do Espaço Schengen, não sendo também abrangidos pela plataforma de cooperação judicial entre os países da U.E., o Eurojust.

Tem-se verificado que em alguns países da Europa de Leste o tráfico de mulheres não é considerado crime e, quando o é, não é enquadrado como uma forma de escravatura, mas como uma ofensa de menor gravidade. O esforço da comunidade internacional quer ao nível mundial, através da ONU, quer ao regional, através da U.E., para colocar o tema nas agendas políticas destes países tem produzido alguns frutos no sentido da produção legislativa. Legislar é só um princípio, no caso concreto há a dura tarefa de mudar mentalidades, enraizadas na sociedade há muitas gerações, e lutar contra lobbys criminosos, muitos instalados junto do poder político ou de sectores estratégicos da economia.

O incremento da cooperação internacional no âmbito da Justiça e dos Assuntos Internos revela-se fundamental pois medidas internas demonstraram ineficácia e impotência face ao carácter intrinsecamente transnacional deste crime.

A aposta na prevenção tem sido feita nos países da Europa de Leste sobretudo através de informação – junto das potenciais vítimas, desconhecedoras das formas de recrutamento, possuidoras de um elevado grau de ingenuidade – disponibilizada em locais de fácil e diário acesso como as escolas. Mas como já foi analisado, o perfil da vítima de *TSH* para fins sexuais é mais amplo, é necessário também informar as mulheres em geral, sobretudo as que já se prostituem internamente, para as possíveis condições adversas com as quais se depararão se enveredarem pela imigração.

7.3 Rota Africana

O tráfico para exploração sexual de mulheres africanas é um facto cada vez mais visível no nosso país. Inicialmente cingiu-se às ruas de Lisboa mas há relatos vários de que já estendeu também a outras áreas do país. Estas mulheres são originárias de Angola, do Ghana, da Guiné-Bissau, do Congo e, finalmente, da Nigéria.

O sul do nosso país – sobretudo o Algarve e a área metropolitana de Lisboa – é o local onde efectivamente é mais visível a prostituição destas mulheres. Por um lado, porque estas duas regiões são densamente povoadas – só a área metropolitana de Lisboa concentra mais de 40% da população de todo

o país – devido à concentração da actividade económica sobretudo no sector secundário e terciário, por outro são pontos turísticos activos envolvendo sazonalmente grandes movimentações de pessoas, factos que estimulam o aumento da procura. A dita fixação a sul resulta, entre outros, ainda de um factor de ordem prática: a rota que lhes é traçada desde o seu país de origem. Contornam África no sentido Norte, por via terrestre ou transportadas em barco, cruzam o Mediterrâneo, com o auxílio de redes informais, frequentemente da nacionalidade das vítimas, que as mantêm sobre controlo e recorrem à submissão pela feitiçaria. Em Lagos, na Nigéria, está montada uma rede, que envolve membros da função pública, que obtêm mais facilmente vistos de turismo no Espaço Schengen ou, mais especificamente, para a Holanda ou para a Alemanha. Na sequência disso muitas mulheres chegam a Portugal, via terrestre, já tendo passado por países, nomeadamente Espanha, França, Alemanha, ou Itália (65% da prostituição neste país é praticada por nigerianas, segundo informação da Europol). É frequente a sua entrada em Portugal, na sequência da chegada de barco à Europa através do Sul de Espanha (Las Palmas, Ceuta e Melilla), associada a eventos desportivos, culturais, comerciais.

Figura 8
Rota África - Portugal



Fonte: Revista Visão 01/3/07

As redes africanas de auxílio à imigração ilegal e de *TSH* definem-se, geralmente, por serem pouco estruturadas, com base em contactos mínimos e esporádicos entre os indivíduos que a compõem. Alguns elementos da rede estão encarregues do tratamento e desbloqueio da documentação necessária, outros do transporte e, por fim, outros ainda da colocação e rotatividade estas mulheres no mundo da prostituição. Trata-se de um tipo de rede que actua mais significativamente no país de destino. Funcionam em pequenas células, sem uma relação duradoura entre os membros, cujos contactos são esporádicos e normalmente adstritos à resolução de imprevistos e à movimentação e colocação de “novas remessas”. O conhecimento a uma escala mais organizada destas redes de *TSH* para fins sexuais africana é ainda diminuto, geralmente são compostas por nigerianos especializados em actividades ilícitas, de alguma forma conexas com o *TSH*, e que actuam sobretudo no seu e a partir do seu país – consideradas por isso redes mais violentas – dominando todo o ciclo do tráfico

desde o recrutamento. Adianta-se que este pode ser o único grande esquema de crime organizado controlado por mulheres, as chamadas “Madames”, que mais não são que prostitutas nigerianas com experiência e influência que fazem também do *TSH* modo de vida.

A vítima tipo das mulheres africanas traficadas para fins de exploração sexual para Portugal é caracterizada por uma idade entre os 18 e os 30 anos, sem formação escolar, solteira podendo ter ou não filhos. Têm sido detectadas em várias zonas de Lisboa mulheres africanas, muito jovens e bonitas que não falam português pelo que supõe que não pertencem a nenhum dos PALOP, tendo sido identificadas sobretudo como tendo nacionalidade nigeriana, situação muito comum em Itália e em Espanha.

A forma de recrutamento varia consoante o país de origem quer tendo em conta a mentalidade quer tendo em conta o contexto económico ou político. Muitas das mulheres angolanas traficadas, cujas famílias morreram na longa guerra do pós-independência, são aliciadas por *loverboys* da mesma nacionalidade para virem para Portugal trabalhar e acabam enredadas numa situação em que são forçadas a prostituírem-se. No caso das nigerianas a maioria das vezes é a própria família que é a inicial responsável pelo envolvimento das mulheres em redes de tráfico. Em contextos miseráveis as famílias vendem as suas jovens mulheres para manter a sua subsistência e para que aquelas tenham hipótese de sair daquela situação que nada lhes tem para oferecer. Enviar as filhas para o estrangeiro, anda que nestas condições, é sinónimo de status sócio-económico criando maiores possibilidades de futuro para elas e para as famílias.

O tráfico de mulheres africanas é caracterizado essencialmente por uma imigração controlada e forçada, em que as mulheres foram já compradas ou que um conhecido da família prontificou-se fazer o pagamento da longa viagem para a Europa, aliciando a vítima e o seu clã com a promessa de emprego. Há ainda uma minoria de mulheres que desejam imigrar de livre vontade, vontade essa que as leva a contactarem redes de auxílio à imigração ilegal nas quais, frequentemente, chegadas ao destino, o seu consentimento não tem qualquer importância quando canalizadas para a prostituição, esbatendo-se a fronteira entre o auxílio à imigração ilegal e o *TSH*. Outras há que já trabalhando na indústria do sexo, consideram que na Europa podem fazer com rendimentos superiores. Chegadas ao destino e, muitas delas, surpreendidas com a obrigação da prática de prostituição, são colocadas, na sua maioria, no mercado de rua onde as nacionalidades são mais variadas que há uns anos atrás – africanas, com ênfase para as nigerianas, cabo-verdianas, angolanas, brasileiras, romenas e cidadãs nacionais. Num estudo de 2005 sobre prostituição em clubes (Ribeiro, 2005)¹¹⁶ foram detectadas 12% de mulheres provindas de África, entre as quais nigerianas, angolanas e guineenses.

A procura, em Portugal, para as mulheres africanas é acentuada seja por nostalgia colonial das gerações mais velhas seja pela busca do exótico e de novas experiências sexuais envolvendo maior desinibição – chavões associados à forma de viver a sexualidade em África. Em anúncios de oferta de serviços sexuais observados nos vários jornais diários são comuns as menções a africanas, bem como a utilização de expressões associadas à sua origem -

¹¹⁶ RIBEIRO, Manuela; SILVA, Manuel Carlos; RIBEIRO, Fernando Bessa; e SACRAMENTO, Octávio (2005) *“Prostituição abrigada em clubes (zonas Fronteiriças do Minho e Trás-os-Montes)”*. CIDM. Coleção Estudos de Género

“mulata”, “pretinha”, “cabritinha” - e a adjectivos sensuais ou a características atractivas do seu corpo. Num recente estudo sobre esta matéria (Santos, 2007)¹¹⁷ foi mesmo recolhida a opinião – ao que parece contraditória – dos clientes das mulheres nigerianas: *“Alguns clientes referiram que as trabalhadoras do sexo nigerianas são mais baratas e oferecem uma maior diversidade de serviços; outros consideraram que estas são frias, violentas, sujas e traiçoeiras.”*

De notar ainda um fenómeno apontado num outro estudo também recente (Pereira, Vasconcelos, 2007)¹¹⁸ (...) *em Portugal existe igualmente um fenómeno menos de exploração da prostituição de descendentes africanos (...). As mulheres que actualmente praticam a prostituição em casas de alterne, 1 a 20 por cento são jovens descendentes e imigrantes descendentes de imigrantes nascidas em Portugal. Este fenómeno surge de devido à falta de oportunidades e à procura de dinheiro fácil. Tratam-se, sobretudo, de jovens nascidas em Lisboa e Vale do Tejo que se dedicam exclusivamente à prostituição que são controladas por grupos ligados à diversão nocturna.”*

A submissão aos seus traficantes, no caso das nigerianas, é incutida de forma particular: por acreditarem de sobremaneira na influência e poder dos indivíduos que as exploram, estarão convencidas de que, mesmo presos, estes continuam a constituir uma ameaça. Acreditam ainda em outros mitos e crenças de que os feiticeiros¹¹⁹ protegerão sempre os indivíduos que as exploram para

¹¹⁷ SANTOS, Boaventura Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena; BAGANHA, Maria Ioannis (2007) *“Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual”* – CES – Coimbra (Setembro). Acedido em 21/10/2007 – Disponível na Internet: <http://www.caim.pt> – fonte dos dados PJ

¹¹⁸ PEREIRA, Sónia, VASCONCELOS, João (2007) *“Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Forçado - Estudos de casos e respostas de Portugal”* – OIT – p. 89;

¹¹⁹ As nigerianas traficadas submetem frequentemente a um ritual “JuJu” (tipo de magia negra africana) de ocultismo - rituais mágicos de voodoo em que são usados pedaços da sua roupa ou fragmentos e fluidos do seu corpo (cabelos, unhas, sangue) que são colocados junto de relicários

que nunca sejam sancionados pelas autoridades. A ameaça às suas famílias com prática de feitiçaria é recorrente levando a que estas mulheres, com pavor das entidades divinas, se dediquem à prostituição e entreguem o dinheiro aí obtido aos traficantes, “chulos” que as controlam activamente e que lhes retêm os documentos de identificação. Comprometem-se ainda a nunca revelar a entidade dos traficantes e das “Madames” à polícia caso sejam detidas. Esse aumento da vulnerabilidade e a efectiva situação de ilegalidade faz com que seja necessário o apoio de “padrinhos” – a face de uma rede de corrupção violenta – para que se mantenham em Portugal. Esta cumplicidade da vítima com o traficante associada ao medo incutido pelos rituais voodoo e à barreira da língua, torna a relação com as autoridades portuguesas muito difícil, como adianta um elemento do SEF entrevistado “ *Primeiro é a barreira da linguagem, isso é nítido, depois elas são extremamente desconfiadas e estão sempre a olhar para um lado e para o outro e não dão conversa. (...). O fulano que a comprou inicialmente aos pais, há 10 anos atrás, neste momento, é um pai para ela ou, se calhar, ela já nem o vê, ele já a vendeu a outro e o outro a outro. Mas, de facto, não colabora, porque não se identifica com a polícia, com quem a quer ajudar. Quer dizer, ela tem ali uma relação, o tal Síndrome de Estocolmo, aqueles indivíduos é que a andam a acompanhar há não sei quantos anos*”.

O auxílio a estas mulheres defronta-se com um problema difícil de ultrapassar: a negação da vitimização - entendem o facto de terem imigrado para a Europa como uma vitória, independentemente das consequências que daí poderão advir. A concretização da imigração é vista pessoal e socialmente como

- que as aprisiona de vez aos seus traficantes, pelo menos até que paguem a dívida contraída no movimento migratório.

um meio de alcance do sucesso pelo que, quando as mulheres africanas, sobretudo nigerianas, são repatriadas para o seu país, são frequentemente rejeitadas, discriminadas pela sua família.

Sendo um problema crescente o tráfico para fins sexuais de mulheres nigerianas para Europa, a Interpol, através do seu gabinete central em Lagos, e por via da pressão dos países europeus - que se vêem a braços com este problema - fez um levantamento dos pontos fracos deste país, nesta matéria. Estão relacionados sobretudo com a corrupção dos funcionários públicos nigerianos que concedem vistos, com a falsificação de documentos de identificação – vista como um vulgar meio para atingir um fim - com a ausência de disposições penais específicas contra o TSH para exploração sexual – embora existam no que respeita à escravatura e ao trabalho forçado. Finalmente a resistência das vítimas de *TSH* em serem auxiliadas tanto pelas autoridades europeias como pelas locais pois, convencidas de que elas e suas famílias estão sob feitiço, negam-se a denunciarem os traficantes. Após esta avaliação inicial foram tomadas medidas:

- a) Aumento de elementos de segurança nos passaportes nigerianos com o objectivo de diminuir as probabilidades de serem falsificados;
- b) Controlo eficaz das fronteiras terrestres e marítimas, controlando as movimentações migratórias de mulheres, sobretudo de raparigas;
- c) Lançamento de uma campanha de informação destinada ao grande público com o objectivo de informar a população do que é e do perigo que pode representar o *TSH*;

- d) Acções junto das famílias das potenciais vítimas no sentido das responsabilizar moral e legalmente pela vigilância e cuidado sobre os mais novos, em participar as raparigas, frequentemente vendidas.

7.4 Conclusão

A realidade portuguesa aponta para a existência de “tráficos para exploração sexual” pois as suas vertentes são diversas consoante a nacionalidade da vítima traficada. As três grandes rotas escolhidas para descrever três realidades distintas são exemplo disso. Quando as analisamos constatamos também que há entre elas semelhanças, não só da perspectiva das vítimas, todas originárias de países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento que passam por crises económicas, sócias e/ou políticas, como dos traficantes que usam e abusam da vulnerabilidade daquelas – provocada não só pelas causas que as levaram à imigração, mas também pelo seu comum estatuto de imigrante ilegal, pela retenção dos seus documentos de identificação até considerarem a dívida saldada e pela coação e ameaça exercida, sobre as próprias ou sobre as suas famílias, caso não se prostituam nas circunstâncias impostas.

Por mencionar ficou ainda a rota asiática da qual pouco se conhece. A barreira da língua, o facto da comunidade asiática ter uma maior tendência para se isolar dos costumes, e conseqüentemente do convívio ocidental, associado ao carácter supostamente recente deste fenómeno contribui para que pouco se

saiba sobre o tráfico das asiáticas em Portugal. Das formas de recrutamento nada se sabe, suspeita-se que são dominadas por máfias orientais - as quais, tal como acontece com o tráfico de nigerianas, são também compostas por mulheres - com pontos de contacto em Portugal que tratam da sua colocação em casas fechadas, exclusivas, normalmente apartamentos e casas de massagens frequentadas por uma clientela diversificada: nacional, oriental e de outras nacionalidades. Chegam ao nosso país de avião em particular através dos Estados Membros que têm ligações directas com a China.

Estamos perante um tráfico para fins sexuais exercido discretamente e altamente controlado. Suspeita-se que, contrariamente às brasileiras, muitas asiáticas chegam a Portugal com a falsa promessa de um emprego na área comercial ou da restauração, pondo mesmo a hipótese de trabalhar num bar, dançar ou alternar mas, em momento algum, manifestaram a concordância com a prática da prostituição. Fala-se também aqui, em muitos casos, em verdadeiro *TSH*.

Da realidade descrita do *TSH* para fins sexuais em Portugal, podemos interrogar sobre o que acontece quando uma ONG ou um qualquer OPC sinaliza uma vítima de *TSH* explorada sexualmente, quando ela afirma ter uma vida de escravatura, nunca imaginada aquando do recrutamento no seu país de origem, e por isso se quer livrar dela. No capítulo dedicado às vítimas mencionámos o que deve ser feito nestas situações, sustentado numa base jurídica nacional que se tem vindo a solidificar ao longo de 2007. Este acolhimento envolve em primeiro lugar um sítio para que a vítima possa pernoitar

durante certo período em segurança: a inexistência de uma estrutura estatal¹²⁰ específica faz com que esse acolhimento dependa da boa vontade de algumas ONGs ou instituições religiosas que previamente já estabeleceram alguma relação de confiança com as autoridades. As Irmãs Adoradoras, O Ninho e o Espaço Pessoa são as entidades mais procuradas pois disponibilizam casas de acolhimento nas quais as vítimas são colocadas durante um tempo. Nas associações que as acolhem verifica-se sempre o risco de lhes impor o convívio com outras mulheres, estas vítimas de violência doméstica ou em situações de desistência da prostituição ou ainda de reabilitação de toxicodependência, realidades paralelas que podem provocar alguma discriminação entre as alojadas, como nos relatou um elemento da PJ. Além do acolhimento a vítima necessita de cuidados médicos, ajuda psicológica, apoio jurídico entre outros, que habitualmente lhes são disponibilizados pelas ONGs que trabalham nesta área. Aliás, por razões óbvias, todo esse acompanhamento não deve ser feito pela polícia, cujo papel é investigar, sob pena de inibir as vítimas já, por isso mesmo, vulneráveis e retraídas. Uma das primeiras regras, aconselhada pela Interpol, que deve ser seguida pelos investigadores é a seguinte “ *As vítimas têm o direito humano fundamental à protecção imediata e à ajuda médica e psicológica. Tal ajuda deverá ser dada sempre que necessário e nunca deverá estar dependente de um acordo de cooperação com os agentes policiais*”.¹²¹

Com o objectivo de apoiar, não só as autoridades mas outras ONGs e associações, têm sido lançados ONGs internacionais “kits” orientadores para

¹²⁰ Só em 2007 esteve prevista a primeira casa abrigo, para oito pessoas apenas, no âmbito do Projecto CAIM.

¹²¹ INTERPOL, 2002 “*Manual para Investigadores*”, Grupo de Trabalho da Interpol sobre Tráfico de Mulheres para exploração sexual- Interpol, Lyon, p.66.

quem possa lidar com situações de *TSH*. Também o CAIM lançou o “Kit Pedagógico de Formação e Prevenção e Combate ao Tráfico de Mulheres para fins de exploração sexual” que inclui:

- a) A caracterização e enquadramento do produto, bem como modos de utilização;
- b) A visão geral do fenómeno, fazendo a ligação entre questões teóricas específicas e respectivas actividades pedagógicas;
- c) O conjunto de actividades pedagógicas diversificadas, e respectivos materiais de apoio, que podem ser organizados entre si de forma a permitirem diferentes curricula de formação;
- d) Recursos de apoio à formação que visam, a devida instrução dos formadores nesta temática, e actualização desse conhecimento.

As linhas telefónicas de apoio às vítimas assumem um papel fundamental: O ACIDI lançou recentemente uma linha de apoio ao imigrante que, de forma anónima, pode esclarecer as suas dúvidas, apresentar queixas ou simplesmente pedir ajuda. A enorme afluência a esta linha (no primeiro mês mais de 1,4 milhões de chamadas) deve-se à nova Lei da Imigração facilitadora da aquisição de vistos para a entrada em Portugal. O SEF teme assim, com base número de inquéritos que abriu, um *boom* na suspeita de fraude e falsificação de documentos de imigrantes por parte de redes internacionais organizadas, que podem configurar o crime de auxílio à imigração ilegal ou mesmo de *TSH*. Salientam-se ainda as linhas de apoio à vítima de ONGs como a APAV que, embora mais voltadas para o crime de violência doméstica, estarão de alguma forma preparados para reencaminhar as vítimas de *TSH*.

Nestas duas primeiras fases, a da identificação da vítima e a do reencaminhamento para que seja acolhida devidamente, a sensibilidade e os conhecimentos nunca são demais quando está em causa salvar/reabilitar uma vida.

Finalmente, numa terceira fase, importa definir um projecto de vida para a mulher vítima de *TSH* para fins de exploração sexual. Para tal é necessário ouvir a vítima coordenando as suas expectativas futuras com os instrumentos disponíveis e as possibilidades existentes nas relações país destino – país origem.

O I Plano Nacional Contra o *Tráfico de Seres Humanos 2007-2010* (Resolução do Conselho de Ministros, 81/2007 DR119 Série I de 22/06/07) contempla estas três fases no seu capítulo “Proteger, Apoiar e Integrar” através da aplicação de medidas concretas com entidades nomeadas para a sua execução.

Em Portugal está quase tudo por fazer, as ansiadas transformações ao nível legislativo foram concretizadas durante o ano de 2007: do alargamento do âmbito do crime de *TSH* ao aumento da moldura da penal, passando pelo despoletar do mecanismo de ratificação da Convenção de Varsóvia e pela elaboração do I Plano Nacional Contra o *Tráfico de Seres Humanos 2007-2010*. O Projecto CAIM deu um forte impulso para a implementação do Observatório de Tráfico de Mulheres para Exploração Sexual, o ACIDI solidificou a sua estrutura para apoiar a comunidade imigrante que cresce exponencialmente, e da qual fazem parte as (potenciais) vítimas de *TSH*. A comunicação social (re) descobriu o tema do *TSH*, noticiou as várias iniciativas legislativas e os estudos nacionais e

internacionais, recolheu depoimentos de vítimas, estereotipou, informou, acompanhou propostas e iniciativas nacionais e internacionais. A sociedade, que parece ainda não ter despertado verdadeiramente para o problema, espera aplicação das medidas concretas previstas no capítulo “Sensibilizar” do já referido Plano que consistem, entre outras, em campanhas publicitárias que têm como alvo o público em geral ou grupos específicos. O lado da procura é, sem dúvida, fulcral para a diminuição do crime de *TSH*. Aqui aposta-se tudo numa tentativa de revolução de mentalidades, na transformação de valores tradicionais de uma sociedade latina como a nossa, em que as questões de discriminação de género ou raça estão latentes, herança de uma moral ainda por reinventar.

RECOMENDAÇÕES

A comunidade internacional, ao analisar os vários estudos científicos que vão sendo elaborados sobre o *TSH*, recomenda frequentemente medidas para que cada país as adopte lutando contra este crime que, como vimos é um dos maiores flagelos do século XXI, consequência negativa da globalização. A ONU, a U.E., as várias entidades governamentais, as ONGs, instituições religiosas sugerem, de acordo com as realidades com as quais se confrontam, as mais variadas medidas, muitas delas semelhantes.

A ONU traçou objectivos, aquando da criação da GIFT.UN, já mencionada neste estudo, que funcionam como pilares estruturais em que assentam as recomendações das outras entidades:

- a) Alertar o Mundo para o fenómeno, despertando as consciências;
- b) Apostar na prevenção;
- c) Reduzir a procura;
- d) Identificar, resgatar e proteger as vítimas;
- e) Melhorar não só as disposições legais, adaptando-as à actual realidade criminal, como melhorar a *intelligence* e a troca de informação ao nível nacional e internacional;
- f) Aumentar o conhecimento do fenómeno do *TSH*, estimulando a investigação científica;
- g) Estreitar laços de cooperação entre países fortalecendo núcleos regionais;
- h) Criação de um fundo especial para que o combate ao *TSH* possa ser posto em prática da forma mais eficiente possível;

- i) Criação de um grupo informal na ONU que perpetue esta iniciativa.

A Declaração do Porto, na sequência da Conferência da U.E. “ Tráfico de Seres Humanos e Género”, que se realizou na cidade do Porto em Outubro de 2007, é fértil em recomendações mais concretas nesta matéria: dá uma tónica significativa à prevenção do *TSH*, bem como à protecção das vítimas dos tipos de *TSH* identificados. Recomenda outras medidas diversificadas que vão da criação de linhas telefónicas específicas de apoio às vítimas, passando por ratificação da Convenção de Varsóvia ou a transposição de Directivas da U.E. que levam à ansiada harmonização da legislação dos vários Estados Membros. Promove a monitorização deste fenómeno através da criação dos vários Planos Nacionais, estabelece procedimentos a adoptar em cada fase específica do ciclo do *TSH*.

“Thinking Globally, Acting Locally” é muito mais do que um (di) lema quando falamos de *TSH*. As causas das assimetrias globais do nosso planeta são as principais responsáveis pelas grandes movimentações migratórias, pelo desespero, pela luta pela sobrevivência que muitos seres humanos experimentam, pela recondução, em última instância, ao caminho da vitimização - de *TSH* - quer sejam homens, mulheres ou crianças. Como se adianta, em jeito de conclusão, num estudo referente ao *TSH* para fins de exploração sexual (Leal, Leal, 2005)¹²² “ *o desafio da sociedade civil, do poder político, da Media, da academia e agências multilaterais, é o fortalecimento da correlação de forças ao nível local e global, para interferir nos planos e estratégias dos blocos*

¹²² **LEAL**, Lúcia Pinto; **LEAL**, Maria de Fátima (2005) “*Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual comercial: um fenómeno transnacional*” – SOCIUS Working Papers – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, pág. 19.

hegemónicos, a fim de diminuir as disparidades sociais entre países (...)”. Neste sentido a Irmã Júlia Bacelar¹²³ afirma, como sua primeira recomendação, porque falamos de uma questão estrutural, a necessidade *”de tomar medidas preventivas nos países pobres – países de origem – ajudá-los a desenvolverem-se, a sair da miséria, a viver em democracia combatendo a corrupção”*.

A luta contra o crime organizado – vertente repressiva - mentor das redes internacionais de *TSH*, em todas as suas frentes assume um papel fundamental: sinalização e identificação de máfias mundiais, estudo do perfil dos recrutadores, incremento do *law enforcement* a todos os níveis – global, regional e local – aposta na formação das autoridades policiais, não só na identificação destas situações mas nas formas mais produtivas e eficazes de investigação. A aposta criação e/ou incrementação de grupos regionais, compostos por representantes das entidades governamentais nacionais que têm um papel a desempenhar na cooperação policial, pode ser proveitoso no que respeita, por exemplo à troca de informação, pois estamos perante um crime assumidamente transnacional.

A criação ou aplicação de instrumentos legais efectivamente reguladores da(s) realidade(s) criminal(is) do *TSH* – para que se efectivem grandes progressos em relação à harmonização da legislação - acompanhados da implementação de políticas democráticas conducentes ao combate deste crime, impõe-se cada vez mais tendo em conta os números alarmantes que nos chegam de entidades credíveis como a ONU.

¹²³ Da Congregação Religiosa Irmãs Adoradoras, numa entrevista, em 2007, dada aos SSCML
Mestrado em Comportamentos Desviantes e Ciências Criminais 220
Faculdade de Medicina – Universidade de Lisboa
2004-2007

A procura e a oferta, duas faces do mesmo crime de *TSH*, nas suas diversas formas, devem ser avaliadas separada e conjuntamente para que a luta seja coerente e equilibrada. Sensibilizar a sociedade, punir a procura por um lado, e apoiar reintegrar as vítimas, por outro, são recomendações que se completam para que a o combate ao *TSH* seja eficaz.

As medidas de combate ao *TSH* têm sempre de passar assim, numa primeira fase, pela elaboração de planos de acção que têm como objectivo principal a luta contra a pobreza, ampliando o acesso à saúde, ao emprego e à educação. Este combate à pobreza envolve ainda luta contra as desigualdades relacionadas com o género – um exemplo dessa necessidade é a denominada feminização da pobreza – com a etnia ou com a raça. Estas medidas, para serem eficazes, devem ser acompanhadas pelo estabelecimento de efectiva criminalização e punição de todas as formas de violência exercida nos vários países – de origem, de trânsito, de destino - sobre o segmento social a que pertencem, na sua maioria, as potenciais vítimas de *TSH*. Os governos de alguns países têm ainda tomado medidas no respeito ao controle e vigilância das suas fronteiras, identificando, na medida o possível, os cidadãos estrangeiros que as cruzam. Apostam ainda na observação e investigação do *TSH* nas suas múltiplas vertentes: recrutadores, vítimas, rotas, crimes conexos. Não deve ser esquecida a constante formação das autoridades e restantes entidades que contactam diariamente com esta realidade para que não haja possibilidade de desfasamento, para que a prevenção e a punição se aliem em laços de forte coerência. A vítima deve ser tratada como tal poupando-a de constrangimentos desnecessários, protegendo-a, mesmo que se negue a colaborar com as

autoridades no testemunho contra os seus traficantes e, por fim, deve ser mantida provisória e legalmente no país onde se encontra se não quiser, por sua iniciativa, ser de imediato extraditada para o país de origem. Vários países implementaram já fundos de compensação para os danos materiais e morais que estas vítimas sofrem durante todo o processo que o *TSH* envolve. Esta compensação, entendido está, nada mais é que simbólica mas que pode ser uma grande mais valia na reconstrução da vida das vítimas bem como, quando paga pelos traficantes, uma pena acessória da prisão efectiva.

A Iniciativa GIFT.UN cumprirá, em Fevereiro de 2008, a segunda de três fases com a Conferência Internacional Contra Tráfico Humano que terá lugar em Viena, Áustria – “*The Vienna Forum to Fight Human Trafficking*”¹²⁴ – entre 13 e 15 Fevereiro de 2008. É um ponto de partida que desencadeará uma terceira e última fase na qual serão postos em prática os planos pensados e traçados anteriormente, com a ajuda de um grupo de coordenação de instituições multilaterais. Os esforços na prevenção bem como na investigação e acusação dos traficantes e a protecção das vítimas serão medidos e compreendidos globalmente a partir de estruturas locais que monitorizarão de forma contínua o fenómeno do *TSH*, recorrendo pontualmente a estratégias de combate, como serão disso exemplo as campanhas publicitárias.

Os acontecimentos no terreno despoletam necessidades, desejos que devem ser colmatados, medidas que devem ser rigorosamente aplicadas e adequadas a cada contexto. O estado de vigilância deve ser contínuo para que se redefinam as recomendações a cada momento, para que sejam aplicadas e

¹²⁴ Disponível na Internet em:

http://www.ungift.org/index.php?option=com_content&task=view&id=375&Itemid=687

avaliados os efeitos dessa mesma aplicação, para que sejam reformuladas e adaptadas se necessário, num contínuo movimento hegeliano gerado à velocidade da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, através da elaboração deste estudo, entender a complexa realidade do *TSH* na denominada Parte I, efectivando-se uma análise mais específica na Parte II do fenómeno em Portugal, com especial ênfase para o que tem como fim a exploração sexual.

A informação sobre *TSH* encontrada é extensa, diversificada, contraditória no que respeita ao plano mundial. Se analisarmos a que existe sobre a realidade do *TSH* nacional podemos afirmar que é escassa quer qualitativa quer quantitativamente e ainda muito imprecisa, pairando a sombra das cifras negras sobre todos os dados.

A comunidade internacional tem ainda um longo caminho percorrer. O *TSH* é o reverso da globalização, alimentado pela fragilidade de muitos Estados, acentuado pelas desigualdades de género, raça ou etnia. Este crime revela profundas contradições da própria natureza humana e do suposto percurso evolutivo da nossa civilização, que preconiza um desenvolvimento sustentável para todos. Este crime é muito mais que uma grave violação da lei, é uma afronta à dignidade humana.

O Relatório “*Trafficking in Persons: Global Patterns*” (2006) da ONU (UNODC) identifica a Albânia, a Bielo-Rússia, a Bulgária, a China, a Moldávia, a Tailândia e Ucrânia como os principais países de origem, fontes de vítimas de *TSH*. Como principais países de destino são apontados a Alemanha, a Bélgica, os Estados Unidos, a Holanda, Israel, Itália e Japão. As rotas entre estes dois blocos mudam constantemente consoante os interesses económicos das redes

de tráfico e o investimento na investigação criminal – nas medidas de controlo e repressivas – das mesmas por parte dos governos nacionais.

O Protocolo Adicional contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas em especial Mulheres e Crianças, em vigor desde Dezembro de 2003, foi assinado e ratificado por mais de 110 países mas os respectivos governos e sistemas judiciais ainda não o colocaram de facto em prática, apesar dos recursos postos à disposição pela ONU para reforma e harmonização de novas leis, punição os traficantes, resgate das vítimas e prevenção junto de grupos de risco (potenciais vítimas).

As múltiplas ONGs internacionais que trabalham na área do *TSH* têm o papel determinante de serem os olhos e os ouvidos da comunidade internacional no terreno, partindo da protecção, resgate e reintegração das vítimas para uma análise das restantes vertentes transmitindo, em última análise, as várias visões da realidade.

A U.E. por seu turno está cada vez mais preocupada com este fenómeno no seu território sobretudo pela livre circulação de pessoas à luz de Schengen. Os últimos alargamentos trouxeram a dificuldades de diálogo e harmonização a vinte sete, não só resultantes do número de Estados Membros envolvidos como de divergências culturais que relevam nesta matéria. Se por um lado não existe uma efectiva política penal comum, matéria em que os Estados-Membros insistem em não ceder, sob pena de perda parcial de soberania que cada um conquistou ao longo da História, por outro lado há a consciência de que dentro da União existem realidades diferentes, países de origem e de destino,

com níveis de desenvolvimento distinto, com múltiplas formas de encarar desigualdades quer de género quer raciais. O fenómeno da imigração para a U.E. tem alarmado as suas cúpulas decisórias: os imigrantes originários do Leste, da Ásia, de África e da América do Sul, invadem o espaço europeu em busca de melhores oportunidades de vida, consequência da marcada assimetria mundial económica. A este facto associado verifica-se uma significativa redução da taxa de natalidade nos Estados-Membros levando a que estes necessitem de uma revitalização, de uma regeneração do tecido económico através do aumento da população activa. Usando a ideia de um ditado popular concluímos assim que a necessidade - das potenciais vítimas e *TSH* - aguça o engenho - das redes criminosas que actuam na EU, aproveitando-se da vulnerabilidade das vitimas imigrantes. Está aberta a discussão sobre a implementação ou não de políticas restritivas de imigração bem como sobre a aplicação de medidas conjuntas imediatas dada a quantidade de imigrantes africanos que chegam, diariamente via marítima, à costa sul da U.E., sobretudo a Espanha e Itália. A discussão sobre o *TSH* e questões com ele conexas – imigração, desigualdade, Direitos Humanos em geral - levaram a que o Conselho da Europa elaborasse a Convenção contra o *TSH* (Varsóvia, Maio de 2005) – a qual aguarda ainda a ratificação de muitos dos Estados-Membros¹²⁵ - bem como o Plano de Acção da U.E. sobre boas práticas, normas e procedimentos para combate e prevenção do *TSH* (Dezembro 2005). Outras iniciativas subsequentes, acompanhadas dos respectivos programas de financiamento, encaminham a U.E. para a harmonização possível dos vários sistemas judiciais nesta matéria, sobretudo através do lançamento e

¹²⁵ Ratificação portuguesa efectuada através do Decreto do Presidente da República nº 9/2008 de 14/01 publicada no DR 1ª Série.

renovação dos Planos Nacionais de Luta contra o *TSH* e da cooperação policial internacional, bem como para o apoio crescente das ONGs, que, como constatámos ao longo do estudo, se revelam fundamentais no combate ao *TSH*.

Em Portugal houve um *boom* em 2007 em matéria de *TSH*, sobretudo devido às grandes reformas legislativas, bem como ao lançamento do *I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos 2007-2010*. O Projecto CAIM deu um contributo fundamental para que tal reforma tivesse lugar bem como para a sua implementação e regular monitorização – via Observatório nacional do *TSH*, fundamental para que dados quantitativos sejam finalmente reunidos e interpretados retratando, de forma mais fidedigna possível, a realidade do *TSH* em Portugal. Este ano foi o ponto de partida para uma coordenação que incrementa o trabalho conjunto do governo e das ONGs, sob uma base legal elaborada segundo os padrões internacionais. Essa base, exaustivamente analisada neste estudo, extravasando o capítulo 3, revela-se prometedora, porque integrada, embora a aplicação trará à tona as inevitáveis fragilidades que, por maiores que se revelem, não extinguem a esperança de que não seja uma “*portuguese law*” no sentido depreciativo usado pelos ingleses.¹²⁶

O *TSH* para fins de exploração sexual no nosso país é dominado por portugueses e por elementos da mesma nacionalidade das traficadas, sobretudo oriundos do Brasil, da Europa de Leste, África (com predomínio para Angola e Nigéria) e Ásia. As vítimas, apesar de terem em comum o facto de serem naturais de países sub desenvolvidos, são colocadas em situações cujo grau de consentimento varia: algumas sabem ao que vêm, outras deparem-se com a

¹²⁶ Utilizam a expressão para referir leis cuja aplicação é pouco eficiente ou inútil.

inusitada obrigatoriedade do exercício da prostituição. Quase todas são surpreendidas pelas condições laborais que o *TSH* oferece: encarceramento, coacção, retenção de documentos de identificação, ameaça a si ou a familiares, condições que ampliam a situação de vulnerabilidade e angústia geradas pelo movimento migratório e posterior exploração. O contacto que têm com as autoridades nacionais está relacionado com crimes conexos ao TSH para fins de exploração sexual: o estatuto de imigrantes ilegais leva a que, frequentemente, sejam deportadas para os seus países na sequência de punição por entrada ou residência ilegal.

A procura deve ser sensibilizada, num primeiro momento, e punida, quando se provar que utilizou conscientemente os serviços de um ser humano traficado. A prostituição exige ser um assunto debatido da nossa sociedade tal como outros o fizeram recentemente: continua com o estatuto híbrido de que não é considerada crime nem actividade legal. Vantagens e desvantagens da criminalização e da legalização devem ser amplamente discutidas para que se atinja uma solução de acordo com os interesses da sociedade, dos trabalhadores da indústria do sexo pondo os olhos no exemplo que outros países da Europa seguiram, com contextos sócio-económicos similares. Legislar indiscriminadamente é um indício de insegurança e imaturidade da democracia, contudo deixar por definir uma matéria tão sensível, que envolve questões de Direitos Humanos e propícia a actividade criminal, não é a melhor solução.

As redes mais ou menos organizadas de *TSH* – sobretudo para fins de exploração sexual e de mão-de-obra são frequentemente também, tal como acontece com as vítimas, identificadas no âmbito da prática de outros crimes

como o auxílio à imigração ilegal, o tráfico de droga, o lenocínio. O SEF e a PJ, OPCs com competência nesta matéria, não têm unidades especiais, com elementos devidamente preparados, para investigar este crime, para apoiar as vítimas, reconduzindo-as a instituições que lhe poderão abrir novas perspectivas de vida. Após as reformas legislativas mencionadas, a reestruturação da PJ, o impulso do MAI para que o SEF invista nesta área (sobretudo com o aumento de oficiais de ligação em países parte das rotas de *TSH* e lançamento de campanhas publicitárias – como o exemplo da intitulada “Não estás à venda”) e a nova geração de magistrados, em que o MJ afirma apostar na formação e no acesso a melhores meios, geram conjuntamente um novo impulso nesta matéria. Este novo impulso gera a expectativa de que, em breve, se possam colher frutos sobretudo no âmbito da investigação criminal, acusação e depoimento testemunhal, crucial como prova neste crime. Aliás, o governo considera mesmo que o *TSH* é um crime em expansão, cujos meios para combate devem ser redimensionados: em entrevista ao jornal Diário de Notícias em 09/12/07 – o então Ministro da Administração Interna português, Dr. Rui Pereira, afirmou que a criminalidade nacional não aumentou de facto nos últimos anos, contrariamente aos vários sinais alarmistas da sociedade. O que existe é um aumento do fenómeno do *TSH* em Portugal, que considera recente e a ter em conta: “*Na criminalidade violenta o tráfico de pessoas substituiu o tráfico de droga*”.

Muito foi dito sobre o *TSH*, e em particular, sobre o *TSH* para fins de exploração sexual em Portugal. Fica uma sensação de incapacidade para lutar contra este crime, que surpreendentemente, concluímos de proximidade. Não basta só criar o reformar leis, importa criar infra-estruturas suficientes e eficientes

para recondução das vítimas, abrigando-as, acompanhando-as, reintegrando-as numa nova e sólida vida¹²⁷. Importa também educar para os Direitos Humanos não só os traficantes e seus cúmplices – frequentemente a procura – mas também as vítimas, para sejam retiradas daquela forma de vida, muitas delas a única que conheceram. Revela-se fundamental que a humanidade entenda, ainda que precocemente, que explorar outro ser humano é indigno, que é um crime há muito abolido, que não é motivo para qualquer tipo de demonstração de superioridade social ou económica.

A luta é complexa, envolve uma visão panorâmica deste crime sem descurar o mais pequeno pormenor, envolve uma revolução de mentalidades - do lado da oferta e da procura – que terá lugar, na melhor das hipóteses, durante as próximas gerações. Por fim, envolve um amadurecimento do conceito de cidadania inerente a todos os povos que os deve conduzir, em última instância, ao respeito pelos Direitos Humanos. É assim inevitável citar António Maria Costa, actual Director Executivo da ONU (UNODC), em jeito de apelo final: “ *It is too easy to blind ourselves to the suffering of fellow creatures, so long as our own comfort and security are not threatened. Let us not close our eyes to crimes that shame us all. We have a moral duty and a legal obligation to fight human trafficking. It is time to unite and to act. This is a global problem that requires a global solution.*”¹²⁸

¹²⁷ Em 2007 o Estado deverá ter a sua primeira casa-abrigo, para oito pessoas, no âmbito do Projecto CAIM.

¹²⁸ Disponível na Internet em:

http://www.ungift.org/index.php?option=com_content&task=view&id=187&Itemid=497

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUSTÍN, Laura Maria (2005) *“La Industria del Sexo, los migrantes y la familia europea”*. Cadernos Pagu, nº25, Campinas, Brasil (Julho/Dezembro).;
- ALBANESE, Jay S. (2005) *“The prediction and control of organized crime : risk assessment”*, Crime and Justice International, Chicago;
- ACIDI, SEF e IGT, (2002) *“Relatório sobre a evolução do Fenómeno migratório”*. Acedido em 22/12/2006. Disponível na Internet: <http://www.idict.gov.pt> ;
- ALVIM, Filipa (2006) *“Mulheres (invisíveis)”*: Relatório da Campanha “Acabar com a violência sobre as mulheres”. Amnistia Internacional. Acedido a 09/07/07 – Disponível na Internet: <http://www.amnistia-internacional.pt> ;
- AMARAL, Pedro Maria dos Santos e Silva (2000).-*“Tráfico de seres humanos”* - Lisboa : Directoria de Lisboa, 2 p.; anexos ; 30 cm;
- ANDERSON, Brigdet; DAVISON, Julia O’Connell (2002) -*“Trafficking – a demand led problem?”*, Sweden, Save the Children. Acedido a 10/03/2007– Disponível na Internet : www.unodc.org ;
- ASKOLA, Heli (2007) *“Legal Responses to Trafficking in Women for Sexual Exploitation in the European Union”*, Oxford, Hart Publishing;
- BACA, Lou; TISI, Andrea (2002) *“Working together to stop modern-day slavery”* Police Chief (The) Washington v.69, (August);
- BEARE, Margaret E. (2003) *“Critical Reflections on Transnational Organized Crime, Money Laundering and Corruption”*, University of Toronto Press Toronto;
- BECK, U. (1992) *“Risk Society. Towards a new modernity”* London, Sage Publications;
- BELL, R. E.(2001) *“Sex trafficking : a financial crime perspective”* Journal of Financial Crime, London, V.9, n.º 2 (November), pp. 165-177;
- BOCHMANN, Christian; GRIESHEIM, Kai-Uwe (1999) *“Compensation Practices of States of European Union Connected to Crimes Against Women”*,

The European Institute for Crime Prevention and Control affiliated with the United Nations, Helsinki, Finland;

- BRAZ, José (2006) *“Política Criminal e Sistemas de Coordenação da Investigação Criminal”* – Polícia e Justiça, nº8, (Julho/Dezembro);
- BRUCKERT, Christine; PARENT, Colette (2002) *“Trafficking in Human Beings and Organized Crime: A Literature Review”* - Royal Canadian Mounted Police Review (June);
- BRUNOVSKYS, Annette, TYLDUM, Guri (2005), *“Describing the unobserved: Methodological Challenges in Empirical Studies on Human Trafficking”*, International Migration, vol. 43;
- BUSZA, Joanna (2005) *“Trafficking and health: attempts to prevent trafficking are increasing the problems of those who migrate voluntarily”* in Alliance News , GAATW nº23. Acedido a 22/03/2007 - Disponível na Internet: <http://www.gaatw.net> ;
- CANOTILHO, J.J.Gomes; Moreira, Vital(2007)” *Constituição da República Portuguesa Anotada”* – 4ª Ed., Coimbra Editora;
- CANTERO, Salvador (2001) *“Los inmigrantes ilegales víctimas del crimen organizado”* – Rev. Policía nº 155, Madrid, (Julho/Agosto) pp. 8-13;
- CARRAPIÇO, Helena (2006) *“O crime organizado transnacional na Europa : origens, práticas e consequências”* - Lisboa : Instituto de Defesa Nacional, 29 p. ; 30 cm. - (Cadernos do IDN ; 1);
- CASTILHO, Ela Wiecko (2007) *“Tráfico de pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo”* - Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, pp.10-15, Brasília. Acedido a 15/08/2007 – Disponível na Internet: <http://www.pfdc.pgr.mpf.gov.br> ;
- CECRIA (2002) *“Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças, Adolescentes para Fins de Exploração Sexual e Comercial – PESTRAF”* – 1ª Edição (Dezembro) - Brasil;
- Cidade Solidária (2001) –*“Tráfico e Mulheres”* –, Lisboa, nº6 (Janeiro-Junho) pp. 40-46;
- *Comentário Conimbricense do Código Penal. Parte Especial*. Tomo I. Artigos 131.º a 201.º. Coimbra: Coimbra Editora, 1999, p. 510 e sgts;

- CORRIN, Chris (2006) *“Transnational Road for Traffic: analysing in women from and through Central and eastern Europe”* in Europe-Asia Studies, vol.57, n.4;
- COSTA, José Martins Barra da; ALVES, Lurdes B. (2001) *“Prostituição 2001: o masculino e o feminino de rua”* – Ed. Colibri;
- COSTA, Paulo (2001) *“Tráfico de Pessoas, algumas considerações legais”* Crime and Justice International, Hunstsville, v.21, n.89;
- D’CUNHA, Jean (2002) *“Trafficking in persons: a gender and rights perspective”*, United Nations, Expert Group Meeting (November);
- Economic Forum of the Organization for Security and Cooperation in Europe- 11th (2003) *“Trafficking in Human Beings, Small Arms and Light Weapons: National and International Economic Impact”* -, Prague, Czech Republic, (20-23 May);
- Deutsche Gesellschaft fur Technische Zusammenarbeit, (2004) *“Coercion in Kidney Trade? A background study on trafficking human organs worldwide”*, (April). Acedido em 07/06/2007 - Disponível na Internet: [http:// www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) ;
- DIAS, Luis Carlos (1997), *“Relatório do encontro na Europol sobre Tráfico de Seres Humanos e exploração sexual de menores”*.- DCRIPC, PJ 22 f.; anexos Lisboa;;
- DINIZ, Débora (2001) *“As Fronteiras da pesquisa antropológica: ética, autonomia e Tráfico de Órgãos”*, Cadernos de Saúde Pública, RJ, Brasil (Janeiro-Fevereiro);
- DUARTE, Fátima (2000) *“Colectânea de textos legais e de instrumentos internacionais”* (Compilação) - Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres Prostituição e Tráfico de Mulheres e Crianças.- Lisboa, 183p,21cm. - Cadernos da Condição Feminina;
- DUARTE, Jorge Dias (2001) *“Tráfico e exploração sexual de mulheres”* Revista do Ministério Público, Lisboa, a.22n.85 (Janeiro.-Março.), pp.51-69;
- EKBERG, Gunilla (2005) *“The Swedish Law that Prohibits the Purchase of Sexual Services: Best practices for Prevention of Prostitution and Trafficking in Human Beings”* in Violence against Women, n.10 (Outubro);

- Europol, Unidade de Crimes Contra as Pessoas (2005), “*Grupo de Tráfico de Seres Humanos*” - Resposta actualizada ao pedido de dados estatísticos relativos ao Tráfico de Seres Humanos na União Europeia apresentado pelo Vice-Presidente da Comissão Europeia, Comissário Frattini (Novembro).
- Europol (2004) - “Report of the Meeting” - Experts Group on Trafficking in Human Beings –, Brussels (December);
- FARR, Kathryn (2005) “*Sex trafficking: the global market in women and children*”; Portland, Worth Publishers;
- FERREIRA, Eduardo de Sousa; RATO, Helena (2000) “*Economia e Imigrantes: contribuição dos imigrantes para a economia portuguesa*”, Oeiras, Ed.Celta;
- FINKENAUER, J.O. (2001) “*Russian Transnational Organized Crime and Hman Trafficking*” Kyle,D. and R. Koslowsky Ed.;
- GAATW edition - Alliance News, (2007) “*Seeking Compensation in Trafficking Cases*” –, Material Justice, Issue 27, (July). Acedido a 25/10/2007 - Disponível na Internet: [http:// www.gaatw.net](http://www.gaatw.net) ;
- GARCIA, M. Miguez (1981) “*Alguns aspectos das novas formas de prostituição*” – Revista de Investigação Criminal, Porto, nº3, (Abril) pp.43-46 ;
- GOWER, Patrick (2005). “*Sex Trail*” – Police Review, London, February, pp. 18-20;
- HANSER, Rob (2002) “*Immigration and crime in Europe*” Crime & justice international, Chicago, v.18n.62(May), pp.7-8;
- Human Rights Watch (1993) “*A Modern Form Of Slavery – Trafficking of Burmese Women and Girls into Brothels in Thailand*” – Asia Watch. Acedido a 18/01/2007 - Disponível na Internet: <http://www.hrw.org/> ;
- INTERPOL (2005) Conference “*Tackling Human Trafficking: Policy and Best Practice in Europe*”, (October);
- INTERPOL (2002) “*Manual para Investigadores*”, Grupo de Trabalho da Interpol sobre Tráfico de Mulheres para exploração sexual - Interpol, Lyon;
- JÁUDENES, Elena Bonelli; JIMÉNEZ, Marcela Ulloa; OCAMPO, Fabiola Calvo; MÉNDEZ, Irene; CASAS, Laura; VILLOTA, Luisa; HERRERA, Concepción (2005) “*Tráfico e inmigración de mujeres en España* –

- Colombianas y Ecuatorianas en los servicios domésticos y sexuales*". ACSUR – Las Segovias – Madrid. Acedido a 02/08/2007 – Disponível na Internet: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/3630.pdf> ;
- JEFFREYS, Sheila *"The legalisation of Prostitution: a failed social experiment"* (2006). Acedido a 12/07/2007 - Disponível na Internet: <http://www.sisyphe.org>;
 - KEMPADOO, Kamala (2005) *"Mudando o debate sobre tráfico de mulheres"*, Cadernos Pagu, nº25, RJ, Brasil (Julho/Dezembro);
 - KONRAD, Helga *"Trafficking in Human Beings"* - European Conference on Preventing and Compating Trafficking in Human Beings. Acedido a 21/05/2007 – Disponível na Internet: <http://www.belgium.oim.pt> ;
 - LEAL, Lúcia Pinto. LEAL, Maria de Fátima (2005) *"Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual comercial: um fenómeno transnacional"* – SOCIUS Working Papers – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa;
 - LEHTI, Martti (2003) *"Trafficking in women and children in Europe"*, Heuni Papers, Helsinki, n.18. Acedido em 23/03/2007 - Disponível na Internet: <http://www.heuni.fi> ;
 - LOPES, Ana (2006) *"Trabalhadores do sexo uni-vos!"* – Organização Laboral da Indústria do Sexo. Lisboa, D. Quixote;
 - LUCKOO, F; TZVETOVA M. (2002) *"Combating trafficking in persons: a directory of organisations"*, Antislavery, London. Acedido a 01/08/2007 – Disponível na Internet: www.antislavery.org/homepage/resources/DSTrafficking1.PDF ;
 - MARTINS, Teresa Alves (1997) "Seminário sobre Tráfico e Mulheres – Relatório" - Directoria PJ, Lisboa;
 - Ministry of Foreign Affairs (2004) *"Trafficking in Women and Children in Asia and Europe: background presentation of the problems involved and initiatives taken"*, Stockolm, Sweden. Acedido em 05/05/2007 - Disponível na Internet: <http://www.sweden.gov.se>;
 - MIRANDA, Jorge (2000) *"Manual de Direito Constitucional - Tomo II"*, 4ª Ed., Coimbra;

- MOORS, Cindy (2001) *“Body Brokers in Organ Trafficking”*, Revue Crime & Justice International, (May);
- MUNRO, Vanessa E. (2006) *“A Comparative Study of Responses to the Trafficking in Women for Prostitution”* – British Journal of Criminology (The) – Oxford, vol.46, n.2 (March);
- NEVES, João Ataíde das (2003) *“Avançar no combate ao tráfico de seres humanos”* - Sub Judice - Justiça e Sociedade, Coimbra, n.26 (Outubro/Dezembro), pp.37-42;
- OIT (2006) *“Tráfico para Trabalho Forçado – Como Fiscalizar o Recrutamento de Trabalhadores Migrantes”* - Manual de Formação, Organização Internacional do Trabalho;
- OIT (ILO) (2005) *“A global alliance against forced labour”* - REPORT OF THE DIRECTOR-GENERAL .Global Report under the Follow-up to the ILO Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work, ILO, 93rd Session. Acedido a 04/01/2007 - Disponível na Internet : <http://www.ilo.org> ;
- OLIVEIRA, Alexandra (2004) *“História jurídico-legislativa da prostituição em Portugal”*, Revista do Ministério Público, n.98, pp.145;
- ONU,(2001) *“Conclusions of the World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance”* Durban, South Africa (August - September); Acedido a 12/01/2007 - Disponível na Internet : <http://www.un.org> ;
- ONU (2003) *“Guia legislativo para a implementação do protocolo adicional à Convenção ONU contra a criminalidade organizada transnacional relativo à prevenção, à repressão e à punição do tráfico de pessoas em especial mulheres e crianças”*.- Lisboa: Centro ONU para a Prevenção Internacional do Crime, 54,[1] p. ;
- ONU (2006) *“Trafficking in Persons: a Global Patterns”*, UNODC (April). Acedido a 04/01/2007 – Disponível na Internet: <http://www.unodc.org> ;
- ORFANO, Isabella, BASTOS, Maria Manuel; BAPTISTA, Riquito de Seabra, GOMES, Mónica Calado; POPOVA, Deliana; MACHADO, Paulo; PENEDO, Rita; PESCE, Flavia; BETTINI, Carlota; GRATTI, Andrea; PELLEGRINI, Fluvio

- (2007) *“Headway – Improving Intervention Systems for Victims of Trafficking Project”*, Project Leading Partners, EQUAL Programme, European Union;
- ORR-MUNRO, Tina (2003) *“Slave Trade”* – Police Review, V.111, n.5717 (28 March), pp. 26-27;
 - PEIXOTO, João; SOARES, António Goucha; COSTA, Paulo Manuel; MURTEIRA, Susana; PEREIRA, Sónia; SABINO, Catarina (2005) *“Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas”*. Projecto IME, FCT, ACIDI – SOCIUS Working Papers – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, (Janeiro);
 - PENA, Rui (2003) *“Migrações e Integração”*, Ed. Celta;
 - PEREIRA, Sónia, VASCONCELOS, João (2007) *“Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Forçado - Estudos de casos e respostas de Portugal”* – OIT (Setembro) - por publicar - Draft cedido em 25/09/2007;
 - PERSON, Elaine (2000) *“Human Rights and Trafficking in Persons: a Handbook”*, Global Alliance Against Traffic in Women - GAATW, (December). Acedido a 21/03/2007 - Disponível na Internet: <http://www.gaatw.net> ;
 - Presidência Portuguesa da União Europeia (2007) *“Tráfico de Seres Humanos e de Género - Background Paper”* – Conferência, Porto (Outubro);
 - QUADROS, Fausto; PEREIRA, André G. (1993) *“Direito Internacional Público”*, 3ª Ed. Coimbra Almedina;
 - QUAGLIA, Giovanni (2006) *“Tráfico de Pessoas, um Panorama Histórico e Mundial”*, Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, pp. 39-43, Brasília;
 - REGULSKA, Joanna (1998) *“A nova “Outra” mulher europeia”*, Revista Crítica de Ciências Sociais- nº 50 -pp. 47-71;
 - RIBEIRO, Manuela; SILVA, Manuel Carlos; RIBEIRO Fernando Bessa; e SACRAMENTO, Octávio (2005) *“Prostituição abrigada em clubes (zonas Fronteiriças do Minho e Trás-os-Montes)”*. CIDM. Colecção Estudos de Género;
 - RODRIGUES, Almiro Simões (1984) *“ Prostituição. Que conceito? Que realidade?”* – Revista Infância e Juventude, Lisboa (Abril-Junho) pp.7-35;

- RODRIGUES, Anabela Miranda (2000) “*O papel dos sistemas legais e a sua harmonização para a erradicação das redes de tráfico de pessoas*” - Revista do Ministério Público, Lisboa, A.21,n.84 (Outubro.-Dezembro), pp.15-29;
- SALT, John (2000) “*Trafficking and Human Smuggling: a European Perspective*”, International Migration, n.38, pp. 31-56;
- SANTOS, Boaventura Sousa (2001) “*Globalização: fatalidade ou utopia?*” Porto, Ed. Afrontamento;
- SANTOS, Boaventura Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena; BAGANHA, Maria Ioannis (2007) “*Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*” – CES – Coimbra (Setembro). Acedido em 21/10/2007 – Disponível na Internet: <http://www.caim.pt>;
- SASSEN, Saskia (2002) “*Será este o caminho? Como lidar com a imigração na era da globalização*”. Revista Critica de Ciências Sociais, Coimbra, nº64 (Dezembro), pp. 41-54;
- SCHLAPKOHL, Laura (2006) “*Human Trafficking and the Common European Asylum System*”, The Fletcher School (April);
- SILVA, Ana Paula da (2005) “*Prostitutas, traficadas e pânico morais: uma análise da produção de factos em pesquisas sobre o Tráfico de Seres Humanos*”, Cadernos Pagu, nº25, Campinas, Brasil (Julho/Dezembro);
- SIMÕES, Euclides Dâmaso (2005) “*Tráfico de seres humanos: a lei portuguesa e a importância da cooperação judiciária internacional*” “Polícia e Justiça, Loures, N.4 (Julho-Dezembro), pp.255-272; SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa;
- SOUSA, Álvaro Negrão de (2006) “*Relatório da Formação Permanente em Tráfico de Pessoas*” - Seminário sobre Tráfico de Pessoas, Lisboa. Centro de Estudos Judiciários, (12 e 13 Janeiro);
- Stop Violence against Women (2006) “*Stability Pact of South eastern Europe: Task Forge in Human Beings*”, (September). Acedido a 22/10/2007- Disponível na Internet: <http://www.stopvaw.org>;
- SURTEES, Rebecca (2005) “*Human trafficking in SE Europe*” Intersec, Surrey, V.15,n.11/12 (November/December), pp.336-338;

- SURTEES, Rebecca (2007), “*Listening to Victims Experiences of identification, return and assistance in South-Eastern Europe*”, Vienna, International Centre for Migration, Policy Development. Acedido a 12/09/2007 - Disponível na Internet: <http://www.icmpd.org>;
- *Tackling The Trade in Humans*”- (2004), Royal Canadian Mounted Police, Gazette, Ottawa, v.66, n3 p.8-9.;
- *Task Force de Chefes de Polícia (2006) Relatório* da Reunião de 23 de Janeiro - DCCI, PJ;
- TAVNICKVA, Ivana (2004) “Trafficking in women: the Czech Republic perspective.” Prague: Institute of Criminology and Social Prevention. Acedido a 02/08/2007- Disponível na Internet: <http://www.humantrafficking.org>
- TÉCHIO, Katchia (2006) “*Conhecimentos de alterne: a outra diáspora das imigrantes brasileiras*” - SOCIUS Working Papers – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa;
- TZEVEKTOVA, Marina (2006) “ *Trafficking in Woman’s Bodies Then and Now*” Women’s Studies Quartely, vol 27, pp. 19-31;
- “UNICEF, *A Situação das Crianças no Mundo em 2007*” . Acedido a 10/12/2007 – Disponível na Internet: http://www.unicef.org/publications/index_3602.html ;
- United States Department of State Report (2007) “*Trafficking in Persons Report*” (June). Acedido a 12/07/2007 - Disponível na Internet: <http://www.state.gov> ;
- VAN LIEMT, Gijsbert (2003) “*Human Trafficking in Europe: An Economic Perspective*”, Cornell University. Acedido a 05/05/2007 – Disponível na Internet: <http://www.uva-aias.net> ;
- VANDEMEULEBROEKE, O., GAZAN F. (1995) « *Traite des êtres humains-exploitation et abus sexuels* » Revue de Droit Penal et de Criminologie, Bruxelles, A.75, n.12, (December), pp.973-1077 ;
- VENKATRAMAN, Bharathi A. (2003) “*Human Trafficking: A guide to Detecting, Investigating, and Punishing Modern-Day Slavery*”, Police Chief Maganize, vol 70, nº112, (Dezembro);

- WEBB, David (2002) "*Thinking globally, acting locally : a trafficking dilemma*" Crime & justice international, Chicago, v.18n.62(May), pp.5-6;
 - WYNGAARD, Richard (2006) "*Combating Human Trafficking; A call for the regulation of the recruitment industry*", University of Illinois, (February);
 - ZIZEK, Slavoj; DALY, Glyn (2004) "Conversations with Zizek ", London, Polity Press.
-